

Missão: Alentejo

Revista da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.

BALANÇO 20-25

Grande Entrevista

António Ceia da Silva
faz o balanço deste
mandato

EREI 2030

Revisão intercalar da
Estratégia Regional de
Especialização Inteligente
do Alentejo

Agricultura no Alentejo

Produzir futuro com raízes
no território

04

ccdr-a.gov.pt



Alentejo 2030

Transforma os Sonhos em Realidade!



www.alentejo.portugal2030.pt



Ficha técnica

PROPRIEDADE

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.
Avenida Engenheiro Arantes e Oliveira, n.º 193, 7004-514
Tel. 266 740 300
E-mail: geral@ccdr-a.gov.pt

DIRETOR

António Ceia da Silva

CONSELHO EDITORIAL

Ana Paula Amendoeira, Aníbal Costa, António Ceia da Silva, Carmen Carvalheira, Figueira Antunes, José Velez, Maria do Carmo Ricardo, Roberto Grilo, Tiago Godinho, Tiago Pereira

CONSELHO REDATORIAL

Mário Simões, Tiago Godinho

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Ana Alfaiate, Carlos Almeida, Francisco Pimenta, João Carlos Farinha, João Grilo, Joaquim Fialho, José Ribeiro, José Santos, Maria do Céu Ramos, Mário Simões, Patrícia Gomes da Silva, Paulo Barbosa, Sara Cruz, Tiago Godinho

CAPA

Arquivo CCDR Alentejo, I.P.

FOTOGRAFIA

Carmen Carvalheira
José Aldeano
Arquivo CCDR Alentejo, I.P.

CONCEÇÃO

Divisão de Comunicação e Relações Públicas da CCDR Alentejo, I.P.

CONCEÇÃO GRÁFICA, PAGINAÇÃO, IMPRESSÃO E ACABAMENTOS
Caminho das Palavras

PERIODICIDADE

Quadrimestral

TIRAGEM

500 exemplares

DEPÓSITO LEGAL N.º

502256/22

EDIÇÃO

setembro de 2025

Índice

03 EDITORIAL

• E, de repente, passaram três anos da Revista Missão: Alentejo

04 DA ELEIÇÃO À CCDRA

• Das eleições para presidente até à CCDRA

06 ENTREVISTA

• Alentejo com futuro: transparência, território e transformação
• Potenciar a CCDRA como um verdadeiro centro de recursos de apoio aos agentes da região
• CCDRA: Uma visão estratégica para o futuro de Alentejo
• CCDDR Alentejo como exemplo de inovação, excelente capacidade de adaptação e boa gestão
• “Uma bússula cultural para o Alentejo”
• A Agricultura no Alentejo tem de sere inovação, sustentabilidade e futuro

22 OPINIÃO

• O que nos traz a revisão intercalar dos Programas? Uma Política de Coesão Modernizada
• O Impacto do Alentejo 2020 na Região Alentejo

26 ALENTEJO 2030 MECANISMO DE ALENTEJO

• Alentejo contribui para resultados promissores no Pilar 1 do *Talent Booster Mechanism*

27 ALENTEJO 2030 PROVERE

• PROVERE Alentejo 2030: estratégias para valorizar o território e fixar pessoas

28 ALENTEJO 2030 INFRAESTRUTURAS

• Alentejo 2030 reforça caminho para a inovação com novas infraestruturas e equipamentos tecnológicos

29 ALENTEJO 2030 OIE

• Alentejo 2030 apresenta Operações de Importância Estratégica: Reversão Profissional e Inovação Social em destaque

30 EREI 2030

• Revisão intercalar da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo 2030

32 PROCIV TECH ALENTEJO

• PROCIV TECH ALENTEJO: Inovação tecnológica ao serviço da Proteção Civil

33 OPINIÃO

• A tecnologia e a proteção e o socorro

34 QUALIFICA

• A CCDRA IP atinge metas do Programa Qualifica nove meses antes do previsto

36 AGENDA DIGITAL DO ALENTEJO

• Do Alentejo Digital à Agenda Digital do Alentejo

38 EVENTOS

• Alentejo 2030 investe 8,84 milhões de euros na coesão dos territórios não urbanos
• Inauguração da nova UCCI da Santa Casa da Misericórdia de Évora reforça os cuidados continuados no Alentejo
• Ceia da Silva no Encontro “Riscos nas Escolas ou Escolas em Risco?”
• Aníbal Costa quer dotar a administração local de competência tecnológicas
• CCDDR Alentejo e CIMEC promoveram sessão sobre Medidas Especiais de Contratação Pública
• Workshop sobre Planeamento da Intervenção Social reúne técnicos e dirigentes municipais do Alentejo
• Despertar conhecimento, consciência crítica e responsabilidade ambiental
• Carmen Carvalheira na I Conferência Nacional sobre Cidades Sustentáveis e Inteligentes
• Territórios Conectados em debate na CCDDR Alentejo

• CCDDR Alentejo e Arquivo Digital do Cante assinaram protocolo de apoio técnico
• Ana Paula Amendoeira acolheu o lançamento da 2.ª edição da biografia de Amélia de Leuchtenberg
• Exposição “Melancolia” de Marcelino Bravo, na CCDDR Alentejo
• O azeite não é apenas um produto – é cultura, é paisagem, é ciência e é futuro
• CCDDR Alentejo reforça presença na Ovibeja
• Roberto Grilo reuniu com a Associação de Produtores do Queijo Serpa

AGRICULTURA

48 • Secretário de Estado da Agricultura visita CEBA e reforça compromisso com inovação e valorização do setor
• Agricultura no Alentejo, produzir futuro com raízes no território

FISCALIZAÇÃO

52 • Cuidar do futuro

PROJETOS

53 • AURORAL na reta final
• Projeto H2tAlent

COOPERAÇÃO

54 • CCDDR Alentejo apresenta o Plano Estratégico das Aldeias Bauhaus EUROACE e a 8.ª Convocatória do Programa Interreg Espanha-Portugal (POCTEP)

COOPERAÇÃO EUROAAA

55 • Alentejo entrega presidência da EUROAAA: Uma missão de cooperação que não conhece fronteiras

ORDENAMENTO

56 • Unidade de Ordenamento do Território a olhar para o futuro

EMRIE

57 • EMRIE arranca no Alentejo com ambição europeia: transformar regiões mineiras rumo à transição verde e digital

INCENTIVOS DE ESTADO

58 • Dez anos de Incentivos do Estado à Comunicação Social nas Comissões de Coordenação
• Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sines (Rádio Sines)

AMBIENTE

60 • Educação Ambiental no Monte do Paio: descobrir, explorar e proteger a natureza

GRANDE EVENTO OSAKA

62 • O Alentejo esteve na Expo Osaka 2025
• Em Évora 2027 contamos com a continuidade e reforço das relações com o Japão
• O Alentejo em Osaka
Um exemplo de Alinhamento Estratégico e Posicionamento Internacional
• Alentejo em Osaka um reencontro de dois amigos
• A afirmação da nossa identidade
• Japoneses, e não só, aos ‘magotes’, encantaram-se com o cante do Rancho da Aldeia Nova de S. Bento

CASA DO PESSOAL

68 • As iniciativas da Casa do Pessoal
• A importância da Casa do Pessoal da CCDDR

PERSONALIDADE MARIA DO CÉU RAMOS

70 • Sem decifrar o futuro, mas navegar nele

HOJE TERMINO EU

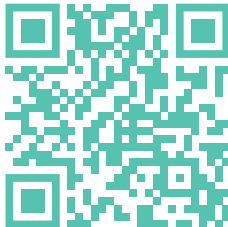
72 • A ambição de falarmos a uma só voz



“AO SERVIÇO DO CIDADÃO E DA REGIÃO, PELO DESENVOLVIMENTO DO ALENTEJO”

A CCDR Alentejo, I.P. é uma entidade pública regional que promove o desenvolvimento económico, social, ambiental e cultural do Alentejo. Trabalhamos em estreita colaboração com a administração local, empresas, instituições e cidadãos, com foco na coesão e na sustentabilidade.

"Trabalhamos todos os dias por um Alentejo mais coeso, mais atrativo e mais sustentável. Ao serviço dos territórios, ao lado das pessoas."



www.ccdr-a.gov.pt

Apoio à Administração Local

Prestamos apoio técnico e estratégico aos órgãos da Administração Local

Licenciamentos e Apoio às Empresas

Facilitamos a instalação e o crescimento empresarial

Ambiente e Sustentabilidade

Protegemos o património natural e apoiamos boas práticas

Ordenamento do Território

Ajudamos a construir um território equilibrado

Cultura e Património

Valorizamos a identidade cultural da região

Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural

Apoiamos os territórios rurais e a produção agrícola

Cooperação Transfronteiriça e Europeia

Projetamos o Alentejo junto de redes internacionais

Saúde e Educação

Colaboramos com o planeamento territorial

Informação Territorial e Digital

Facilitamos o acesso a dados para melhor planear

Fiscalização e Legalidade

Garantimos o cumprimento das normas

Mais Proximidade Territorial

Estamos presentes nas 4 sub-regiões

Comunicação e Promoção Regional

Divulgamos o que se faz na região

EDITORIAL

E, de repente, passaram três anos da Revista Missão: Alentejo

António Ceia da Silva,
Presidente da CCDR Alentejo, I.P.



E, de repente, passaram três anos da Revista Missão: Alentejo.

Não vou fazer o balanço desta aposta editorial da então Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, que se tornou, depois, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. Um instituto público de regime especial, integrado na administração indireta do Estado e que continua a fazer sentido, pois é um projeto noticioso de características diferentes, não concorrencial para com os órgãos de Comunicação Social, antes pelo contrário, colaborativo nesta missão de informar de forma direta e pragmática sobre o papel quer da CCDR IP quer do Programa Alentejo 2030.

Durante estes curtos anos, a CCDR IP viu alargada a sua ação no território. Foram integradas no seu seio instituições de relevo regional como a ligação à agricultura e à cultura, o que representou um enorme desafio para todos os que já cá estavam e os que vieram.

No decorrer desta integração e graças ao empenho e profissionalismo de todos, foi possível continuar a servir a população com a qualidade que a CCDR IP e o Programa Regional vinham a demonstrar perante todos os agentes económicos, políticos e sociais da região.

Hoje, a CCDR IP está mais forte no cumprimento da sua missão de, como referi no primeiro número da Missão: Alentejo, ter uma grande estrutura de direção política da região, para coordenar os serviços públicos da região, e ser um fator decisivo para a descentralização do país.

Com um Conselho Diretivo alargado e composto por pessoas competentes e empenhadas, vamos sentindo, dia a dia, que estamos no caminho certo. Um caminho ainda com muito por percorrer, com problemas estruturais que não se resolvem de um dia para o outro, mas que são mais fáceis de ultrapassar se, ao empenho e à competência, juntarmos o amor ao Alentejo.

Sem querer fazer o balanço, devo, no entanto, dizer que a equipa diretiva que me tem acompanhado na CCDR IP, Aníbal Costa, Carmen Carvalheira, a que se juntaram Ana Paula Amendoeira, José Velez e Roberto Grilo, e também no Alentejo 2030, Filipe Palma, Tiago Teotónio Pereira e Maria do Carmo Ricardo, bem como todos os dirigentes e técnicos e não técnicos desta instituição indispensável para o desenvolvimento da Região, não são dos melhores, são os melhores que o Alentejo pode ter.

Passaram depressa os três anos de Missão: Alentejo como passaram depressa cinco anos após a eleição direta do Presidente e Vice-Presidente da CCDR IP, um marco histórico no processo de descentralização do país, que serviu, e serve, para unir cada vez mais os portugueses em torno daquele que é o objetivo comum de todos: tornar Portugal e o Alentejo, cada vez mais, um lugar onde é bom viver.

Das eleições para presidente até à CCDRA



O dia 13 de outubro de 2020 marcou, de forma determinante, o processo de descentralização em Portugal, com a eleição dos cinco presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que, até então, eram nomeados pelo Governo.

A eleição de um Presidente e um Vice-Presidente das CCDR pelos colégios eleitorais, constituídos pelos membros dos executivos e das assembleias municipais de cada Câmara das regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, veio acrescentar responsabilidades naquilo que, há cerca de cinquenta anos, começara a ser pensado em Portugal, o planeamento do desenvolvimento regional.

Essa era, e é, a matriz das CCDR que começou há mais de 50 anos, mais precisamente a 11 de março de 1969, altura em que foram criadas as Comissões Consultivas Regionais, dando, assim, o primeiro passo numa caminhada, que será sempre dinâmica: a do planeamento e desenvolvimento regional.

Entre as várias alterações da sua lei orgânica há várias atribuições que se mantêm ao longo dos anos. Destas, há uma que continua a ser primordial e que tem que ver com a contribuição das CCDR para a “definição da política de desenvolvimento regional no quadro da política de desenvolvimento económico e social do País, dinamizando e participando nos processos de planeamento estratégico de base territorial.”

Os mandatos para os presidentes e vice-presidentes das CCDR são de quatro anos, no entanto, na primeira eleição, excecionalmente, o mandato foi de cinco anos, para que os novos eleitos pudessem acompanhar as negociações dos fundos da União Europeia que, então, decorriam com Bruxelas, devendo as próximas eleições decorrer, segundo a lei, nos 90 dias seguintes às eleições para os órgãos das autarquias locais.

Nas eleições de 13 de outubro de 2020, apresentaram-se nas Regiões Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve apenas um candidato. O Alentejo foi a exceção, tendo havido dois candidatos ao cargo de Presidente da CCDRA IP, António Ceia da Silva, Presidente da ERT – Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo e Roberto Pereira Grilo, até então Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

O colégio eleitoral alentejano era composto por 1 263 autarcas, a maioria dos quais (993) membros de assembleias municipais, entre deputados e presidentes de juntas de freguesia elegeu António Ceia da Silva, que se apresentou a sufrágio, com o propósito de ser o presidente de todos os autarcas, independentemente das suas opções partidárias.

Ceia da Silva tinha ideias claras sobre o cargo que iria ocupar. Queria que a CCDRA IP fosse cada vez mais um órgão de coordenação política regional, de dinâmica de desenvolvimento regional

—
Texto
Mário Simões,
Divisão de
Comunicação
e Relações
Públicas,
CCDRA IP

e com força dentro do quadro da União Europeia para conseguir fundos estruturais decisivos para a região.

Quem também foi eleito por um colégio eleitoral para Vice-Presidente foi Aníbal Costa, que se juntou, assim, a Carmen Carvalheira, nomeada pelo Governo.

A 29 de outubro de 2020, em Coimbra, tomaram posse os novos Presidentes e Vice-Presidentes das CCDR, sendo a presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo composta pelo Presidente António Ceia da Silva, que tinha como Vice-Presidentes Carmen Carvalheira e Aníbal Costa.

Se a eleição por um colégio eleitoral foi um passo importante no que diz respeito à descentralização administrativa do Estado nas regiões de Portugal, um dos principais trabalhos da presidência das CCDR era a preparação do próximo passo desta descentralização e que consistia em integrar de forma gradual os diversos serviços regionais nas CCDR.

Para que tal acontecesse, era necessário alterar os estatutos das CCDR, por forma a convertê-los em Institutos Públicos, de regime especial, de categoria A, ficando com um papel mais abrangente na definição e execução de estratégias de desenvolvimento regional, integrando políticas públicas em áreas como ambiente, economia, cultura, educação, saúde, entre outros.

O objetivo da mudança foi reforçar a articulação territorial das políticas públicas, promovendo um desenvolvimento integrado do território, por forma a executar estratégias de desenvolvimento regional, ficando com competências materialmente abrangentes, incidindo sobre matérias tão diversificadas como ambiente, cidades, economia, cultura e educação.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA IP) passou, então, a designar-se Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P., tendo a 1 de janeiro de 2024 uma nova orgânica, assumindo novas responsabilidades com a incorporação da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo (DRAPAL) e da Direção Regional de Cultura do Alentejo (DRACAL).



Este marco, que representou um avanço significativo em direção a uma gestão regional mais abrangente e mais eficaz, fortaleceu uma abordagem interdisciplinar, otimizando recursos e impulsionando iniciativas que beneficiarão tanto o setor agrícola quanto o setor cultural na região do Alentejo.

A CCDR Alentejo, I.P. passou, então, a desempenhar funções em áreas como o planeamento e desenvolvimento regional, ambiente, conservação da natureza e biodiversidade, ordenamento do território, cultura, agricultura e pescas, desenvolvimento rural e licenciamentos, serviços jurídicos e de apoio à administração local, fiscalização e gestão administrativa, financeira e de recursos humanos.

A lei orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional veio alterar a composição dos órgãos da CCDRA IP, sendo o mais relevante em termos de gestão da organização a criação do Conselho Diretivo, o órgão executivo da CCDR Alentejo, I.P., composto pelo Presidente António Ceia da Silva, e quatro Vice-Presidentes: Aníbal Costa, Carmen Carvalheira, Ana Paula Amendoeira e José Domingos Velez.

O Conselho Diretivo da CCDRA IP esteve inalterável cerca de um ano, sofrendo, em janeiro de 2025, um ajuste. O economista Roberto Grilo assumiu a vice-presidência na sequência da decisão do governo de atribuir ao ministro da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes, poderes de superintendência nesta área através de um vice-presidente em cada comissão, que terá a seu cargo os departamentos dedicados à agricultura, desenvolvimento rural e pescas.

Roberto Pereira Grilo já tinha exercido a presidência da CCDRA IP entre 2018 e 2020, tendo, depois, sido coordenador do órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais do Alentejo, uma estrutura de missão para o acompanhamento das dinâmicas regionais, que funcionava junto da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Alentejo.

A realização de um referendo sobre a regionalização do país que está prevista a curto ou médio prazo será, porventura, o próximo passo a dar neste processo de descentralização que se iniciou há mais de cinquenta anos.



Alentejo com futuro: transparência, território e transformação

Entrevista a António Ceia da Silva, Presidente da CCDR Alentejo, I.P.

Em entrevista exclusiva, António Ceia da Silva faz o balanço de um mandato desafiante, marcado por transições estratégicas, aposta na coesão territorial e uma nova visão para o desenvolvimento sustentável do Alentejo.

Ao longo dos últimos anos, o Alentejo viveu um período de profundas transformações, desafios inesperados e importantes conquistas. À frente da CCDR Alentejo I.P., António Ceia da Silva liderou uma estratégia de afirmação territorial, modernização institucional e articulação com os diversos agentes regionais. Nesta entrevista exclusiva, faz-se o balanço de um mandato marcado por transições estruturais, mas também por uma forte aposta na coesão, sustentabilidade e inovação.

A avaliação de um mandato tão exigente quanto transformador começa pela análise das suas principais conquistas, dificuldades e impacto territorial. Entre a gestão da pandemia, a reprogramação de fundos e a reorganização institucional da CCDR, este período foi marcado por inovação, proximidade e reforço de competências. Ceia da Silva destaca o papel da instituição enquanto catalisadora de mudança e garante uma administração pública mais transparente e orientada para o desenvolvimento regional.

Como avalia este mandato à frente da CCDR Alentejo?

Este mandato foi simultaneamente exigente e profundamente gratificante. Desde o primeiro momento, ficou claro que a CCDR Alentejo I.P. é muito mais do que uma entidade gestora de fundos: é uma instituição estruturante no território, com um papel transversal na implementação de políticas públicas, no ordenamento do território, na coesão social, ambiental e económica, e na articulação com os municípios, as entidades públicas e os agentes da sociedade civil.

Assumimos a responsabilidade de afirmar a CCDR como um verdadeiro centro de governação regional, reforçando a sua credibilidade técnica, capacidade de resposta e proximidade às necessidades do território. A valorização interna das unidades orgânicas e a aposta na modernização tecnológica e administrativa são também aspetos centrais da nossa atuação.

Quais considera serem as principais conquistas alcançadas ao longo destes anos?

Acima de tudo, acho que é importante destacar o trabalho e o esforço de todas as unidades na consolidação da CCDR enquanto Instituto Público. Refiro aos agora cerca de 500 funcionários que esta casa alberga e que têm feito um excelente trabalho na prossecução das suas funções.

Mas, respondendo mais diretamente, destaco várias iniciativas relevantes. A criação da nova Divisão de Auditoria e Transparência, uma estrutura pioneira no seio da CCDR que tem como missão assegurar o cumprimento das regras de transparência administrativa, implementar o plano de prevenção da corrupção e promover a ética institucional.

Com os olhos postos no futuro, a CCDR Alentejo I.P. posiciona-se como um agente estratégico de transformação.

A antecipação dos desafios da transição energética, digitalização e alterações climáticas são centrais para garantir uma região resiliente, inclusiva e sustentável. A articulação entre investimento público, inovação, planeamento territorial e valorização ambiental é apontada como a chave para combater a desertificação, atrair investimento e fixar população.

Esta divisão tem desenvolvido mecanismos como o canal de denúncias internas e externas, manuais de procedimento e ações de sensibilização, colocando a CCDD na linha da frente no cumprimento do Regime Geral de Prevenção da Corrupção.

Reforçamos a capacidade de atuação em áreas de grande sensibilidade. O trabalho desenvolvido pela Unidade de Fiscalização assumiu um papel central no controlo do cumprimento das normas legais e regulamentares, com base em critérios de risco alinhados com as recomendações europeias e integrados em sistemas de informação geográfica que permitem uma atuação orientada, eficaz e tecnicamente fundamentada.

A consolidação da Unidade de Ambiente como estrutura técnica de referência é outra conquista relevante. Destaca-se o trabalho de avaliação ambiental de projetos, com mais de 380 processos coordenados, bem como a participação ativa em projetos estruturantes, como o Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e grandes investimentos em energias renováveis. Acresce o reforço das competências no domínio da conservação da natureza e do bem-estar animal, incluindo a gestão da marca Natural.PT e o envolvimento em projetos de cogestão de áreas protegidas.

Também tenho de destacar o trabalho realizado pela Unidade de Ordenamento do Território, que se tem afirmado como uma estrutura técnica de excelência na definição de estratégias territoriais. A liderança da CCDD Alentejo I.P. num projeto internacional financiado por fundos europeus, que visa rever o subsistema dos recursos geológicos do PROTÁ – Programa Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, é emblemática dessa capacidade. Este projeto representa não só uma inovação técnica, mas também um marco institucional — foi o primeiro aprovado com liderança direta da CCDD Alentejo I.P.

Outro aspeto relevante é o trabalho consistente e de proximidade da Unidade de Serviços Jurídicos e de Apoio à Administração Local, que, mesmo com recursos humanos limitados, tem assegurado não só o apoio jurídico transversal à CCDD, mas também uma cooperação técnica fundamental com as autarquias locais. Este apoio abrange áreas como o ordenamento do território, ambiente, agricultura e o PRR, e tem sido essencial para garantir segurança jurídica e boa execução de programas com impacto direto nos territórios.

Também o trabalho essencial da Divisão de Sistemas de Informação Geográfica, que desenvolveu uma base de dados geoespacial única e transversal, reforçando a capacidade tecnológica da instituição. Este esforço deu origem a aplicações WebSIG inovadoras, como as utilizadas na fiscalização ambiental ou na monitorização da Avaliação de Impacto Ambiental, assim como algumas de forte impacto regional, como o projeto “Transporte a Pedido”, que reforça a mobilidade em áreas de menor densidade.

Quais foram os maiores desafios enfrentados e como foram ultrapassados?

Os maiores desafios deste mandato foram, provavelmente, a transição da CCDD Alentejo para Instituto Público e a gestão dos impactos da pandemia, mas também a execução atempada dos fundos europeus e a preparação do novo quadro financeiro. Enfrentamos essas dificuldades com um planea-

mento rigoroso, um diálogo constante e próximo com os parceiros regionais e uma administração pública comprometida e empenhada.

A transição da CCDD Alentejo para Instituto Público constituiu um desafio significativo, que implicou não só uma profunda reestruturação orgânica e funcional, mas também a implementação de uma nova cultura interna assente na responsabilidade, transparência e integridade.

No entanto, e apesar destes avanços, identificamos a necessidade de continuar a reforçar algumas equipas técnicas, um desafio que permanece prioritário para garantir a qualidade e eficácia do trabalho da CCDD Alentejo I.P.

Como descreveria a evolução da região nos últimos anos em termos económicos, sociais e ambientais?

O Alentejo tem registado uma evolução positiva em diversos indicadores que refletem o seu desenvolvimento económico, social e ambiental. No plano económico, houve melhorias significativas no tecido empresarial, com o surgimento e consolidação de novas empresas, a modernização das infraestruturas e uma maior capacidade de atração de investimento, quer público quer privado. Estes avanços contribuem para a dinamização da economia regional e para a criação de emprego.

No domínio social, embora se verifique um progresso em termos de serviços e qualidade de vida, persistem desafios estruturais, nomeadamente ligados à demografia — com uma população envelhecida e dispersa — e à coesão social, que exigem políticas contínuas e integradas para promover o desenvolvimento inclusivo e a fixação de pessoas no território.

Em termos ambientais, o Alentejo tem dado passos significativos, destacando-se o aumento da aposta nas energias renováveis, especialmente solar e eólica, e na eficiência hídrica, que são cruciais para a sustentabilidade do território. A CCDD Alentejo I.P. tem reforçado o seu papel técnico e regulador através da avaliação e acompanhamento de impacto ambiental, do licenciamento rigoroso e da monitorização contínua dos recursos naturais. Este trabalho assegura que os projetos nos setores agrícola, industrial, turístico e energético incorporem critérios de sustentabilidade, contribuindo para um equilíbrio eficaz entre o crescimento económico e a preservação do património natural e ambiental da região.

Como avalia o papel da CCDD na cooperação com as autarquias? Considera que, face aos desafios impostos pelo atual contexto político mundial, são necessárias alterações na sua atuação?

A cooperação com as autarquias é um pilar fundamental da atuação da CCDD Alentejo I.P. Atuamos como uma plataforma estratégica de diálogo, planeamento e promoção da coesão territorial, facilitando a coordenação entre os diferentes níveis de governação. Esta relação próxima permite alinhar esforços e potenciar recursos em prol do desenvolvimento sustentável da região.

Num contexto político mundial marcado por desafios como a guerra na Ucrânia, a transição energética, a autonomia estratégica europeia e a necessidade de resiliência socioeconómica, torna-se imperativo reforçar a nossa capacidade de antecipação e intervenção territorial. Isso implica uma atuação cada vez mais próxima das autarquias, com maior agilidade, inovação e

Gerir dois quadros comunitários em simultâneo é um dos maiores desafios para qualquer entidade regional. Nesta secção, é abordado o legado do Alentejo 2020 — com mais de 5 mil projetos apoiados — e a nova visão estratégica que guia o Alentejo 2030. A aposta é clara: reforçar a competitividade económica, garantir a sustentabilidade ambiental e valorizar as pessoas e o território. Ceia da Silva destaca, ainda, os esforços de simplificação, proximidade e alinhamento com os grandes objetivos do Portugal 2030.

flexibilidade na gestão pública para responder eficazmente às necessidades locais e regionais.

Importa, ainda, destacar o papel crucial da Unidade de Serviços Jurídicos e de Apoio à Administração Local (USJAAL), que tem fortalecido o apoio técnico, jurídico e contabilístico às câmaras municipais e comunidades intermunicipais. Para além da assistência em programas relevantes — como o de Beneficiação de Equipamentos Municipais e os centros de recolha de animais de companhia —, a USJAAL tem promovido ações de capacitação técnica e jurídica para eleitos e dirigentes locais, que têm registado forte adesão e impacto positivo na melhoria da governação local.

Gerir dois quadros comunitários em simultâneo é um dos maiores desafios para qualquer entidade regional. Nesta secção, é abordado o legado do Alentejo 2020 — com mais de 5 mil projetos apoiados — e a nova visão estratégica que guia o Alentejo 2030. A aposta é clara: reforçar a competitividade económica, garantir a sustentabilidade ambiental e valorizar as pessoas e o território. Ceia da Silva destaca, ainda, os esforços de simplificação, proximidade e alinhamento com os grandes objetivos do Portugal 2030.

Quais foram os principais resultados alcançados com o programa Alentejo 2020? E quais foram os principais projetos?

O programa Alentejo 2020 teve um papel determinante na dinamização da economia regional, na melhoria da coesão territorial e social e no reforço da competitividade do tecido económico. Os principais resultados evidenciam-se na modernização das infraestruturas, no apoio às empresas, na qualificação das pessoas e na valorização do conhecimento.

Ao todo, o Alentejo 2020 financiou mais de cinco mil projetos, com impacto significativo nas áreas da educação, saúde, infraestruturas, ciência e inovação. Projetos como a ampliação do Parque de Ciência e Tecnologia do Alentejo e a modernização de escolas e unidades de saúde foram particularmente emblemáticos.

A reabilitação de centros históricos teve, também, um papel essencial na melhoria da qualidade de vida das populações e na redução de assimetrias territoriais.

Gostaria, contudo, de destacar especialmente o Hospital Central de Évora — uma infraestrutura de grande dimensão que será estruturante para toda a região do Alentejo.

Que lições podemos retirar do Alentejo 2020 que estão a ser aplicadas no Alentejo 2030?

Uma das grandes lições do Alentejo 2020 foi a necessidade de reforçar a articulação entre entidades públicas e privadas na conceção e execução de projetos, garantindo maior eficiência e maior alinhamento com os desafios reais do território. Aprendemos, também, que a simplicidade dos procedimentos, a previsibilidade na calendarização dos avisos e a proximidade com os beneficiários são essenciais para aumentar a eficácia da execução dos fundos.

No Alentejo 2030, estamos a aplicar essas aprendizagens com uma lógica mais integrada, com maior foco nos resultados e com aposta reforçada na competitividade da economia, na sustentabilidade ambiental e na valorização do território e das pessoas na região.

Em que ponto se encontra a implementação do programa Alentejo 2030?

O programa Alentejo 2030 já se encontra numa fase de execução significativa. Até ao momento, foram lançados 120 avisos, com uma dotação global de 625,5 milhões de euros, que ultrapassa já os 56% da dotação total do Alentejo 2030 (1,1 M€). Em resposta, foram apresentadas 1 579 operações, num total de 1 162,9 milhões de euros solicitados. Destes, 655 projetos já foram decididos, dos quais 407 foram aprovados, com 208,7 milhões de euros de fundo aprovado e 37,5 milhões de euros já pagos aos beneficiários.

Neste momento, 851 operações estão em análise, representando mais de 530 milhões de euros em pedidos de apoio, o que demonstra bem o dinamismo e o interesse dos promotores regionais neste novo ciclo de programação.

No que respeita à meta N+3, após a reprogramação, o objetivo é alcançar os 100 milhões de euros executados até 31 de outubro de 2025. Atualmente, o programa conta com 35 milhões de euros já executados e cerca de 15 milhões em fundo em análise.

Este nível de execução, considerando o tempo decorrido desde a aprovação formal do programa, demonstra a capacidade de resposta e o dinamismo dos promotores regionais, bem como o trabalho intenso de acompanhamento e agilização processual por parte da Autoridade de Gestão.

Com os olhos postos no futuro, a CCDR Alentejo I.P. posiciona-se como um agente estratégico de transformação. A antecipação dos desafios da transição energética, digitalização e alterações climáticas são centrais para garantir uma região resiliente, inclusiva e sustentável. A articulação entre investimento público, inovação, planeamento territorial e valorização ambiental é apontada como a chave para combater a desertificação, atrair investimento e fixar população.

Como vê o futuro da região nos próximos anos? Que mudanças são esperadas?

Vejo um futuro de renovação e confiança para o Alentejo. A região está a afirmar-se cada vez mais como um território atrativo para viver, investir e inovar. Prevemos mudanças estruturais significativas, impulsionadas pela digitalização, pela valorização sustentável dos recursos naturais e pela crescente consciência ambiental da sociedade.

O futuro do Alentejo dependerá muito da nossa capacidade de planeamento territorial eficiente e integrado. O trabalho da CCDR tem sido fundamental nesse sentido, especialmente na incorporação de temas críticos como as alterações climáticas, a conservação da biodiversidade e a resiliência territorial. Esta abordagem permite-nos antecipar cenários futuros, apoiar os municípios na tomada de decisão e alinhar os instrumentos de planeamento regional com as exigências de desenvolvimento sustentável, garantindo que as gerações vindouras herdem um território equilibrado e dinâmico.

Como antevê o futuro da CCDR perante os desafios da digitalização, das alterações climáticas e da transição energética?

A CCDR terá de assumir um papel ainda mais proativo e tecnicamente capacitado. Nesse sentido, estamos a adaptar as nossas competências para apoiar as transições em curso.

Este mandato aproxima-se do fim, mas os desafios permanecem. António Ceia da Silva deixa uma mensagem de confiança e compromisso às populações do Alentejo, reafirmando o papel da CCDR como entidade de proximidade e ação. O caminho trilhado mostra que é possível construir uma região mais coesa, inovadora e preparada para os desafios do futuro — com visão estratégica, cooperação institucional e envolvimento de todos.

Também a gestão do território terá de ser cada vez mais inteligente, resiliente e inclusiva e a CCDR será um agente central neste processo.

A resposta da CCDR Alentejo I.P. passa também por uma atuação ambiental robusta e tecnicamente qualificada. Quer na avaliação de impacto ambiental, no licenciamento ou na conservação da natureza, a CCDR tem vindo a adaptar os seus procedimentos à crescente complexidade dos projetos e à urgência da ação climática.

No domínio do ordenamento do território, estamos a desenvolver abordagens inovadoras através de projetos internacionais que nos colocam em sintonia com outras regiões europeias que enfrentam desafios semelhantes. O ordenamento será um instrumento-chave na adaptação às alterações climáticas, no uso racional dos recursos e na promoção da coesão territorial.

Que papel tem a CCDR Alentejo na promoção da coesão territorial e no combate à desertificação humana e económica do interior?

A CCDR Alentejo I.P. desempenha um papel central na promoção da coesão territorial e no combate à desertificação humana e económica das zonas do interior. Desenvolvemos políticas integradas que articulam investimento público, serviços essenciais e inovação.

Além disso, incentivamos e apoiamos projetos colaborativos que reforcem a identidade local e promovam a sustentabilidade económica e social dos territórios. Através da nossa atuação técnica em planeamento e monitorização territorial, em estreita colaboração com os municípios, procuramos alinhar as políticas públicas regionais com uma visão de longo prazo, integrada e equilibrada.

Contamos, também, com iniciativas com forte componente técnica e financiamento europeu que fornecem ferramentas avançadas e conhecimento aplicado, fortalecendo a capacidade das comunidades locais para responderem aos desafios da desertificação e promoverem o desenvolvimento sustentável da região.

Como avalia a colaboração entre a CCDR Alentejo, os municípios e o setor privado no desenvolvimento da região?

A colaboração tem sido positiva e tem vindo a intensificar-se progressivamente. Trabalhamos com uma lógica de coprodução de políticas públicas, assente na escuta ativa e na partilha de responsabilidades entre os diversos atores do território.

Mantemos um diálogo permanente com os autarcas, os empresários, as instituições de ensino e outros agentes relevantes, promovendo uma abordagem integrada e participada. Acreditamos firmemente que apenas através do envolvimento coletivo e da construção de consensos é possível alcançar um desenvolvimento sustentável, efetivo e duradouro, capaz de responder aos desafios presentes e preparar o futuro da região.

Este mandato aproxima-se do fim, mas os desafios permanecem. António Ceia da Silva deixa uma mensagem de confiança e compromisso às populações do Alentejo, reafirmando o papel da CCDR como entidade de proximidade e ação. O caminho trilhado mostra que é possível construir uma região mais coesa, inovadora e preparada para os desafios do futuro — com visão estratégica, cooperação institucional e envolvimento de todos.



Em jeito de balanço, que ideia tem hoje da CCDR Alentejo que não tinha quando iniciou funções como Presidente?

Quando iniciei funções como Presidente da CCDR Alentejo I.P., tinha, naturalmente, uma visão abrangente da instituição, do seu papel estratégico e das suas competências. Mas a vivência do cargo permitiu-me ganhar uma perceção muito mais profunda da complexidade e da riqueza que a CCDR representa.

Hoje, vejo a CCDR Alentejo I.P. como uma entidade verdadeiramente transversal à vida da região, não apenas na implementação de políticas públicas e fundos europeus, mas também como um agente de coesão territorial, proximidade institucional e inovação administrativa. A dedicação, o conhecimento e a resiliência das equipas, em todas as unidades, superaram as minhas expectativas e mostraram-me uma organização com um potencial de transformação regional muito mais forte do que alguém possa imaginar. A capacidade de fazer bem, com meios limitados, e com um forte sentido de missão foi uma das lições mais marcantes desta experiência.

Em termos pessoais, sentiu-se realizado na função? Qual considera ser o seu principal legado?

Liderar a CCDR Alentejo I.P. é um privilégio e uma responsabilidade que encaro com total entrega. Este foi um período de grande exigência, mas igualmente de crescimento pessoal e serviço público.

Em termos de legado, creio que a consolidação da CCDR como instituição de proximidade, mais transparente, mais aberta à sociedade civil e às autarquias, mais eficaz na resposta aos desafios da região é, talvez, o contributo mais visível. A preparação atempada e o arranque do Alentejo 2030, o reforço da articulação entre unidades, a aposta na modernização administrativa e o foco no apoio aos territórios de baixa densidade e às pessoas são marcas que, espero, fiquem como base sólida para o futuro.

Mas, acima de tudo, sinto o orgulho no trabalho desenvolvido por equipas de enorme qualidade e sentido de dever e convicção de que o Alentejo tem na CCDR uma estrutura pública preparada para contribuir ativamente para o seu desenvolvimento sustentável e coeso.

Potenciar a CCDRA como um verdadeiro centro de recursos de apoio aos agentes da região

Entrevista a Aníbal Costa, Vice-Presidente da CCDR Alentejo, I.P.

Um dos objetivos apontados por Aníbal Reis Costa, quando em 2020 foi eleito Vice-Presidente da então Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, foi, como referiu na altura à Missão: Alentejo, potenciar a CCDRA IP como um verdadeiro centro de recursos de apoio aos agentes da região.

Hoje, este alentejano que não se vê a estar longe da sua terra e da sua região, sente uma certa vaidade de ter contribuído para a atual CCDRA IP, seja cada vez mais esse centro de apoio aos agentes da região “um dos trabalhos que me enche de orgulho nestes anos foi ter contribuído para a reativação do trabalho conjunto com as autarquias e principalmente com as Juntas de Freguesia. Tem sido um trabalho muito positivo de colaboração e de ensinamento mútuo”.

Sendo aliciante, não tem sido um percurso fácil, pois neste período houve transformações na estrutura orgânica da CCDRA IP: “Quando me apresentei a eleições para o cargo de Vice-Presidente, o objetivo principal era vir a integrar uma instituição que iria sofrer uma reformulação de toda a estrutura orgânica da CCDR, o que, pelo facto de ser eleito, me dava maior legitimidade e também muitas mais responsabilidades, pois iria desenvolver uma atividade empenhada de promoção, defesa e desenvolvimentos da nossa região”.

Aníbal Costa ficou, entre outras responsabilidades, com as autarquias locais e o apoio ao desenvolvimento da estrutura interna bem como os serviços regionais da CCDRA IP.



A reestruturação da instituição não aconteceu com a celeridade com que o Vice-Presidente Aníbal Costa estava a contar: “essa fase levou algum tempo. Só muito recentemente é que os estatutos da CCDR foram alterados e, não obstante de termos sido eleitos em 2020, só em 2024 é que a CCDRA IP passou a Instituto Público de Regime Especial, em que foram incluídas novas áreas de atividade como a agricultura e a cultura, o que veio reforçar o papel das CCDR”.

Esta reestruturação era, para Aníbal Costa, essencial: “Se não tivesse havido esta reestruturação com a mudança de estatutos, a sua forma de funcionar estava, em muitos casos, condenada, a curto prazo, a ser uma entidade pouco relevante a nível da administração pública nacional”.

E foi mais longe o Vice-Presidente da CCDRA IP: “A CCDR esteve durante muito tempo estagnada ao nível das suas competências, aliás, ao longo do tempo foi sendo amputada de muitas competências que tinha e a própria autonomia foi completamente ignorada. Não havia qualquer tipo de perspetiva ou um funcionamento mais próximo das entidades”.

Outro dos pontos fracos que encontrou prende-se com o “facto de a própria administração pública/função pública ter deixado de ser menos atrativa do que há uns anos e de ter havido uma ausência de novas contratações, novos funcionários. A CCDR estava num caminho que era muito redutor e que punha em causa a própria relevância da CCDR”.

Para Aníbal Costa, se não tivesse havido a reestruturação orgânica, “a CCDR estaria muitíssimo pior do que está ao nível do funcionamento do impacto e da importância e da própria visibilidade que tem agora”.

Apesar de tudo estar a correr com sucesso, Aníbal Costa mostra-se um pouco crítico quanto ao processo de reestruturação: “O processo não foi bem conduzido, não houve preparação, não houve a informação dos vários intervenientes de que deveria ter havido, mas, apesar de tudo e devido ao bom senso que há sempre em muita gente na administração pública em Portugal, conseguimos que a transição fosse feita com a tranquilidade necessária para que tudo esteja a correr bem”.

“Não foi fácil a integração de serviços, de centenas de funcionários, de serviços que funcionavam de forma autónoma há 40 anos, casos da cultura e agricultura e, apesar de tudo,

com o empenho muito forte dos diretores de serviço dos atuais e anteriores dos vários serviços, procurou-se, e acho que se tem conseguido, tornar a CCDR numa única entidade”, referiu Aníbal Costa.

E concluiu: “Desta forma, um processo que poderia ter corrido mal, o que não veio a acontecer, antes pelo contrário, estamos a ganhar na otimização dos recursos e, ao mesmo tempo, estamos a fazer um esforço para renovar os recursos humanos com a entrada de sangue novo”.

Sobre o futuro da CCDRA IP, Aníbal Costa não tem dúvidas: “Penso que é mais ou menos consensual entre os dois maioríssimos partidos de que é necessário dotar as CCDR com mais meios e, apesar dos acertos últimos (agricultura), vai gradualmente ter mais meios e competências” e adianta “aproveitar os recursos, racionalizar as boas práticas de integração, e elas estão a acontecer apesar de algumas ainda serem pouco visíveis, darão o certificado de confiança às novas competências que venham a surgir”.

O Alentejo teve a sabedoria de dotar a CCDRA IP com novos Vice-Presidentes conhecedores das áreas que lhes estavam incumbidas (Agricultura e Cultura). “Não cabendo ao Conselho Diretivo a decisão, houve realmente a intenção de aproveitar o conhecimento de pessoas que já o tinham, como foi o caso do Vice-Presidente para a Agricultura e a Vice-Presidente da Cultura, que tinham já funções nessa área e foi muito importante, pois isso teve um impacto positivo”, disse-nos o Vice-Presidente da CCDRA IP.

Falar com Aníbal Costa é sentir o entusiasmo, a alegria, o brilho nos olhos de quem está bem e motivado para a sua missão. “Sou feliz na função que desempenho, sinto-me bem. Eu tive oportunidade de, profissionalmente, trabalhar fora da região. Foram somente dois episódios que tive fora da região, foram momentos em que senti obrigação de o fazer, mas, rapidamente, sai deles. Eram em Lisboa e rapidamente tentei regressar para o Alentejo, para estar perto de casa”.

A “sua casa” agora é a CCDRA IP. “Sinto-me bem na CCDRA IP. Preferia não ter de fazer 65 quilómetros para cá e outros tantos para lá diariamente, nunca tinha tido essa experiência anteriormente, mas, globalmente, tem sido bom. E só o facto de poder trabalhar com pessoas que têm o mesmo sotaque que eu e com as quais me identifico é, para mim, altamente gratificante. E se juntarmos a isso sentir que estou a contribuir, dentro das minhas possibilidades, para que a minha região tenha maior visibilidade é a coisa mais gratificante que me pode acontecer em termos profissionais.”

Ser protagonista de uma mudança histórica é outra grande alegria de Aníbal Costa. “Foi um passo dado pela primeira vez na história. Dotar uma entidade regional de competências alargadas e sem ser específica é, de facto, muito importante. Nós tínhamos ignorado sempre o nível regional e a CCDR consegue ser isso”.

“Agora que foi dado este passo, que foi dado um reforço de competências e de autonomia, estamos a completar a pirâmide administrativa pública do país e isso é um caminho importante. O facto de ir deixando de haver nomeações será um caminho que vamos trilhando rumo ao Governo Regional”, referiu o Vice-Presidente da CCDRA IP.

Voltando à sua motivação e felicidade, Aníbal Costa, com um sorriso franco, vai-nos confidenciando que, “em termos

personais, quero continuar aqui no Alentejo, gosto demasiado da minha região. Eu já experimentei esses dois episódios e não tendo desgostado acho que não tenho vocação para não estar próximo da minha terra, da minha região. Sou muito mais regionalista e localista e menos nacionalista, quero ficar ligado à minha região”.

Durante estes anos, foram muitos os momentos de alegria pelo trabalho feito. Ao ser questionado para nos dizer três aspetos positivos que o tenham marcado, Aníbal Costa não hesita: “muito positivo tem sido a boa relação que tenho tido com os trabalhadores da CCDR, não sendo eu uma pessoa de trato difícil, a relação direta que tenho com as pessoas está a ser fantástica”.

Outro fator positivo foi o de estar numa terra de que “gosto e não sabia”, referiu Aníbal Costa. “Eu tinha estado em Évora a tirar uma pós-graduação em 1997. Vinha cá às sextas e sábados e comecei a ter uma certa simpatia por Évora. Agora com estas funções, estou aqui mais tempo e comecei a compreender mais a cidade e os seus cidadãos e a ficar mais ligado a Évora”.

Finalmente, com as suas raízes mais profundas ao Baixo Alentejo, “fiquei muito feliz por ter participado ativamente na mudança das instalações da CCDRA IP em Beja. Poder dotar os serviços de Beja com instalações modernas, funcionais, que fazem inveja a qualquer serviço público do país e que resultaram de uma conciliação de vontades entre a autarquia de Beja, o Ministério que nos tutela e a CCDRA IP, incluindo, ainda, as pessoas que se empenharam a fundo neste processo e foram fundamentais para que 15 pessoas que lá trabalhavam passassem de um situação em que o teto lhes podia cair na cabeça para terem instalações das mais modernas e que lhes permitem desenvolver com melhor qualidade as suas tarefas foi, de facto, um momento que me encheu de alegria e felicidade”.

Aníbal Costa faz questão de salientar o bom ambiente que se vive no seio do Conselho Diretivo: “É muito boa a relação profissional que existe, temos todos um espírito aberto quer com o Presidente e Vice-Presidente bem como com os vogais do Programa Regional”.

Se existe uma preocupação sobre o futuro do Alentejo, principalmente face aos problemas demográficos e de digitalização, “há um problema com a carência demográfica que está a ser mitigada pelos migrantes que cá estão e que numa primeira fase estão a resolver muitas das nossas tarefas e funções da vida comunitária, mas entraremos numa outra fase que temos de estar preparados para ela e que é a fase da miscigenação da população e isso vai acontecendo e temos de ter a capacidade de integração social dos nossos novos alentejanos”.

A digitalização é outro problema que se tem de atacar para vencer. “Ainda há muitas carências de acesso ao digital e, à exceção de uma geração que está a desaparecer, todos os outros já lidam com o digital e aí há também um trabalho importante a fazer e que se liga com a demografia, pois, para que os quadros relevantes se fixem aquém e que geramos através das universidades e politécnicos, têm de ter aqui também no digital condições para que aqui fiquem e nos ajudem a desenvolver ainda mais o Alentejo”.

Sobre a maior qualidade que tem de ter um dirigente, Aníbal Costa aponta dois: sentido de missão e “quem não tiver paixão pelo que faz e pelo Alentejo deve sair”.

CCDRA: Uma visão estratégica para o futuro do Alentejo

Entrevista a Carmen Carvalheira, Vice-Presidente da CCDR Alentejo, I.P.

Num tempo em que se impõe um novo olhar sobre o território, Carmen Carvalheira, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. (CCDRA IP), deixa um testemunho claro, ponderado e profundamente comprometido com a transformação sustentável da região. A sua visão para o futuro da CCDRA IP e do papel que esta deve assumir no seio da administração pública portuguesa é inequívoca: trata-se de consolidar um modelo de governação descentralizado, mas eficaz, que reconheça a especificidade dos territórios e valorize a capacidade local de decisão.

“Que a CCDR seja efetivamente a sede de um governo regional”, afirma Carmen Carvalheira, sublinhando que não se trata obrigatoriamente de um processo de regionalização clássica, mas antes de um caminho firme de descentralização de competências. “Um processo efetivo”, como refere, “onde as CCDR tenham capacidade de decisão nas mais diversas áreas em que intervêm.” Para que isso se torne realidade, defende que as Comissões de Coordenação devem assumir um papel central na gestão da informação territorial, funcionando como verdadeiros centros de conhecimento e articulação interinstitucional. “Seria importante que sejam as gestoras dos dados da região em articulação com as restantes entidades com competências de gestão territorial”, acrescenta, defendendo um modelo de governação baseado na evidência e no conhecimento partilhado.

Esta abordagem estratégica encontra eco na forma como encara o trabalho em rede. Carmen Carvalheira não hesita em afirmar que a cooperação com as instituições públicas e privadas da região é não só desejável como absolutamente essencial. “Diria que nem faz sentido que não seja assim.” A proximidade entre entidades, o trabalho conjunto, a troca de saberes e práticas são, na sua visão, condições indispensáveis para o sucesso de qualquer política pública. “Só num trabalho de grande proximidade é possível acompanhar projetos, decisões e monitorização, de forma a dar dimensão ao conhecimento e a capacitar pessoas e serviços para o trabalho futuro.” Esta lógica colaborativa fortalece o tecido institucional da região e cria redes de confiança que se tornam alicerces para projetos com impacto duradouro. “É, também, esta lógica de rede que assegura que o trabalho de cada um servirá também para os restantes”, reforça.

Um exemplo concreto da importância dessa abordagem está patente no projeto Évora 27, a candidatura da cidade a Capital Europeia da Cultura. Carmen Carvalheira reconhece que existiram momentos de impasse, mas considera que há, ainda, margem para retomar o ritmo e alcançar os objetivos propostos. “A recuperação do tempo ‘perdido’ poderá ser conseguida



a partir de um trabalho de grande proximidade entre as entidades que participam neste projeto desde o seu início”, afirma. Lembra que estas entidades integram hoje a Assembleia da Associação Évora 27 e sublinha que “a maior ‘fatia’ desse trabalho caberá à Câmara Municipal de Évora em parceria com a Associação Évora 27.” Não deixa, contudo, de enfatizar o carácter regional do projeto: “É importante manter o foco no facto de que este é um projeto regional e que importa que Évora saiba ‘chamar’ toda a região Alentejo para um evento onde todos se sintam parte integrante.”

No balanço que faz do seu mandato, Carmen Carvalheira destaca o valor das equipas da CCDR. “Em qualquer entidade, um dos focos mais importantes são sempre as pessoas que cá trabalham”, afirma com reconhecimento. O seu período em funções coincidiu com mudanças estruturais internas, que procurou transformar em oportunidades de reorganização e otimização. “Acredito ter conseguido aproveitar para otimizar serviços e a forma como podem responder e articular-se entre si.”

Um dos exemplos que partilha é a evolução de um simples grupo de trabalho em Sistemas de Informação Geográfica para uma Divisão com funções transversais a toda a instituição. Um caso exemplar de como a reorganização interna pode reforçar a capacidade da CCDRA IP de prestar um serviço público mais eficiente, coordenado e próximo.

O seu entendimento da administração pública cruza-se de forma direta com a sua visão para o desenvolvimento regional. “É, desde sempre, objetivo que os serviços consigam trabalhar em coordenação, no objetivo final de conseguir dar respostas efetivas que consigam apoiar todos os que delas dependem e que terminem na capacidade de promover o desenvolvimento regional sem descurar da salvaguarda e proteção de todo o território.” Para Carmen Carvalheira, o progresso não pode ser dissociado da identidade e da sustentabilidade ambiental e social do Alentejo. Essa é uma marca constante da sua atuação.

Como legado, fica uma notável diversidade de projetos em que a CCDRA IP passou a ser parte ativa: transportes, mobilidade em territórios de baixa densidade, economia circular, *place branding*, digitalização e smartificação, adaptação às alterações climáticas, capacitação para uso de ferramentas de inteligência artificial, bioeconomia, biodiversidade, energia e agricultura, gestão da água, segurança e proteção civil. “Cada um destes projetos dotou a CCDR de conhecimentos e trouxe para a região a possibilidade de reforço de novas parcerias com um número significativo de entidades públicas e privadas da região, do país e europeias.” A semente está lançada — e representa um importante avanço na construção de uma região mais inovadora, resiliente e conectada.

Entre os momentos mais gratificantes do seu percurso, Carmen Carvalheira destaca a missão internacional a Osaka, no Japão, onde o Alentejo se apresentou como uma região coesa, com identidade própria e ambição de futuro. “Foi especialmente gratificante levar a representação do Alentejo a Osaka enquanto região, missão que conseguimos graças à colaboração e disponibilidade de todas as entidades que participaram.” Um símbolo de uma região que quer e sabe projetar-se no mundo.

Em termos de futuro, Carmen Carvalheira expressa um desejo de continuidade e compromisso. “Tenho o desejo de que o legado que fica destes anos seja continuado pelos vários serviços que integram cada um destes projetos e por quem vier a ser responsável por eles.” Com a serenidade de quem serviu com convicção, afirma: “Sei que, em cada momento, uns mais desafiantes que outros, tomei sempre as decisões que acreditei serem as melhores para o Alentejo e para todos os que aqui vivem e escolhem investir numa região plena de potencialidades.”

“A CCDR deve ser efetivamente a sede de um governo regional.

“Só num trabalho de grande proximidade é possível capacitar pessoas e transformar serviços.

“Évora 27 deve ser um projeto regional, no qual todos se sintam parte integrante.

“O legado que fica é um convite à continuidade, à inovação e à colaboração.

CCDR Alentejo como exemplo de inovação, excelente capacidade de adaptação e boa gestão

Entrevista a José Domingos Velez, Vice-Presidente da CCDR Alentejo, I.P.



José Domingos Velez foi a escolha natural para ocupar o cargo de Vice-Presidente da CCDRA IP, dedicado à Agricultura.

José Velez era, até então, Diretor Regional Adjunto da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo e teve uma grande parte do seu percurso profissional ligado à área agrícola. Licenciado em Engenharia Zootécnica pela Universidade de Évora e Doutorando a concluir a tese de Doutoramento pela Universidade da Extremadura com o título de “Melhoramento de Pastagens Naturais em Zonas Semiáridas Mediterrânicas”, o novo Vice-Presidente da CCDRA IP trazia consigo uma experiência de mais de 30 anos, quer no ensino, a maior parte no ensino politécnico, quer como dirigente, entre outras, na direção da Escola Superior Agrária de Beja e como Vice-Presidente nas Câmaras Municipais de Moura e de Beja.

Apesar de toda a sua experiência e, como referiu, “mesmo conhecendo profundamente a área da agricultura e produção animal (matérias em questão), profissionalmente e pelo exercício de funções técnicas e de dirigente a elas ligado”, a transição não foi tranquila, não pela complexidade das funções, mas porque, como nos referiu, “a transição teve que ser operada num muito curto espaço de tempo, com a garantia

de que os serviços não paravam e se mantinham funcionais”.

“Não foi fácil! Tivemos de saber ultrapassar algumas complicações e vicissitudes de última hora. Todavia, com muito bom senso, paciência, diálogo e trabalho devidamente planificado e articulado, conseguimos fazer uma transição relativamente pacífica e respeitando os nossos compromissos e deveres, porventura até melhor do que era suposto”, disse José Velez.

Sem vacilar e com a certeza do que ia dizendo, o Vice-Presidente da CCDRA IP fez questão de salientar que o sucesso deste início de funções muito se deve ao conhecimento que tinha das “pessoas, serviços e orgânica”. Mas acrescentou: “Sem o empenho e inexcedível boa vontade de todos, a situação poderia ter-se tornado, senão insustentável, pelo menos muito mais difícil”.

José Velez, que passou parte da sua meninice entre a sua terra, Moura, e a cidade de Évora, não desconhecia por completo a instituição que o acolheu como Vice-Presidente. “Eu já conhecia e colaborava com a ‘antiga’ CCDR, pelo que não foi um salto no escuro”. Contudo, deparou-se com a verdadeira grandeza da instituição: “Estamos, agora, na presença de um organismo público de grande dimensão a todos os níveis”.

José Velez cedo se apercebeu das potencialidades e da responsabilidade que é ser dirigente da CCDRA IP. “Neste momento, estamos na presença duma ferramenta essencial ao desenvolvimento que se quer sustentado da região e do país. Com esta ‘máquina’ reestruturada, bem mais complexa e pesada, não podemos descurar as suas necessidades, nem a sua evolução, obrigatoriamente dinâmica e contínua”.

Com o seu olhar de “menino sonhador”, José Velez é exigente quanto ao futuro da instituição: “Quero ver a CCDR como um exemplo de inovação, excelente capacidade de adaptação e boa gestão, capaz de respeitar e responder com eficácia e eficiência, quer interna, quer externamente, a quem dela necessite” e remata com um sorriso, “se dissesse que não, o melhor era ir-me embora”.

O antigo médio do Moura Atlético Clube tem ideias precisas sobre o papel da CCDRA IP, no desenvolvimento do Alentejo: “Temos um sistema político de exercício executivo com dois ‘poderes’ fortes e enraizados em tempos de democracia, o Poder Central e o Poder Local. Não havendo Poder Regional, a CCDR, de forma ainda mais evidente desde que se alteraram as suas estruturas e passagem a IP, assume um papel ativo de desconcentração e de mitigação do distanciamento entre Lisboa e o mundo local e regional”.

“Sobre a CCDR, estou confiante de que pode assumir-se como uma plataforma de descentralização, aproximação à realidade das pessoas e das organizações (económicas, institucionais ou sociais) e facilitadora das necessidades objetivas e necessárias ao progresso e desenvolvimento, de forma mais eficaz e eficiente”, referiu.

Embora a sua área de estudo e trabalho seja, essencialmente, a agricultura, José Velez é um estudioso das áreas onde trabalha e, por isso, aventura-se noutras áreas, inclusivamente na área editorial. É coautor do livro “Gestão e Fiscalização de Empreitadas” e não se coíbe de dar “uma perninha” num comentário de atualidade política e social da Rádio Planície de Moura no programa “Pontos de Vista”.

Com os pés bem assentes na terra e conhecedor do saber-fazer das populações, José Velez olha e pensa no futuro e nos desafios que tem pela frente. “O planeta de hoje não sobreviveria sem as tecnologias de informação, pelo menos como o conhecemos”.

A sua experiência em cargos de responsabilidade, como nas autarquias de Beja e de Moura, dá ao Vice-Presidente da CCDRA IP uma visão acertada sobre os novos desafios. “Uma governança dinâmica, atualizada e inovadora não pode prescindir, nem sequer utilizar de forma deficiente, das tecnologias de informação, muito em especial as Instituições Públicas, onde se exige competência, rapidez e pragmatismo”.

As novas tecnologias de informação são, também, uma das áreas de trabalho de José Velez, que procura utilizar todos os recursos ao seu dispor para tornar a CCDRA IP uma instituição cada vez mais moderna, eficiente e eficaz. Desta forma, instrumentos como a inteligência artificial têm de entrar no dia a dia da governança: “A Inteligência Artificial (IA) é já uma realidade muito para além de uma ideia ou ficção. É crucial saber como a usar e potenciar, ainda que racionalmente. Porém, o ser humano não pode ser relegado para segundo plano. As tecnologias de informação, particularmente a IA, devem servir e ser aproveitadas pelo Homem e não o seu contrário”.

É assim José Domingos Velez, um homem tranquilo, reservado, orgulhoso do trabalho que tem realizado, mas, como faz questão de deixar bem claro, “com a ajuda de todos os colegas com quem trabalho (e dos outros serviços), alicerçada no bom ambiente geral existente, sinto-me útil, motivado e, obviamente, realizado na função para que a “carta seja devidamente levada a Garcia”.

Neste momento, estamos na presença de uma ferramenta essencial ao desenvolvimento que se pretende sustentável da região e do país.

“
Neste momento, estamos na presença de uma ferramenta essencial ao desenvolvimento que se quer sustentado da região e do país.

“Uma bússola cultural para o Alentejo”

Entrevista a Ana Paula Amendoeira, Vice-Presidente da CCDR Alentejo, I.P.

Entrevistar Ana Paula Amendoeira, seja em que formato for, como por exemplo, uma entrevista mais simples do tipo pergunta-resposta, uma mais elaborada, mais temática ou mesmo uma conversa onde o mundo das ideias e das “coisas” mais práticas se confundem, é sempre um momento encantador e enriquecedor para quem tem a missão de mostrar ao público a individualidade que temos pela frente.

Ana Paula Amendoeira é, atualmente, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P., tendo a seu cargo uma área que já conhecia bem, a da Cultura, pois era Diretora Regional da Cultura do Alentejo e é uma personalidade que tinha, e tem, o respeito de todos os atores culturais da região, que reconhecem nela a pessoa certa para o lugar certo.

A Vice-Presidente da CCDRA IP não esconde a crítica que manifestou “à reforma que extinguiu as Direções Regionais de Cultura e integrou parte das suas competências nas CCDR IP, sem que tenha sido feita uma avaliação da sua missão, desempenho e resultados que pudesse sustentar ou justificar a decisão e informar a reforma realizada”.

Apesar dessa crítica, Ana Paula Amendoeira aceitou o convite para integrar o Conselho Diretivo da CCDRA IP, com um único propósito: “Dar o meu melhor contributo de serviço público para que esta profunda alteração tivesse o menor impacto possível nesta área na nossa região e é nesse sentido que tenho pautado o meu trabalho ao longo deste cerca de ano e meio, sempre em articulação com o Presidente e colegas do Conselho Diretivo, como não podia deixar de ser”.

O trabalho da responsável pela cultura no Alentejo não tem sido fácil, pois, apesar de todo o trabalho, o que é facto é que viu “ainda mais reduzida a capacidade de meios financeiros, de autonomia administrativa e da carga burocrática que esta nova realidade veio acentuar”. No entanto, para Ana Paula Amendoeira, o importante é “manter a coesão das equipas com todos os trabalhadores da Unidade de Cultura e a ligação colaborante com todos os serviços com que nos devemos relacionar de forma mais próxima, assegurar a estabilidade para desempenharmos as competências que nos foram delegadas com autonomia de decisão, informada pelo conhecimento das matérias substantivas”.

Não foi só internamente que tem sido necessário manter a coesão e o foco de toda a equipa da Unidade de Cultura. A Vice-Presidente tem tido a preocupação de “assegurar neste período de integração, que se adivinhava difícil, uma relação o mais estável, previsível e colaborante com os nossos parceiros institucionais, como as autarquias, organismos do Estado, as empresas, as dioceses, paróquias, misericórdias,



região, em que os destinatários se revejam, e se possam assim tornar mais fortes e legitimadas para defender os interesses do Alentejo.”

Para além do que era o trabalho da Cultura, Ana Paula Amendoeira abraçou, também, as competências relacionadas com os apoios à comunicação social regional. Foi algo de novo que encontrou e que tem, digamos assim, superado com êxito, pois “com o imprescindível papel dos técnicos e dirigentes, conforme previsto nos instrumentos legais e dotações financeiras respetivas, as quais consideramos desejável aprofundar após este período de transição, já nos permite fazer um balanço e preparar uma fase que esperamos de maior previsibilidade para um melhor serviço público a toda a região em todos os domínios das nossas competências”.

Com o mesmo entusiasmo que fala da sua área, a cultura, a Vice-Presidente tem ideias fixas para a CCDRA IP: “As CCDR necessitam de pensamento crítico, político, para aprofundar o seu modelo de constituição, de legitimidade e legitimação junto dos cidadãos, o que requer um trabalho de proximidade e transparência no sentido de poderem desempenhar um verdadeiro nível de governança integrada na região, em que os destinatários se revejam, e se possam assim tornar mais fortes e legitimadas para defender os interesses do Alentejo”.

Todo o trabalho da CCDR tem de, segundo Ana Paula Amendoeira, inverter “algumas tendências críticas que, infelizmente, se têm acentuado, como a perda de população, de serviços fundamentais em zonas muito deprimidas ao nível demográfico e social, de mobilidade” e exemplifica: “A situação de representatividade política do Alentejo nas esferas de decisão e no poder legislativo é uma das consequências nefastas do quadro de evolução das últimas décadas na nossa região, a perda de influência política por via direta da perda demográfica”.

A conversa alarga-se ao mundo atual, à política internacional e à grande imprevisibilidade nesta transição para uma nova ordem mundial que ainda não conhecemos. “A Europa está também numa situação bastante difícil e, nesse sentido, parece-me sensato deixar como uma das propostas norteadoras para a nossa região e para o futuro da CCDR, face ao mundo que nos rodeia, aquela que decorre precisamente da estratégia europeia apresentada em 9 de julho, em Portugal, pelo próprio comissário europeu para a Cultura e na qual me revejo”, diz a Vice-Presidente da CCDRA IP. “A União Europeia precisa de um quadro estratégico que traga a Cultura para o centro das políticas e fortaleça o seu papel como motor da coesão territorial e da estabilidade social. Precisamos de uma bússola cultural para a Europa e devemos todos trabalhar para avançar com esta missão partilhada”.

Ana Paula Amendoeira está no seu campo preferido, a cultura, vista como algo que une os povos, as gerações, que faz mover o mundo e tornar as pessoas mais felizes. Nesta altura, não deve, o entrevistador, cortar a palavra. Deve deixar fluir as ideias e os factos que o entrevistado quer transmitir e, continuando na estratégia europeia para a cultura, Ana Paula refere: “A cultura não é um privilégio reservado a apenas alguns, mas sim uma necessidade central para a identidade dos povos”.

Nos cenários de guerra, atacam-se estrategicamente marcos culturais e esses estragos não são danos colaterais — são um esforço calculado para minar a identidade e a moral das populações. É pela perceção dos riscos implícitos nessas e noutras formas de ataque ao património e à identidade que o comissário considera que “a Europa deve permanecer uma potência cultural global” e aponta a Cultura como o seu próprio instrumento “de defesa primária”. Assim possa vir a ser também no nosso país e no nosso Alentejo. Temos também no projeto Capital Europeia da Cultura uma excelente oportunidade para ir ao encontro deste desiderato.

“Uma bússola cultural para o Alentejo” — foi desta forma que a Vice-Presidente terminou a conversa e que foi, de certa forma, a continuação de uma outra que a revista *Missão: Alentejo* fez para o seu número três em dezembro de 2022, na qual a então Diretora Regional da Cultura do Alentejo nos dizia: “Temos de dar importância à dimensão cultural e espiritual, isso é fundamental para a região e para o mundo. Temos de ter de novo um sentimento de pertença, pois, como referiu José Cutileiro, ‘ser culto é ser de um sítio’”.

Agora, como Vice-Presidente da CCDRA IP, Ana Paula Amendoeira continua a ter esperança, a ter “a minha visão e o meu compromisso de trabalho diário na CCDR, em prol do Alentejo e da Cultura”.

“As CCDR necessitam de pensamento crítico, político, para aprofundar o seu modelo de constituição, de legitimidade e legitimação junto dos cidadãos, o que requer um trabalho de proximidade e transparência no sentido de poderem desempenhar um verdadeiro nível de governança integrada na região.

A Agricultura no Alentejo tem de ser inovação, sustentabilidade e futuro

Entrevista a Roberto Grilo, Vice-Presidente da CCDR Alentejo, I.P.



Pode dizer-se que a chegada de Roberto Grilo à Vice-Presidência para a Agricultura da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. aconteceu de uma forma natural, tendo em conta o seu conhecimento do Alentejo, da instituição, as suas capacidades profissionais aliadas à sua aptidão natural para estabelecer pontes de diálogo.

Economista de formação, com um Curso de Especialização de Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus da Universidade de Évora, Roberto Grilo já exerceu funções de Vice-Presidente da CCDRA IP e, posteriormente, de Presidente até 2020, tendo agora sido nomeado pelo Ministro da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes, para o cargo de Vice-Presidente para o setor da Agricultura.

Para quem conhece a “casa” e nutre por ela um carinho especial, este regresso é, para Roberto Grilo, um momento especial, porque, para o Vice-Presidente, “esta Instituição tem um papel fundamental no desenvolvimento do Alentejo e voltar agora com a missão de impulsionar a agricultura na região é um desafio que encaro com enorme sentido de responsabilidade”.

Esta missão representa um desafio importante e exigente, pois, como disse Roberto Grilo, “a agricultura está no ADN do Alentejo, mas precisa de uma visão renovada, adaptada às novas exigências climáticas, tecnológicas e de mercado. Este é um setor que representa muito mais do que produção agroa-

limentar: é economia, é soberania, é paisagem, é identidade e é também um fator crítico para a fixação de pessoas no território”.

Apesar de estar há pouco tempo no cargo, Roberto Grilo já consegue aperceber-se da dinâmica e da importância deste setor para o desenvolvimento da região. “Encontrei um setor em plena transformação. Há uma enorme vontade dos agricultores e produtores de inovar, mas também muitas preocupações com a gestão da água, a sustentabilidade dos solos e a rentabilidade das explorações”.

Uma das principais preocupações do Vice-Presidente da CCDRA IP com a Agricultura tem que ver com as alterações climáticas que, segundo ele, “é uma realidade incontornável e obriga-nos a agir de forma muito concreta. Uma das coisas que mais me impressiona é a capacidade de resiliência do setor. Apesar dos desafios, os agricultores do Alentejo continuam a apostar na qualidade, na diversificação da produção e na diferenciação dos seus produtos. Mas é evidente que precisamos de políticas públicas que estejam à altura desta dinâmica”.

O conhecimento da região é uma das mais valias de Roberto Grilo nestas suas novas funções. “A experiência que fui adquirindo ao longo dos anos na gestão do território e no contacto direto com as comunidades é muito importante”. E referiu ainda: “Conheço bem os desafios do Alentejo e sei que a agricultura não pode ser pensada de forma isolada — tem

de estar integrada numa lógica de desenvolvimento regional sustentável. O trabalho que fiz na presidência da CCDRA IP permitiu-me um conhecimento aprofundado sobre os fundos europeus, os mecanismos de apoio ao investimento e as dinâmicas do ordenamento do território”.

Roberto Grilo entende que todo o seu conhecimento na CCDRA IP inclui “ferramentas que podem ser aplicadas à agricultura para ajudar o setor a crescer, inovar e criar valor. Além disso, acredito no poder da cooperação e da proximidade. Ouvir os agricultores, trabalhar em conjunto com autarquias, associações e centros de investigação é a única forma de conseguirmos construir soluções eficazes”.

O Vice-Presidente da CCDRA IP sabe bem o papel da instituição e faz questão de ir dizendo que a “CCDRA IP tem um papel fundamental na articulação entre as políticas públicas e as necessidades reais do território. O grande desafio é garantir que os fundos europeus e os apoios nacionais cheguem a quem precisa, promovendo uma agricultura mais sustentável, competitiva e resiliente” e adianta pistas para o que vai ser este setor em termos organizativos: “Precisamos de uma estrutura ágil, que consiga desburocratizar processos e criar mecanismos de apoio eficazes para os produtores. Precisamos também de uma maior ligação entre ciência e prática agrícola, para que a inovação chegue ao terreno e possa ser aplicada de forma eficiente”.

Roberto Grilo volta à questão essencial: a água. “O Alentejo tem de encontrar um modelo de gestão hídrica sustentável, que permita continuar a produzir sem comprometer o futuro. A CCDRA IP tem de estar na linha da frente desse debate, promovendo soluções equilibradas que garantam o uso eficiente dos recursos”.

Questionado, embora que precocemente, sobre que legado quer deixar no final deste percurso que ainda agora começou, Roberto Grilo, com um sorriso na cara, não foge à questão: “Gostava que, no final deste percurso, pudéssemos dizer que a agricultura no Alentejo está mais forte, mais inovadora e mais sustentável. Que os agricultores se sintam apoiados, que tenham acesso a financiamento, conhecimento e ferramentas para enfrentar os desafios do futuro”. E mencionou ainda mais um desejo: “Gostava que se olhasse para a CCDRA IP como um aliado estratégico dos agricultores e dos territórios rurais, um espaço de soluções e não de burocracia. E, acima de tudo, gostava de ajudar a construir um Alentejo que fixa população, que dá oportunidades aos mais jovens para investirem no setor agrícola, que se afirma como uma região de excelência na produção agroalimentar”.

Conversar com Roberto Grilo sobre o Alentejo é sentir a sua enorme paixão sobre a sua terra. “Sou um alentejano convicto, com um percurso ligado ao desenvolvimento regional e à gestão pública. Alguém que acredita no potencial da nossa terra e que vê na agricultura uma das suas maiores riquezas”.

Quando questionado sobre o que mais aprecia no exercício de funções públicas, mais uma vez sorri e não esconde o seu desejo e gosto de criar pontes: “Sou uma pessoa de proximidade, de diálogo e de soluções. Acredito que os problemas do território só podem ser resolvidos ouvindo quem está no terreno, percebendo as dificuldades e encontrando respostas realistas”. Defensor da valorização do interior e do desenvolvimento sustentável do Alentejo, para Roberto Grilo, esta não é apenas uma missão profissional, “é um compromisso pessoal”.

Por fim, o Vice-Presidente não se esqueceu de todos os que trabalham na CCDRA IP, em geral, e, naturalmente, dos que o acompanham na Agricultura. “O sucesso da CCDRA IP depende do envolvimento e da dedicação de todos. Temos uma equipa fantástica, com enorme conhecimento e experiência e acredito que, juntos, podemos fazer a diferença para a região. A agricultura é um setor de futuro e o nosso papel aqui é garantir que esse futuro seja próspero, inovador e sustentável. Conto com todos para trabalhar em conjunto por um Alentejo mais forte e resiliente!”

“Gostava que se olhasse para a CCDRA IP como um aliado estratégico dos agricultores e dos territórios rurais, um espaço de soluções e não de burocracia.”

O que nos traz a revisão intercalar dos Programas?

Uma Política de Coesão Modernizada



O ciclo de programação 21-27 tem contado com verdadeiros desafios de implementação, que requerem, por parte das autoridades de gestão dos programas, uma lógica de adaptação permanente e uma filosofia de articulação constante. O 9.º Relatório para a Coesão aborda a particularidade deste ciclo ter sido programado com uma pandemia, num momento de reestruturação profunda das estruturas económicas e sociais, acontecendo depois da guerra na Ucrânia e tendo sido lançado, posteriormente, o pacote *Next Generation UE*, relevante para a concorrência entre fundos, com os Planos de Recuperação e Resiliências nacionais.

Podemos recorrer à simples comparação dos números da Política de Coesão, através do Acordo de Parceria do Portugal 2030 (PT 2030), e do Programa de Recuperação e Resiliência, para perceber o nível de sobreposição programática e temporal, em tempos de profunda escassez de contratação de recursos humanos e de grande pressão sobre as equipas de trabalho do setor público.

Perante este cenário, que não é recente e muito menos apenas de um Estado-membro, a Comissão Europeia e o novo Comissário da Coesão, Raffaele Fitto, tiveram de apresentar uma proposta de rutura programática para “salvar” a Política de Coesão, na Revisão Intercalar, e “maximizar” a utilização dos fundos disponíveis. Sobre este último ponto, a nível nacional, o PT 2030, no final de abril tinha uma taxa de aprovação de 31% e uma execução de 7,3%, pelo que o momento de revisão é profundamente oportuno para a redefinição de prioridades e o ajuste da procura efetiva.

A proposta que a Comissão Europeia apresentou ao Parlamento e ao Conselho Europeu refere-se a uma “política de coesão modernizada”, no entanto, é importante decompor a proposta e analisarmos o grande movimento programático que esta proposta representa.

Devemos sempre ter presente a questão fundamental e básica da Política de Coesão — ela nasce como resposta à criação do Mercado Único e como facto corretivo dos desequilíbrios que este Mercado poderia trazer para os países e regiões. Por isso, o desafio de realinhamento estratégico da Política tem de conjugar este desiderato com uma assunção clara das prioridades Políticas da UE.

Vejamos quais foram as prioridades definidas pela Presidente Von der Leyen para o mandato de 2024-2029, numa lógica de resposta aos desafios emergentes na União:

- Foco num novo plano para a prosperidade e competitividade sustentáveis da Europa;
- Um novo desígnio de Segurança e Defesa no espaço europeu;
- A promoção da qualidade de vida através da Segurança Alimentar e Gestão Hídrica;
- Reforçar a prontidão da União para resposta a crises futuras;
- Manutenção e reforço do modelo social europeu.

Com este puzzle, bem sabemos que umas prioridades têm pesos diferentes e que os níveis de envolvimento temático na programação original dos

—
Texto
Tiago Teotónio
Pereira,
Vogal Executivo
da Comissão
Diretiva do
Programa
Regional
Alentejo 2030

programas da política de coesão ficam, agora, secundarizados. Por exemplo, o arranque da atual programação tinha uma componente social muito forte, ancorada no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e na Cimeira Social do Porto que ocorreu em 2021.

Neste momento, com um quadro geral de baixa execução dos programas 21-27 em toda a União, o impulso é, ao mesmo tempo, de reorientação estratégica e de maximização dos fundos disponíveis. A 1 de abril de 2025, a proposta da Comissão Europeia passava pela criação de novas prioridades, com grande concentração na Defesa, Habitação e Água. Estas novas prioridades, inscritas na alteração dos Regulamentos dos Fundos FEDER, FSE+ e FTJ, trazem consigo um conjunto importante de novas condições, bastante vantajosas para os beneficiários e para a aceleração da execução. Estão inscritas nestas propostas de alteração regulamentar — e apenas para a dotação que for colocada nestas novas prioridades — a possibilidade de taxas de cofinanciamento de 100%, um pré-financiamento do Estado-membro (importante para garantir liquidez) e a possibilidade de os Programas ganharem mais um ano de execução — encerrando em N+3.

Estas condições vantajosas são importantes se combinadas com a procura afeta aos novos setores estratégicos de apoio.

Em primeiro lugar, **colmatar a lacuna da inovação, reforçar a competitividade e acelerar a descarbonização**, que são três eixos interligados e fundamentais para garantir a soberania tecnológica e económica da União, assegurando uma transição justa e resiliente. Neste domínio, o instrumento *Strategic Technologies for Europe Platform* (STEP) surge como elemento agregador para apoiar o desenvolvimento e a adoção de tecnologias críticas. Pode, também, surgir em complemento os recursos provenientes do Fundo Social Europeu Mais (FSE+), nomeadamente para capacitação de recursos humanos, requalificação profissional e promoção de competências digitais e verdes.

Em segundo lugar, no domínio da **Defesa e Segurança**, introduz-se uma inovação programática com a criação de dois novos objetivos específicos centrados no reforço da capacidade produtiva europeia em setores estratégicos da indústria da defesa e na modernização de infraestruturas críticas de segurança. Paralelamente, o Fundo Social Europeu Mais (FSE+) incorpora um novo objetivo dedicado à formação e qualificação de recursos humanos afetos a este setor, promovendo a criação de competências especializadas e sustentando o quarto pilar do STEP dedicado à segurança e defesa.

No eixo da **Habitação Acessível**, procura-se dar resposta ao desequilíbrio crescente no acesso à habitação condigna e a preços comportáveis, com a

inclusão de objetivos específicos adicionais em três dos objetivos políticos já existentes na Política de Coesão. Este esforço é igualmente articulado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), que surge como parceiro privilegiado na engenharia financeira necessária para operacionalizar os investimentos neste domínio, socialmente crítico.

A **Resiliência Hídrica** assume igualmente destaque, com a Comissão a propor um novo objetivo específico que visa promover o acesso seguro à água potável, a gestão sustentável dos recursos hídricos e o aumento da resiliência dos territórios face à escassez e eventos extremos, num contexto de adaptação às alterações climáticas cada vez mais exigente.

Por fim, na **Transição Energética**, é introduzido um objetivo específico orientado para a promoção de interconectores energéticos e infraestruturas de transmissão modernas e eficientes, bem como para a instalação de infraestruturas de carregamento de veículos elétricos, respondendo aos desafios da mobilidade sustentável e da autonomia energética da União.

No que respeita ao futuro, a Comissão Europeia é perentória: no próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), “o *status quo* não é uma opção”. Com efeito, o próximo exercício financeiro deverá constituir, de qualquer das formas, um verdadeiro ponto de viragem, capaz de dotar a União Europeia dos instrumentos financeiros, estratégicos e de governação necessários para enfrentar um contexto geopolítico mais complexo, uma competitividade global mais exigente e exigências sociais e ambientais em constante evolução.

Importa igualmente que o QFP possa salvaguardar o domínio da articulação regional e dos instrumentos territoriais, cruzando esta abordagem *place-based* com uma visão sofisticada da Política de Coesão, que possa colocar no mesmo esforço programático as grandes prioridades da União Europeia, as prioridades dos Estados-membros e as prioridades regionais.

'FEDER — Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional; FSE+ — Fundo Social Europeu Mais; FTJ — Fundo para uma Transição Justa

O Impacto do Alentejo 2020 na Região Alentejo

O programa **Alentejo 2020**, no âmbito do Acordo de Parceria Portugal 2020 e cofinanciado pelos fundos europeus estruturais e de investimento, teve um papel determinante na promoção de uma estratégia de desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusiva na região do Alentejo. Com uma dotação significativa do FEDER e do FSE, o programa orientou o investimento público e privado em áreas-chave, com especial incidência na **inovação** e na **coesão territorial**.

Na vertente da **inovação**, o Alentejo 2020 promoveu investimentos estruturantes em I&D, reforçando a ligação entre o sistema científico e tecnológico e as empresas. Foram criadas e apoiadas incubadoras, centros de investigação, parques tecnológicos e iniciativas de empreendedorismo, em setores como agroindústria, TIC, energias renováveis e turismo inteligente. Estes investimentos contribuíram para aumentar a competitividade regional e criaram condições para uma base económica mais resiliente e orientada para o conhecimento.

No domínio da **coesão territorial**, o programa contribuiu significativamente para a inclusão social e para o reforço da equidade territorial. O investimento em zonas de baixa densidade populacional permitiu melhorar o acesso a serviços públicos, promover a empregabilidade, valorizar o património natural e cultural e dinamizar as economias locais. A coesão foi promovida não apenas como princípio de equidade, mas como eixo central de desenvolvimento sustentável e territorialmente equilibrado.

No setor da **educação e formação**, o programa permitiu modernizar escolas, apoiar centros de formação profissional e incentivar projetos de qualificação da população ativa, aumentando a empregabilidade e reduzindo o abandono escolar. A aposta na **inovação e no empreendedorismo** também se revelou crucial, com incentivos à criação de empresas e ao desenvolvimento de projetos tecnológicos, contribuindo para a diversificação da economia regional.

Além disso, o Alentejo 2020 teve um papel essencial na **valorização do património cultural e natural** da região, promovendo o turismo sustentável e gerando novas oportunidades económicas baseadas na identidade local.

Contudo, a **execução do Alentejo 2020** foi fortemente condicionada por **fatores externos de grande impacto**, nomeadamente:

A **pandemia de COVID-19**, que exigiu uma reprogramação estratégica e a mobilização de recursos para apoiar a resiliência das empresas, a adaptação dos serviços públicos e a proteção social. Foram criadas medidas excecionais de apoio à manutenção do emprego, ao ensino à distância e à transição digital em resposta à crise sanitária.

A **invasão da Ucrânia pela Federação Russa**, a partir de 2022, que gerou instabilidade geopolítica e consequências económicas graves, como o aumento dos custos energéticos e das matérias-primas. Estes fatores afetaram a execução de vários projetos apoiados pelo programa, levando à necessidade de ajustes orçamentais, prorrogações de prazos e reforço do apoio à reindustrialização e à segurança energética.

Apesar destes constrangimentos, o programa conseguiu manter o rumo estratégico definido, adaptando-se com eficácia às novas realidades. O reforço da inovação e a promoção da coesão territorial

“

Apesar dos constrangimentos (COVID-19 e Invasão da Ucrânia), o programa (Alentejo 2020) conseguiu manter o rumo estratégico definido, adaptando-se com eficácia às novas realidades. O reforço da inovação e a promoção da coesão territorial continuaram a ser prioridades e a flexibilidade introduzida permitiu não apenas mitigar os impactos das crises, mas também lançar bases para uma recuperação mais sustentável e inclusiva.

continuaram a ser prioridades e a flexibilidade introduzida permitiu não apenas mitigar os impactos das crises, mas também lançar bases para uma recuperação mais sustentável e inclusiva.

A convergência entre inovação e coesão territorial, promovida pelo Alentejo 2020, permitiu criar bases mais sólidas para um desenvolvimento equilibrado e sustentável, alinhado com os objetivos da Agenda 2030 e da política de coesão da União Europeia. Apesar dos desafios estruturais ainda presentes, nomeadamente o envelhecimento demográfico e a fraca densidade populacional, os resultados alcançados evidenciam o papel estratégico do programa como motor de transformação na região.

Podemos concluir que o Programa Operacional Regional do Alentejo – Alentejo 2020 encerra, assim, com um balanço positivo, tendo contribuído para uma região mais capacitada, competitiva e resiliente, preparada para os desafios da transição digital, climática e demográfica.

—
Texto
Maria do Carmo
Ricardo,
Vogal Executivo
da Comissão
Diretiva do
Programa
Regional
Alentejo 2030



Alentejo contribui para resultados promissores no Pilar 1 do *Talent Booster Mechanism*

A 18 de julho de 2025, foram divulgados os resultados do Pilar 1 do *Talent Booster Mechanism*, iniciativa promovida pela Comissão Europeia, com o objetivo de apoiar regiões que enfrentam dificuldades em atrair, desenvolver e reter talento — a chamada “armadilha de talento”. Entre as 11 regiões-piloto selecionadas, provenientes de diferentes Estados-membros da União Europeia, encontra-se o Alentejo, representado pela CCDR Alentejo, I.P. enquanto Autoridade de Gestão do Programa Regional Alentejo 2030.

Ao longo de três fases — diagnóstico, implementação e visão estratégica — desenvolvidas entre o início de 2024 e meados de 2025, o Pilar 1 forneceu assistência técnica adaptada às especificidades de cada território, ajudando a identificar obstáculos concretos e oportunidades para reforçar as capacidades locais no desenvolvimento de talento. O exercício permitiu, ainda, delinear orientações práticas para decisões futuras de política pública e investimento.

A participação do Alentejo traduziu-se, entre outras iniciativas, na criação do novo Observatório de Talento do Alentejo, apresentado num seminário organizado pela CCDR Alentejo I.P., no dia 12 de junho de 2025, que reuniu cerca de 200 entidades regionais. Desenvolvido com o apoio do Pilar 1, este instrumento visa melhorar a monitorização do talento no território e complementar a plataforma regional de especialização inteligente (PlaQuaR), orientando o planeamento estratégico dos recursos humanos de acordo com as necessidades económicas e sociais da região.

Como destacou o Vogal do Conselho Diretivo do Programa Regional Alentejo 2030, Tiago Teotónio Pereira:

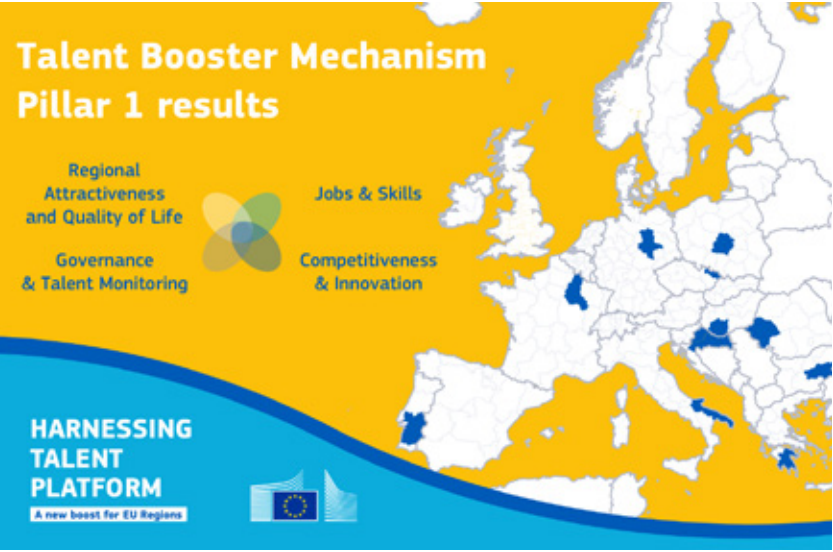
“Trabalhámos em dois eixos distintos no âmbito do Mecanismo de Atração de Talento. O primeiro, que considero particularmente inovador, foi a criação do Observatório de Atração de Talentos do Alentejo. Este observatório articula-se com a plataforma da Universidade de Évora e com as plataformas associadas à Estratégia de Especialização Inteligente do Alentejo. Através desta abordagem inovadora baseada em dados, conseguimos analisar, de forma mais eficaz, o mercado

de trabalho, as competências e as qualificações, permitindo-nos compreender melhor as reais necessidades do território.

O segundo eixo centra-se na base do nosso *cluster* da saúde. Estamos a concluir uma das mais importantes infraestruturas da região — o Hospital Central do Alentejo — um investimento de 200 milhões de euros, cofinanciado por fundos da União Europeia. Este hospital acolherá, também, a futura Faculdade de Medicina do Alentejo. Assim, é fundamental continuarmos a construir, de forma integrada, este *cluster* de saúde na nossa região, com o apoio do Mecanismo de Atração de Talentos.”

De forma mais ampla, a experiência das 11 regiões-piloto confirmou a importância de uma abordagem integrada em torno de quatro dimensões-chave: Emprego e Competências, Atratividade Regional e Qualidade de Vida, Competitividade e Inovação e, ainda, Governança e Monitorização do Talento. Ficou claro que reter talento exige mais do que a criação de emprego — requer, também, serviços de qualidade, bem-estar, identidade territorial e um ecossistema de inovação dinâmico e inclusivo.

Através da partilha de boas práticas, da cooperação inter-regional e de uma maior articulação entre o ensino, a investigação e o mercado de trabalho, o Pilar 1 lançou as bases para uma nova geração de políticas regionais centradas no talento como motor de crescimento sustentável.



PROVERE Alentejo 2030: estratégias para valorizar o território e fixar pessoas



No dia 19 de dezembro de 2024, a Herdade da Rocha, no Crato, foi palco da sessão de apresentação dos planos de ação do PROVERE Alentejo 2030 — Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos, integrado no Programa Regional Alentejo 2030. A iniciativa reuniu representantes institucionais e parceiros estratégicos com um objetivo comum: valorizar os recursos naturais e culturais do Alentejo, impulsionar a economia regional e contribuir para a fixação da população no território.

A sessão contou com a presença de António Ceia da Silva, Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. e do Programa Regional Alentejo 2030; Joaquim Diogo, Presidente da Câmara Municipal do Crato; Carlos Abade, Presidente do Turismo de Portugal; e Nuno Romão, Diretor da Unidade de Política Regional da AD&C. Na abertura dos trabalhos, foi destacado o papel crucial do PROVERE na dinamização económica e social da região, apontando-o como uma ferramenta essencial de política pública regional.

A sessão incluiu uma mesa-redonda moderada por Telma Guerreiro, Secretária Técnica do Alentejo 2030, na qual foram detalhadas as sete estratégias que constituem o PROVERE Alentejo 2030. Estas abordagens articulam inovação e continuidade, património e futuro, com enfoque nos recursos endógenos enquanto motor de desenvolvimento:

- ALQUEVA + Inovador
- EEC PROVERE | Território
- ENOTUR
- GUARDIÕES Alentejo
- Montado de Sobro e Cortiça
- ID Sudoeste
- + Serra d’Ossa

Estas estratégias refletem uma visão integrada de desenvolvimento sustentável, assente na singularidade dos recursos naturais e culturais do Alentejo.

Tiago Pereira, vogal executivo do programa, encerrou a sessão sublinhando que o PROVERE Alentejo 2030 mobiliza um investimento inicial de **5,5 milhões de euros**, destinados a garantir as bases operacionais das estratégias, incluindo ações de *marketing* territorial, estudos técnicos e mobilização de parcerias.

Sublinhando a urgência de inverter a tendência demográfica, marcada por uma previsível perda de 80% da população na região, Tiago Pereira reforçou que este programa assume um papel central na criação de emprego, fixação de população e atração de talentos.

Na sua intervenção, António Ceia da Silva apelou à complementaridade de fontes de financiamento e reforçou que o PROVERE integra uma abordagem inteligente de desenvolvimento regional, com capacidade de posicionar o Alentejo como território dinâmico, resiliente e sustentável.

O PROVERE Alentejo 2030 afirma-se como um instrumento de desenvolvimento baseado na cooperação, na inovação e na valorização do património territorial. As sete estratégias apresentadas constituem a base para uma ação estruturada, capaz de reforçar a competitividade regional, promover o bem-estar das populações e posicionar o Alentejo como referência nacional e internacional no desenvolvimento sustentável.

“Crato acolheu a apresentação das sete estratégias do PROVERE, com foco no desenvolvimento sustentável e na atratividade do território.



Alentejo 2030 reforça caminho para a inovação com novas infraestruturas e equipamentos tecnológicos

No passado dia 7 de abril, o Salão Nobre da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. acolheu a Cerimónia Pública de Assinatura dos Termos de Aceitação dos projetos aprovados no âmbito do aviso “Infraestruturas e Equipamentos Tecnológicos” do Programa Regional Alentejo 2030.

Este momento marcou o arranque oficial de 12 projetos estruturantes para o futuro do Alentejo, num investimento global superior a 20 milhões de euros, cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Os projetos visam a criação, ampliação e modernização de infraestruturas tecnológicas e científicas, contribuindo decisivamente para o fortalecimento do ecossistema de inovação regional.

O apoio concedido abrange áreas estratégicas como a investigação científica, a saúde, o empreendedorismo, o agroalimentar e a valorização do património, promovendo uma economia regional mais resiliente, sustentável e baseada no conhecimento. Com esta aposta clara na capacitação territorial, o Alentejo dá um passo firme no sentido de se consolidar como uma região de excelência em inovação e desenvolvimento tecnológico.

Estes investimentos representam mais do que infraestruturas: são compromissos com o futuro, ferramentas para a capacitação dos territórios e oportunidades para afirmar o Alentejo como uma região inovadora, competitiva e com forte identidade.

PROJETOS APOIADOS

- GenTec Equinos – Laboratório Tecnológico para os Equinos de Raças Autóctones e Exóticas
- Centro Tecnológico para Alimentação Animal e Qualidade da Carne
- VisionNext – Ampliação do Supercomputador Vision
- CIEMAR – Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora
- UNITECHHealth – Unidade de Inovação e Serviços em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano
- HERCULES PRIME – Preservação do Património e Inovação Regional com Competências Multidisciplinares
- Incubadora de Empresas de São Teotónio
- Aceleradora de Empresas em Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade Inteligente – Rui Nabeiro
- SANTARÉM AGROHUB – Centro de Valorização e Transferência e Inovação Agroalimentar
- FUTURE LAB
- Centro de Valorização e Transferência Tecnológica – Edifício CEBAL
- CIBT NERBE – Centro de Incubação de Base Tecnológica – 2.ª Fase

Alentejo 2030 apresenta Operações de Importância Estratégica: Reconversão Profissional e Inovação Social em destaque



Do Litoral Alentejano a Lisboa, dois eventos marcaram o compromisso da Autoridade de Gestão do Alentejo 2030 com a transição justa e a inovação social como pilares do desenvolvimento estratégico do Alentejo.

No âmbito do Programa Regional Alentejo 2030, a apresentação das Operações de Importância Estratégica (OIE) foi o foco de dois momentos distintos, que reforçaram o papel do Alentejo na vanguarda da transição energética, económica e social em Portugal.

Reconversão Profissional como Pilar da Transição Justa

No dia 19 de fevereiro, o Alentejo Litoral foi palco da conferência “Reconversão Profissional para um Futuro Transformador”. A iniciativa, promovida pelo Programa Regional Alentejo 2030, em colaboração com os beneficiários deste apoio, decorreu em Sines, reunindo autarcas, instituições regionais, parceiros europeus e representantes do tecido económico local.

A sessão de abertura, no Centro de Artes de Sines, contou com intervenções de António Ceia da Silva (Presidente da CCDR Alentejo, I.P.); Tiago Teotónio Pereira (Vogal Executivo do Alentejo 2030); Maciej Sytek (Agência de Desenvolvimento Regional de Konin – Polónia) e Diego Villalva (DG REGIO) e assinalou o arranque do programa de apresentação das OIE no território. Jorge Mayer (EDP) abordou o impacto do encerramento da Central Termoeletrica de Sines, enquadrando a necessidade de reconversão e requalificação da mão de obra local.

Na tarde do dia 19, a conferência principal, realizada no auditório da Administração dos Portos de Sines e Algarve, destacou projetos financiados pelo FTJ com enfoque na requalificação de trabalhadores e na promoção de competências para a nova economia verde e digital.

As apresentações ficaram a cargo do IIEFP, do Centro de Formação para a Transição Energética, do SINES TECNOPOLO

e da Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano, evidenciando o potencial das OIE para fomentar uma transição justa e estruturada.

Seguiu-se uma mesa-redonda moderada por Telma Guerreiro (Alentejo 2030) com a participação de Jorge Mayer (EDP); Luis Dias (Associação de Agricultores de Grândola); José Santos (ERT – Entidade Regional de Turismo); Arnaldo Frade (Instituto de Emprego e Formação Profissional) e Joaquim Fialho (CCDR Alentejo I.P. - Observatório para a Transição Justa), reunindo perspetivas do setor energético, agrícola, turístico e formativo, reforçando a importância de uma abordagem integrada e territorializada às mudanças em curso.

Inovação Social como Estratégia de Coesão

A 5 de junho, a Culturgeste, em Lisboa, acolheu o evento “Como os Fundos Europeus Potenciam a Inovação Social: O Papel das Incubadoras de Inovação Social como Agentes de Mudança Estratégica”, promovido em colaboração pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão, pela Estrutura de Missão Portugal Inovação Social, e pelas Autoridades de Gestão Alentejo 2030, Centro 2030 e Lisboa 2030.

Com a participação de representantes da Comissão Europeia e de parceiros internacionais no âmbito do consórcio europeu BIRDS, o evento reforçou o reconhecimento das incubadoras de inovação social como infraestruturas estratégicas para a coesão territorial. A região Alentejo esteve em evidência com a Incubadora do Baixo Alentejo, destacando-se entre as boas práticas nacionais apoiadas pelos Fundos Europeus.

Ana Santos, representante do Alentejo 2030, defendeu o papel estruturante destas incubadoras no apoio ao empreendedorismo social e na resposta a desafios concretos dos territórios, sublinhando o enquadramento das iniciativas como OIE e a sua relevância para a implementação da estratégia regional.

A sessão incluiu, ainda, intervenções de representantes das regiões Centro e Lisboa, bem como de projetos como o Porto de Impacto, a Academia *Spin-Off Social* e o CONNECT, ilustrando a diversidade de abordagens e modelos de financiamento possíveis para impulsionar a inovação com impacto.



Revisão intercalar da Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo 2030

Texto
Carlos Almeida,
Consultor da
Comissão
Diretiva do
Programa Regional
do Alentejo 2030

A aplicação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, procedeu à reestruturação das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), reestruturação essa que produziu alterações orgânicas que levaram à extinção do Órgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais (OADR). Este órgão era a estrutura da CCDR Alentejo I.P., que, no modelo de Governação da EREI 2030, tinha a responsabilidade de articular a dimensão de planeamento com a dimensão operacional. Em resposta a estas alterações, o Programa Regional ALENTEJO 2030 procedeu à realização de alguns ajustes que lhe permitiram acolher as funções que competiam ao OADR, no que respeita à Governação da EREI 2030.



EREI ALENTEJO 2030



Adicionalmente, importa ter em atenção as novas dinâmicas resultantes do desenvolvimento da construção do novo Hospital Central do Alentejo e da proposta de criação da Escola de Saúde da Universidade de Évora, em terrenos adjacentes. No setor da saúde, estas infraestruturas terão um forte impacto transformador, tanto na investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) da prestação de serviços como nos modelos de organização regional da prestação e nas dinâmicas tecnológicas de acesso.

Por outro lado, a emergência da guerra na Ucrânia trouxe alterações no panorama geopolítico internacional e promoveu a aceleração de dinâmicas de rearmamento e reindustrialização em toda a União Europeia. Houve, também, uma resposta da Comissão Europeia que, previsivelmente, se traduzirá numa mudança profunda na orientação dos seus instrumentos financeiros, nomeadamente através da reprogramação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento para acolher investimentos no domínio da defesa, da segurança e das tecnologias críticas.

Tendo em atenção estas alterações funcionais e de contexto, sentiu-se a necessidade de fazer alguns ajustes cirúrgicos ao anterior documento. O objetivo era que o novo documento orientador da Estratégia Regional de Especialização Inteligente 2030 tornasse mais evidentes algumas reflexões e linhas orientadoras, já presentes, mas que necessitavam de ser evidenciadas na estratégia, de modo a que esta refletisse as dinâmicas observadas.

Como metodologia de trabalho, inicialmente elaborou-se um documento com pequenos ajustes. Este documento foi apresentado aos Coordenadores e Cooordenadores das Plataformas Regionais de Inovação e aos representantes da

CCDR Alentejo, I.P. e do Programa Regional, aos quais foram solicitados contributos para melhorar o atual documento. Na sequência dos comentários recebidos, fez-se um novo documento que foi apresentado a todos os membros do CRIAIt para conhecimento e eventuais comentários para a sua melhoria.

Recolhidos os contributos e analisada a sua pertinência e adequação à linha orientadora que presidiu ao ajuste do novo documento estratégico, estes foram incorporados e deram origem a uma nova versão, que foi apresentada aos membros do CRIAIt. Esta versão final continha algumas alterações relativamente à versão inicial da EREI 2030 e que se resumem em:

- Nova capa e novos grafismos no documento EREI 2030;
- Pequenas alterações no texto, nos pontos 1.2 Ativos; 2 EREI ALENTEJO 2030; e 2.1 Metodologia;
- Reforço das Tendências Pesadas e das Tendências Recentes e referência à existência de rede de banda larga;
- Novas denominações nos domínios de Mobilidade, Defesa e Logística e da Saúde e Inovação Social;
- Na Estrutura de Governação - substituição do OADR por uma parceria cruzada entre PACT, CCDR Alentejo, I.P. e AG do ALENTEJO 2030 e alteração da denominação do Conselho Regional de Inovação para CRIAIt;
- Na monitorização e avaliação, procedeu-se a uma revisão e ajuste dos indicadores em articulação com a operação Alt.in.pact2030.

O documento final daqui resultante foi aprovado por unanimidade em sessão plenária do CRIAIt, realizada a 29 de maio de 2025, e encontra-se disponível para consulta em <https://www.ccdr-a.gov.pt/>.

PROCIV TECH ALENTEJO: Inovação tecnológica ao serviço da Proteção Civil

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. (CCDR Alentejo, I.P.) foi palco, no dia 19 de novembro, da primeira edição do PROCIV TECH ALENTEJO – Gestão e Interoperabilidade de Dados em Proteção Civil, uma iniciativa que colocou em evidência a importância crescente da inovação tecnológica neste setor estratégico para a segurança e bem-estar das populações.

O evento reuniu especialistas, académicos e profissionais de diversas áreas ligadas à proteção civil, com o objetivo de fomentar o debate e a partilha de soluções inovadoras para a gestão de riscos, resposta a emergências e proteção de pessoas, bens e património.

A sessão de abertura contou com as intervenções de António Ceia da Silva, Presidente da CCDR Alentejo, I.P.; Duarte da Costa, Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC); e Ana Paiva, Secretária de Estado da Ciência, que sublinharam o papel estratégico da ciência, da tecnologia e da articulação institucional na modernização do sistema nacional de proteção civil.

Ao longo do dia, o auditório da CCDR Alentejo, I.P. acolheu painéis temáticos, *keynote speakers* e mesas de debate que abordaram temas como:

- Plataformas digitais de gestão de ocorrências e comunicação com a população;
- A utilização da Inteligência Artificial (IA) em contextos de emergência;
- A aplicação de tecnologias na proteção do património cultural e na gestão da segurança de grandes eventos.

Destaque para a apresentação de Juha-Pekka Jäpölä, *Project Officer* da DG ECHO (Bruxelas), que apresentou a *Union Civil Protection Knowledge Network*, rede europeia que promove a cooperação e inovação no domínio da proteção civil.

Um dos momentos altos do encontro foi a intervenção de Carla Silva, da Universidade Atlântica, que abordou os desafios e oportunidades da Inteligência Artificial na Proteção Civil. Este tema foi aprofundado no debate moderado por Carmen Carvalheira, Vice-Presidente da CCDR Alentejo, I.P., com a participação de investigadores e representantes do setor



tecnológico, como Paulo Quaresma (Universidade de Évora) e Luís Gregório (IBM).

O evento destacou, também, boas práticas desenvolvidas em território nacional, nomeadamente:

- A intervenção de Joaquim Piteira, do Serviço Municipal de Proteção Civil e Segurança de Évora, que apresentou os planos de atuação no âmbito da iniciativa “Évora 2027 – Capital Europeia da Cultura”;
- A experiência de Vítor Azevedo, da Câmara Municipal de Braga, na aplicação de tecnologias à segurança urbana;
- A apresentação de David Lopes, responsável de segurança das Jornadas Mundiais da Juventude 2023, que abordou os desafios da coordenação de grandes eventos com recurso a soluções tecnológicas integradas.

Na sessão de encerramento, Carmen Carvalheira, José Guilherme (2.º Comandante Regional do Alentejo da ANEPC) e Tiago Teotónio Pereira (Vogal Executivo do Programa Regional do Alentejo 2030) destacaram a importância de iniciativas como o PROCIV TECH ALENTEJO para reforçar a capacidade de resposta das instituições e aproximar a ciência e a inovação dos territórios e dos cidadãos.

A tecnologia e a proteção e o socorro



José Ribeiro,
2.º Comandante Nacional de
Emergência e Proteção Civil

As alterações climáticas, a par com uma maior exposição ao risco das sociedades mais desenvolvidas, aumentam a complexidade das operações, o que requer meios técnicos mais especializados e uma maior capacidade de gestão.

Neste contexto, a tecnologia e a inovação digital assumem um papel cada vez mais relevante no âmbito da Proteção Civil e do Socorro, abrindo domínios de intervenção muito promissores.

Destacam-se, como exemplo, a utilização de tecnologias e sistemas para análise de risco, gestão de meios e recursos, apoio à decisão operacional, uso de drones, entre outras, que reforçam a capacidade de intervenção operacional.

Verificamos, ainda, que as mais recentes inovações tecnológicas, com destaque para a inteligência artificial, podem constituir um precioso auxiliar na avaliação do risco, no planeamento e mesmo na automatização de várias tarefas e procedimentos operacionais.

As tecnologias permitem-nos também uma maior facilidade na comunicação com o cidadão, antecipando a comunicação do risco e a emissão atempada de avisos, promovendo, desta forma, uma verdadeira cultura de segurança.

Finalmente, existe uma grande recetividade dos operacionais para adotar e incorporar na sua atividade diária os sistemas e as tecnologias mais recentes e inovadoras, contribuindo com a sua experiência para a melhoria contínua destas tecnologias.

A curto prazo, é essencial reforçar a proximidade entre o setor da Proteção Civil e do Socorro com a academia e o ecossistema de inovação e da tecnologia, de modo a conferir maior eficácia às operações, reduzir os tempos de resposta e intervenção, melhorar a gestão de recursos operacionais, aumentar a segurança nas operações e, não menos importante, promover uma maior integração e interoperabilidade entre os diversos agentes e entidades.

A CCDRA IP ATINGE METAS DO PROGRAMA QUALIFICA NOVE MESES ANTES DO PREVISTO



QUALIFICA

Integrado na estratégia de valorização do exercício de funções na Administração Pública e prosseguindo a estratégia definida para o Programa Qualifica, foi criado, através do Despacho n.º 12126/2021 de 14 de dezembro, na CCDR Alentejo, I.P., um Centro Qualifica da Administração Pública (AP). Este centro surge como resposta às necessidades de formação dos trabalhadores, tanto na função pública, tanto na administração central e local, sediada na região. Tem como principal objetivo contribuir para o reforço da sua qualificação profissional e para a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços a prestar aos cidadãos e às empresas, sustentadas em processos de desburocratização e digitalização.

Em funcionamento desde abril de 2022, o Centro Qualifica AP da CCDR Alentejo, I.P. atingiu, em junho de 2025, a meta de 516 participantes/trabalhadores da Administração Pública envolvidos em processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC). Este número superou a meta contratual de 503 participantes estabelecida no âmbito do contrato celebrado entre a CCDR Alentejo, I.P. e o Instituto Nacional de Administração (INA), financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Este resultado foi alcançado nove meses antes do prazo estabelecido, que termina a 31 de março de 2026.

Para este resultado, muito contribuíram as parcerias estabelecidas com diversas entidades empregadoras públicas, o que permitiu, de forma sinérgica, a valorização dos recursos humanos dessas entidades e, consequentemente, a melhoria da qualidade dos serviços públicos na região.

Ao longo deste período, foram celebrados 29 protocolos de colaboração com entidades públicas. Destes, 15 foram estabelecidos com a Administração Pública Local, incluindo os municípios de Borba, Sousel, Elvas, Évora, Viana do Alentejo, Vila Viçosa, Redondo, Ponte de Sor, Odemira, Portel, Castelo de Vide, Fronteira e Estremoz, bem como as juntas de freguesia de Alcácer do Sal e Reguengos de Monsaraz.

Foram, ainda, firmados 14 protocolos com entidades da Administração Pública Central, nomeadamente, a Universidade de Évora, o Instituto Politécnico de Portalegre, o Instituto Politécnico de Beja, o Agrupamento de Escolas Gabriel Pereira, as quatro Unidades Locais de Saúde do Alentejo (Central, Baixo Alentejo, Norte Alentejo e Litoral Alentejano), a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), a DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares de Évora, a Guarda Nacional Republicana (GNR), bem como as extintas Direções Regionais da Agricultura e Pescas e da Cultura e a Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. (ARS Alentejo, I.P.).

Até junho de 2025, o Centro contou com uma equipa técnica constituída pela sua coordenadora, 2 técnicas superiores de orientação, validação e certificação de competências, de 1 assistente técnica e 23 formadores em regime de prestação de serviços. Estes foram responsáveis pelos processos de RVCC escolares e nas áreas profissionais de Técnico/a Administrativo, Técnico/a de Ação Educativa, Técnico/a Auxiliar de Saúde e Técnico/a de Informática – Sistemas e Técnico/a de Proteção Civil.

Neste período, 168 trabalhadores da Administração Pública viram as suas competências certificadas: 134 através de processos de RVCC Profissionais e 34 por via de RVCC Escolares.

Dos que obtiveram certificações profissionais, 94 obtiveram o título de Técnico/a Administrativo/a, 30 de Técnico/a Auxiliar de Saúde, 5 de Técnico/a de Ação Educativa e 5 de Técnico/a de Informática – Sistemas. Já no âmbito das qualificações escolares, 32 trabalhadores concluíram o 12.º ano (nível secundário) e 2 o 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico).

Os resultados alcançados evidenciam a importância do investimento na qualificação dos trabalhadores da Administração Pública, enquanto uma das componentes de uma estratégia para a modernização dos serviços, para a melhoria da sua eficácia e da sua eficiência e para a valorização profissional dos seus trabalhadores.



**Neste período, 168
trabalhadores da
Administração
Pública viram as
suas competências
certificadas:
134 através de
processos de RVCC
Profissionais e 34
por via de RVCC
Escolares.**

Do Alentejo Digital à Agenda Digital do Alentejo



—
Texto
Mário Simões,
Divisão de
Comunicação
e Relações
Públicas,
CCDRA IP

O país vivia para a Expo 98. A modernidade ia assentando arraiais em Portugal. Um mundo novo apressava-se para mudar todo o paradigma das comunicações e nem sequer percebíamos que o que estava mesmo a acontecer era a transição rápida entre o passado e o futuro.

O Alentejo, já nesta altura, vivia o VAGAR e estava a mostrar, quase sem nos apercebermos, os caminhos do futuro. Antes da era digital surgiu, nas terras transtaganas o Alentejo Digital, que foi construído no âmbito do PROALENTEJO, entre 1996 e 1999. Este projeto foi o embrião em Portugal e na Europa dos territórios digitais que apareceram como plataformas regionais e urbanas, antecessoras dos territórios e das cidades inteligentes que hoje se vão desenvolvendo.

O Alentejo Digital sob a “batuta” de Carlos Zorrinho “amarrou-nos por fibra ótica ao litoral e espalhou-se pelos 47 pontos de interface municipais, com um pivot pessoal para tirar o máximo partido da informação do portal ‘Alentejo em Movimento’ e fazer com que ela fosse acessível ao maior número possível de cidadãos”.

Vejamos, então, o que era o Alentejo Digital, incluído no vetor estratégico do PROALENTEJO (Programa de Desenvolvimento Integrado do Alentejo). Para ultrapassar o despovoamento, abandono, envelhecimento demográfico e fraca base económica, assente na agricultura, o Alentejo Digital perspetivava-se para funcionar como uma intranet regional.

Eram parceiros do PROALENTEJO no Projeto Alentejo Digital: a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo; a Delegação Regional do Alentejo do Instituto do Emprego e da Formação Profissional; a Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo (ADRAL); o Ministério da Ciência e da Tecnologia, por intermédio da Missão para a Sociedade da Informação; e a Portugal Telecom.

Cerca de 35 anos depois, o Alentejo está na vanguarda da implementação da tecnologia ao serviço da região e dos alentejanos. Em março de 2023 foi apresentada a Agenda Digital do Alentejo, a primeira do país e cujas prioridades estratégicas estão alinhadas com as prioridades nacionais e europeias para a digitalização da sociedade, particularmente ao nível da modernização da administração pública regional e local, das competências digitais básicas e avançadas, das infraestruturas digitais de suporte ao desenvolvimento económico e de acesso ao conhecimento e à promoção da transição digital das empresas de forma sustentável e amiga do ambiente.

Para isso, foram definidas, para cada uma das prioridades estratégicas, as seguintes ações: Digitalização dos serviços públicos; Criação de centros de competências para apoio à implementação de serviços públicos online; Cooperação para a interoperabilidade entre diferentes níveis da administração; Implementação de programas *Smart Cities* focados na transformação digital e transição energética nas cidades; Desenvolvimento de uma plataforma de interoperabilidade e dados do Alentejo (dados geográficos, água, mar, empresas e negócios, agricultura, turismo), integrada na rede europeia de dados (Copernicus, GAIA-X); Promoção da cibersegurança e da inteligência artificial na Administração Pública local e regional; Aumento do número de especialistas em tecnologias de informação residentes no Alentejo; Cooperação transfronteiriça para o desenvolvimento de competências digitais; Integração de empresas na academia (nomeadamente, engenharias, escolas secundárias e instituições de ensino superior): Laboratórios de Inovação ESCOLA – EMPRESA (por exemplo, laboratório de robótica TE, laboratório de serviços, parcerias com o mercado das telecomunicações para garantir o acesso de todos à banda larga gigabit, entre outros).

A liderança da Agenda Digital é assegurada pela CCDRA IP e pela ADRAL, em cooperação e parceria com importantes agentes da sociedade, cujo relevo e impacto na economia do Alentejo são pertinentes, com uma Direção Técnica composta por Carmen Carvalheira, Daniel Janeiro, Francisco da Costa, Patrícia Silva e Rui Barroso.

Os Projetos Mobilizadores da Agenda Digital do Alentejo são a Banda Larga Alentejo Infraestruturas Digitais + Empresas; Laboratório de serviços digitais em Banda Larga – Transformação Digital Empresas; Alentejo *Competitive Intelligence*; Administração Pública + Transformação Digital Empresas; Zona Livre Tecnológica Alentejo; Infraestruturas Digitais + Transformação Digital Empresas; Pólo de Inovação (DIH) Alentejo Transformação Digital Empresas; Smart Region Alentejo, e Super Computação Alentejo.

Alentejo 2030 investe 8,84 milhões de euros na coesão dos territórios não urbanos

No passado dia 1 de julho, o Núcleo Empresarial da Região de Évora (NERE) acolheu a cerimónia de assinatura dos Acordos de Compromisso do concurso “Parcerias para a Coesão Não Urbanas”, promovida pelo Programa Regional Alentejo 2030. O evento marcou um passo decisivo no reforço da coesão territorial do Alentejo, com a mobilização de 8,84 milhões de euros destinados a apoiar soluções supramunicipais para os territórios de baixa densidade.

A sessão contou com a intervenção de António Ceia da Silva, Presidente da Comissão Diretiva do Programa Regional Alentejo 2030, que destacou o impacto estratégico desta medida na aproximação das políticas públicas às realidades concretas dos territórios:

“Este é um passo essencial para garantir que o Alentejo 2030 chega a bom porto. O trabalho notável desenvolvido pela nossa equipa, aliado ao empenho e visão dos nossos parceiros locais, demonstra que é possível construir uma política pública mais eficaz, mais próxima e mais humana. O futuro do Alentejo também se faz com confiança mútua e compromisso territorial.”

O concurso “Parcerias para a Coesão Não Urbanas” integra catorze entidades parceiras, entre as quais se incluem municípios, associações de desenvolvimento local, organizações da sociedade civil e comunidades intermunicipais, com atuação nos territórios de baixa densidade da região. São elas:

- Associação de Defesa do Património de Mértola (ADPM);
- Associação Terras Dentro – Desenvolvimento Integrado;
- Associação de Desenvolvimento Montes Claros;
- Esdime – Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste;
- ADC Moura – Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura;
- Rota do Guadiana – Associação de Desenvolvimento Integrado;
- Associação para o Desenvolvimento Integrado do Concelho de Alandroal (ADICA);
- Associação para o Desenvolvimento Rural e Urbano do Concelho de Vendas Novas (ADERVNOVA);
- Project Earth – Associação Ambiental;
- Município de Montemor-o-Novo;
- Município de Mértola;
- Município de Odemira;
- Município de Portalegre;
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA).

Estas parcerias têm como objetivo apoiar iniciativas que valorizem os recursos endógenos, melhorem o acesso a ser-



viços de interesse geral e promovam a atratividade dos territórios rurais e de menor densidade populacional. Trata-se de uma abordagem colaborativa e orientada para resultados concretos, assente na lógica da proximidade, confiança e compromisso partilhado.

Tiago Teotónio Pereira, Vogal Executivo da Autoridade de Gestão do Programa Regional, destacou o caráter inovador do modelo:

“Estamos a demonstrar que é possível fazer diferente em política pública. Quando gerimos com proximidade, escutamos os territórios e confiamos nos nossos parceiros, conseguimos andar mais depressa, fazer melhor e entregar resultados mais sólidos.”

Acrescentou, ainda, que o sucesso destas parcerias dependerá não só da capacidade de concretização no terreno, mas também da vontade política de manter e aprofundar este modelo colaborativo.

Já Nuno Romão, Diretor da Unidade de Política Regional da Agência para o Desenvolvimento e Coesão, enalteceu o processo participado que esteve na génese deste instrumento, envolvendo mais de 200 entidades da região:

“Estas parcerias são o culminar de um percurso exigente e participado que reforça o papel da Política de Coesão como motor de transformação territorial. Representam um compromisso com o desenvolvimento sustentável e integrado do interior e marcam um novo modo de intervir sobre os desafios da baixa densidade, através de soluções mais inteligentes, colaborativas e orientadas para resultados concretos”.

A iniciativa insere-se na estratégia definida para o período 2021-2027, no âmbito da qual já foram aprovados mais de 370 projetos, com um investimento global superior a 200 milhões de euros. Com este novo passo, o Alentejo 2030 reafirma o seu compromisso com a promoção da coesão territorial, a inovação social e a valorização das potencialidades locais, contribuindo para um Alentejo mais equilibrado, atrativo e resiliente.



Inauguração da nova UCCI da Santa Casa da Misericórdia de Évora reforça os cuidados continuados no Alentejo

Em 10 de abril de 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Évora (SCME) inaugurou a sua nova Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) e a Residência Nossa Senhora da Visitação, localizadas no rebatizado Complexo Ramalho Barahona, em cerimónia presidida pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro, também com a presença de António Ceia da Silva, Presidente da CCDR Alentejo, I.P. e da Comissão Diretiva do Programa Regional Alentejo 2030.

Esta operação representou um investimento de aproximadamente 5,9 milhões de euros, participado em 85 % pelo FEDER, através do Programa Operacional Regional Alentejo 2020.

O projeto incluiu a requalificação do Recolhimento Ramalho Barahona, bem como a construção da nova Residência Nossa Senhora da Visitação, com capacidade para 48 utentes, permitindo o encerramento da antiga ala em condições deficitárias.

A nova UCCI oferece 15 vagas em Média Duração e 17 em Longa Duração, em espaços pensados para conforto e funcionalidade, incluindo gabinetes clínicos, farmácia, refeitório, zonas técnicas e áreas comuns adaptadas às necessidades dos utentes.

Na cerimónia inaugural, o Primeiro-Ministro classificou as Misericórdias como “parceiros privilegiados” na promoção do bem-estar social e sublinhou a importância da proximidade das instituições locais na resposta eficiente aos cidadãos.

Já António Ceia da Silva destacou o papel do cofinanciamento comunitário no sucesso deste investimento, reforçando a colaboração entre a União Europeia, o Estado central e as entidades regionais.

Ceia da Silva no Encontro “Riscos nas Escolas ou Escolas em Risco?”

António Ceia da Silva, Presidente da CCDR Alentejo, I.P., participou, no passado mês de abril, no auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, no encontro “Riscos nas Escolas ou Escolas em Risco? – Os Comportamentos Aditivos dos Alunos do Alentejo”, uma iniciativa promovida pelo Observatório ALENRISCOS, com o objetivo de analisar os comportamentos aditivos entre os jovens e refletir sobre os riscos emergentes no contexto escolar.

A organização do evento esteve a cargo do Centro de Respostas Integradas do Alentejo Central, entidade promotora da iniciativa em colaboração com diversas instituições parceiras, reforçando o seu papel central na articulação de estratégias regionais de prevenção e intervenção no domínio dos comportamentos aditivos em contexto escolar.

A sessão de abertura contou com a presença de diversas entidades regionais e nacionais, incluindo António Ceia da Silva, Presidente da CCDR Alentejo, I.P.; João Goulão, Presidente do CD do Instituto dos Comportamentos Aditivos e Dependências; Maria João Charrua, Delegada Regional de Educação; Maria do Céu Pinto Marques, Universidade de Évora; e Vítor Fialho, Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Alentejo Central, entre outros responsáveis ligados à saúde pública e à prevenção dos comportamentos aditivos.

Um dos destaques do evento foi a presença de José António Cansado, representante da Secretária Técnica de Adições da Extremadura, que reforçou a importância da cooperação transfronteiriça no combate aos comportamentos aditivos. Esta colaboração, no âmbito da EUROACE – Euroregião Alentejo – Centro-Extremadura, tem permitido o desenvolvimento de estratégias partilhadas, a troca de boas práticas e a construção de uma resposta mais eficaz e articulada entre os territórios vizinhos.





Aníbal Costa quer dotar a administração local de competências tecnológicas

A Inteligência Artificial está presente no quotidiano e em todas as entidades, quer sejam públicas ou privadas, e, por isso, torna-se importante que todos os atores da sociedade estejam aptos a liderar com um fenómeno irreversível e que tem de ser usado para facilitar a vida quotidiana.

Foi com vista a essa sensibilização que a CCADR Alentejo, I.P. levou a cabo uma ação de sensibilização dedicada à aplicação da Inteligência Artificial (IA) na Administração Local, no âmbito do programa “Formação e Capacitação da Administração Local 2025”.

Aníbal Costa, Vice-Presidente da CCADR Alentejo, I.P., destacou a importância de dotar a administração local de competências tecnológicas que permitam responder aos desafios atuais e futuros e fez questão de realçar o compromisso da CCADR Alentejo, I.P. com a capacitação da Administração Local e com a promoção de uma transição digital inclusiva, ética e sustentável em todo o território.

A iniciativa reuniu técnicos municipais e especialistas do setor tecnológico para discutir o impacto da IA na modernização e eficiência dos serviços públicos.

João Sanches e José Maria Duarte, da Capgemini, apresentaram os fundamentos da Inteligência Artificial Generativa (GenAI), ilustrando com casos práticos e aplicações reais no setor público, bem como as principais tendências e ferramentas disponíveis no mercado.

Bruna Riboldi, da Nova *School of Business & Economics* (Nova SBE), abordou o papel crucial dos dados e da IA na gestão urbana, com enfoque nas cidades inteligentes (*Smart Cities*). A encerrar, João Moura e André Moura, da Microsoft, apresentaram o *Copilot*, uma ferramenta de apoio baseada em IA que visa reforçar a eficiência e a inovação na Administração Local, contribuindo para uma governação mais ágil e centrada no cidadão.

CCADR Alentejo e CIMEC promoveram sessão sobre Medidas Especiais de Contratação Pública

CCADR Alentejo, I.P. recebeu, no passado dia 27 de maio, a Ação de Divulgação “Medidas Especiais de Contratação Pública”, uma iniciativa promovida em parceria com a Comissão Independente de Acompanhamento e Fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública (CIMEC).

A sessão foi aberta por Aníbal Reis Costa, Vice-Presidente da CCADR Alentejo, I.P., que sublinhou a importância do diálogo e da cooperação entre entidades adjudicantes, de modo a garantir uma utilização eficiente, transparente e rigorosa das medidas especiais.

O objetivo principal da iniciativa passou por esclarecer a aplicação prática do regime jurídico introduzido pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, e fomentar a partilha de experiências entre os diversos intervenientes.

A sessão contou com a presença de cerca de uma centena e meia de participantes, entre representantes de entidades públicas, técnicos da Administração Local e Central e demais interessados na área da contratação pública.

Estiveram presentes na sessão António Pires de Andrade, vogal da CIMEC, que explicou a composição, funções e áreas de intervenção do organismo. Posteriormente, Fernando Xarope Silveiro, também vogal da CIMEC, detalhou as medidas especiais de contratação pública previstas na lei, abordando os seus objetivos, vantagens, requisitos e enquadramento legal.



Esta ação inseriu-se no esforço contínuo da CCADR Alentejo I.P. em promover boas práticas, a transparência e a capacitação técnica no domínio da contratação pública, contribuindo para uma Administração Pública mais eficaz e orientada para resultados.

Workshop sobre Planeamento da Intervenção Social reúne técnicos e dirigentes municipais do Alentejo

“Planeamento da Intervenção Social – Modelos e Ferramentas” foi o tema de um workshop, realizado no passado mês de abril, no auditório da CCADR Alentejo, I.P. Esta iniciativa foi promovida pela CCADR Alentejo, I.P., através da sua Divisão de Cooperação com as Autarquias Locais.

Esta sessão de capacitação técnica, dirigida aos municípios da região, estava inserida no contexto do processo de descentralização de competências na área da ação social, reforçando a importância da qualificação dos profissionais que atuam neste domínio.

A sessão de abertura contou com a presença do Vice-Presidente da CCADR Alentejo, I.P., Aníbal Reis Costa, que destacou a importância do reforço das competências técnicas das autarquias nesta área, sublinhando o compromisso da CCADR



Alentejo, I.P. no apoio e na capacitação dos municípios para os desafios futuros.

O workshop contou com a participação ativa de cerca de 100 técnicos superiores e dirigentes provenientes dos serviços de apoio social de 35 municípios e três comunidades intermunicipais. Durante a sessão, foram aprofundados modelos e estratégias de intervenção social, promovendo-se a partilha de boas práticas e experiências entre os participantes. Esta troca de conhecimentos revelou-se particularmente relevante, dado o papel cada vez mais central que os municípios assumem na implementação de políticas sociais de proximidade.

Este evento representou um passo significativo na qualificação dos recursos humanos, contribuindo para uma resposta mais eficaz e estruturada às necessidades das populações.



Despertar conhecimento, consciência crítica e responsabilidade ambiental

“A educação e a formação são essenciais para uma sociedade verdadeiramente responsável e empenhada na construção de um futuro sustentável”. Foi com estas palavras que Carmen Carvalheira, Vice-Presidente da CCDR Alentejo, I.P., deu início aos trabalhos do seminário “Equipamentos de Educação Ambiental: Inovar no Território”, promovido pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela CCDR Alentejo, I.P., e que decorreu no auditório da CCDRA IP.

Carmen Carvalheira realçou, ainda, o papel estratégico dos equipamentos de educação ambiental na valorização do património natural do Alentejo e no reforço do sentimento de pertença e compromisso cívico das comunidades. Sublinhou, ainda, que estes espaços educativos são fundamentais para aproximar cidadãos de todas as idades dos ecossistemas, despertando conhecimento, consciência crítica e responsabilidade ambiental.

O evento contou com a presença de mais de uma centena de participantes provenientes de todo o país, entre técnicos, investigadores, professores, representantes de autarquias, ONG e outros agentes ligados à educação ambiental. Teve como principal objetivo dar visibilidade à rede nacional de cerca de

400 Equipamentos de Educação Ambiental (EqEA) e promover a partilha de experiências, boas práticas e estratégias de inovação que potenciem o seu papel no território.

A sessão de abertura contou com intervenções de Carmen Carvalheira, Vice-Presidente da CCDR Alentejo, I.P., e de Rogério Sadio da Silva, Vice-Presidente da APA, que destacou os EqEA como instrumentos essenciais de participação e sensibilização ambiental da sociedade.

O seminário encerrou com uma mesa-redonda moderada por Francisco Teixeira (APA), onde participaram Rosinda Pimenta, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mértola, com a apresentação da Galeria da Biodiversidade; Margarida Correia Marques (UTAD), com uma visão sobre os EqEA no interior Norte e Centro do país; e Mário Oliveira (ESECS – Instituto Politécnico de Leiria), que destacou estes equipamentos como espaços de cidadania ativa através da educação ambiental. O evento proporcionou, ainda, momentos de visita a mostras expositivas, troca de experiências entre participantes e diversos debates abertos, evidenciando o compromisso coletivo com a promoção de uma cidadania ambiental ativa, informada e participada.

Carmen Carvalheira na I Conferência Nacional sobre Cidades Sustentáveis e Inteligentes

Carmen Carvalheira, Vice-Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. (CCDR Alentejo, I.P.), participou na I Conferência Nacional sobre Cidades Sustentáveis e Inteligentes, que decorreu em junho, no Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra. Na sua intervenção, Carmen Carvalheira sublinhou a importância de uma abordagem integrada e territorialmente coerente no planeamento e desenvolvimento das infraestruturas, realçando que “o sucesso das cidades do futuro depende da articulação entre planeamento estratégico, coesão territorial e sustentabilidade ambiental”. Destacou, ainda, o papel das regiões na promoção de políticas públicas que favoreçam uma gestão equilibrada dos recursos e das infraestruturas, reforçando a necessidade de cooperação entre academia, administração pública e setor privado. A conferência, organizada pelo Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra, visou promover o debate sobre os caminhos para cidades mais sustentáveis e inteligentes, reunindo investigadores, docentes, técnicos e decisores políticos. O evento abordou temas como governança, mobilidade, planeamento urbano, turismo sustentável e proteção ambiental, refletindo a natureza multidisciplinar dos desafios urbanos contemporâneos.

“
O sucesso das cidades do futuro depende da articulação entre planeamento estratégico, coesão territorial e sustentabilidade ambiental.

Territórios Conectados em debate na CCDR Alentejo

No passado mês de maio, a CCDR Alentejo, I.P. recebeu no seu auditório a terceira sessão da série de seminários “Territórios Conectados”, uma iniciativa promovida pela Esri Portugal, com o apoio da CCDR Alentejo I.P.

O evento foi inteiramente dedicado ao Desafio Regional dos Territórios de Baixa Densidade, reunindo especialistas, representantes da Administração Pública e agentes locais para debater o papel dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) na promoção da coesão territorial e no desenvolvimento sustentável destas áreas.

Carmen Carvalheira, Vice-Presidente da CCDR Alentejo I.P., abriu a sessão de trabalhos tendo, tal como Rui Sabino, CEO da Esri Portugal, destacado a importância de soluções tecnológicas na valorização dos recursos e serviços nos territórios menos povoados.

Joaquim Condeça, da CCDR Alentejo I.P., participou igualmente na sessão e sublinhou o papel da Administração Pública Central na coesão territorial.

A partilha de casos de uso reais apresentados por representantes da CIMAC e da Câmara Municipal de Redondo teve destaque no evento, que serviu para reforçar a importância da



inteligência geográfica como ferramenta essencial para promover a equidade, a inovação e o desenvolvimento dos territórios de baixa densidade, com base em dados e em estratégias colaborativas.



CCDR Alentejo e Arquivo Digital do Cante assinaram protocolo de apoio técnico

Foi assinado, no final de junho, em Pias, um protocolo de cooperação entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. e o Arquivo Digital do Cante, com vista ao alargamento do projeto a toda a região do Alentejo, bem como à área metropolitana de Lisboa.

Este projeto, que teve o seu início em 2024, pretende, através da preservação da memória documental dos grupos corais, contar a história do cante alentejano.

Recorde-se que o Arquivo Digital do Cante é uma iniciativa promovida pela Alentejo, Terras e Gentes - Associação de Defesa e Promoção Cultural do Alentejo, pelo Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora e pela CIMBAL, e que conta agora com o apoio da CCDRA IP.

Para Ana Paula Amendoeira, Vice-Presidente da CCDR Alentejo, I.P., o apoio técnico, institucional e financeiro da CCDRA IP vai permitir ao Arquivo Digital do Cante alargar o seu trabalho historiográfico, que até agora se circunscrevia à sub-região do Baixo Alentejo, a todo o Alentejo e à área metropolitana de Lisboa.

Em declarações à Comunicação Social, Ana Paula Amendoeira destacou a importância dos arquivos: “Os arquivos, de diversa natureza e suporte, são, cada vez mais, domínios críticos e, também por isso, pilares em qualquer política cultural”.

A Vice-Presidente da CCDRA IP referiu, ainda, ao Jornal Diário do Alentejo que este acordo, “para lá da questão historiográfica, pode vir a dar um novo fôlego ao cante alentejano, na sua capacidade de proporcionar novas abordagens turísticas, culturais e académicas em torno deste património, num desiderato articulado entre a Associação Alentejo, Terras e Gentes, a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), o Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedade da Universidade de Évora, o Museu do Cante Alentejano (Serpa) e a CCDR Alentejo, I.P.

O Arquivo Digital do Cante tem, neste momento, mais de 30 mil documentos já digitalizados, estando, destes, cerca de cinco mil disponíveis na plataforma *online* do arquivo (www.arquivodigital-docante).

Ana Paula Amendoeira acolheu o lançamento da 2.ª edição da biografia de Amélia de Leuchtenberg

A Casa Nobre da Rua de Burgos, em Évora, recebeu, em maio, o lançamento da 2.ª edição da biografia “Amélia de Leuchtenberg”, da autoria de Cláudia Thomé Witte. O evento, promovido com o apoio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P., contou com a presença da Vice-Presidente da CCDR Alentejo I.P., Ana Paula Amendoeira, bem como da própria autora.

A Vice-Presidente da CCDR Alentejo I.P., Ana Paula Amendoeira, realçou o contributo da obra para a valorização da história partilhada entre Portugal e o Brasil e enalteceu o papel da autora na recuperação de figuras femininas frequentemente esquecidas na historiografia tradicional.

Durante a apresentação, Cláudia Thomé Witte sublinhou a importância da investigação que sustenta esta edição, baseada em centenas de documentos inéditos recolhidos em coleções públicas e privadas e valorizada por um rico conjunto iconográfico que inclui retratos, joias, porcelanas, objetos pessoais e imagens de palácios. O público presente teve, ainda, a oportunidade de dialogar com a autora, num momento de reflexão sobre a importância de revisitar a história através de novas lentes, com especial atenção às mulheres que marcaram, de forma decisiva, o seu tempo.



Exposição “Melancolia” de Marcelino Bravo, na CCDR Alentejo

A Vice-Presidente da CCDR Alentejo, I.P., Ana Paula Amendoeira, esteve presente na inauguração da exposição “Melancolia”, de Marcelino Bravo, que é composta por 24 obras em óleo sobre tela.

Esta exposição marcou a celebração dos 60 anos de pintura do artista eborense, agraciado com a Medalha de Mérito Municipal em 2023.

“Melancolia”, diz bem, com o olhar terno e brilhante de Marcelino Bravo, que sendo parco em palavras, nos inunda com a intensidade das cores com que pinta os lavradores, os camponeses, as ruas, os monumentos, as artes campestres, religiosas e, principalmente, humanas.

Marcelino Bravo é o pintor de Évora e é também o contador de histórias de uma Évora livre, romântica, sonhadora. Uma Évora que resiste ao tempo, mesmo àquele que quer esquecer as raízes e trocá-las por momentos fugazes que nada trazem e, principalmente, nada levam.



O azeite não é apenas um produto – é cultura, é paisagem, é ciência e é futuro

O Congresso Nacional do Azeite, organizado pelo Centro de Estudos e Promoção do Azeite do Alentejo (CEPAAL), em parceria com a Câmara Municipal de Campo Maior, realizou-se no passado mês de maio.

Este congresso, que estava integrado na programação da Feira Nacional de Olivicultura, mereceu, por parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P., uma atenção especial, tendo-se feito representar pelo responsável pela área da agricultura, o Vice-Presidente Roberto Grilo.

Na sua intervenção, Roberto Grilo referiu que “o azeite não é apenas um produto – é cultura, é paisagem, é ciência e é futuro”, sublinhando o contributo estratégico do setor para a coesão regional e o desenvolvimento sustentável.

Perante uma plateia composta por produtores, técnicos, decisores e representantes institucionais, o Vice-Presidente reforçou o compromisso da CCDR Alentejo, I.P. em agir com proximidade, rigor e com uma base concreta.

“A CCDR Alentejo I.P., como sabem, reforçou as suas competências no setor agrícola. E não está aqui a fazer figura de presença. Está aqui para trabalhar convosco, com os produtores, com os municípios, com as associações, com os centros de saber, para que esta fileira seja cada vez mais integrada, mais competitiva e mais ligada ao território”. “Fazemos isso com instrumentos concretos: na valorização dos produtos qualificados, no apoio à Dieta Mediterrânica como ativo regional e identitário, no trabalho que o centro de experimentação do Baixo Alentejo desenvolve em olival e na inovação agronómica”. Disse, ainda, Roberto Grilo, que reafirmou o seu empenho em apoiar o setor agrícola regional, em estreita articulação com os agentes económicos, instituições científicas e autarquias locais.

O Vice-Presidente da CCDRA IP fez questão de salientar o empenho pessoal e institucional na causa da agricultura e dos agricultores. “Contem com a CCDR Alentejo I.P. para continuar ao vosso lado com proximidade, com rigor e com ambição”.



CCDR Alentejo reforça presença na Ovibeja

A CCDR Alentejo, I.P. marcou presença na 41.ª edição da Ovibeja, realizada de 30 de abril a 4 de maio, através de um *stand* institucional que reforçou a ligação da instituição ao território e às suas populações, sob o lema “+ Agricultura + Futuro”.

O Vice-Presidente para a Agricultura, Roberto Grilo, participou em diversos momentos institucionais e técnicos do certame, sublinhando a relevância estratégica do setor agrícola e agroalimentar para o desenvolvimento regional. Nas suas intervenções, destacou a necessidade de uma abordagem integrada aos territórios rurais, realçando a proximidade da instituição aos produtores e às comunidades locais.

O espaço da CCDR Alentejo, I.P. acolheu várias iniciativas de valorização dos produtos regionais, incluindo degustações de Queijo Serpa DOP, provas de méis e vinhos do Alentejo, evidenciando a autenticidade e excelência da produção local, aliadas a inovação e sustentabilidade.

Durante o certame, o *stand* recebeu a visita de várias personalidades de destaque, entre as quais o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, e os Ministros da Coesão Territorial e da Agricultura e Pescas, confirmando a importância da presença da CCDR Alentejo, I.P. na maior feira agrícola do Sul do país.

A participação na Ovibeja, complementada pela presença em outros certames de relevo como a FIAPE, evidencia o compromisso da instituição com a valorização da agricultura e a promoção de uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável.



Roberto Grilo reuniu com a Associação de Produtores do Queijo Serpa

O Vice-Presidente da CCDR Alentejo, I.P., Roberto Grilo, reuniu com a Associação de Produtores do Queijo Serpa (APS) para conhecer melhor o trabalho da Associação, ouvir os produtores, reforçar a cooperação e valorizar este produto emblemático do Baixo Alentejo. Neste sentido, foram debatidos desafios e oportunidades do setor, bem como a recente atualização do caderno de especificações da DOP “Queijo Serpa”, aprovada a 9 de junho. Esta alteração garante a continuidade da certificação e a proteção do Queijo Serpa enquanto símbolo da identidade, tradição e economia regional.

Roberto Grilo reafirmou o compromisso da CCDR Alentejo I.P. com os produtos locais e o desenvolvimento sustentável da região.



Secretário de Estado da Agricultura visita CEBA e reforça compromisso com a inovação e valorização do setor

O Secretário de Estado da Agricultura, João Moura, visitou, na passada terça-feira, dia 29 de julho, o Centro de Experimentação do Baixo Alentejo (CEBA), localizado na Herdade da Abóbada, freguesia de Vila Nova de São Bento, concelho de Serpa. A visita teve como principal objetivo conhecer de perto as atividades desenvolvidas, os desafios enfrentados e o potencial desta infraestrutura estratégica para o setor agropecuário do Alentejo.

Acompanhado por Roberto Grilo, Vice-Presidente da Agricultura e Pescas da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo, I.P.), e por elementos da equipa técnica do CEBA, o governante percorreu várias áreas dos 1.556 hectares da unidade, reconhecida nacionalmente pelo seu trabalho em experimentação agrícola, formação, demonstração de boas práticas e conservação da biodiversidade.

O CEBA tem vindo a afirmar-se como uma referência na promoção da inovação e sustentabilidade, desenvolvendo projetos em áreas como:

- Olivicultura (em regime de regadio e sequeiro);
- Cereais de outono-inverno;
- Produção de forragens;
- Pecuária extensiva;
- Valorização de raças autóctones e produtos tradicionais, como o queijo Serpa.



Entre os projetos visitados, destacaram-se:

- Centro de Reprodução Animal da Herdade da Abóbada, que integra o polo de duplicados do Banco Português de Germoplasma Animal, com efetivos de raças autóctones, como Garvonesa, Mertolenga, Merino Branco, Campa-niça e Alentejana;
- Centro Experimental de Erosão de Vale Formoso, dedicado ao estudo da conservação do solo e ao combate à desertificação;
- Projeto URSA – Unidades de Recirculação de Subprodutos de Alqueva, que tem como finalidade transformar subprodutos agrícolas e agroindustriais em fertilizante orgânico, através de processos de compostagem.

Integrado na Rede de Inovação da Agenda para a Agricultura 2030, o CEBA participa ativamente em projetos de investigação e transferência de conhecimento, em articulação com instituições científicas, associações agrícolas e produtores. Esta colaboração tem permitido consolidar o centro como uma unidade de referência no apoio ao desenvolvimento rural e à sustentabilidade da região.

Durante a visita, foi salientada a necessidade de valorizar as competências técnicas, reforçar as equipas e modernizar os equipamentos, assegurando serviços públicos de proximidade e qualidade ao serviço dos agricultores alentejanos.

O Secretário de Estado da Agricultura destacou a relevância estratégica do CEBA para o futuro da agricultura na região: “Temos de continuar a dar à Herdade da Abóbada a valorização que ela merece e potenciá-la ainda mais”, afirmou João Moura.

A visita terminou com o reconhecimento do trabalho exemplar desenvolvido no centro e com o reforço do compromisso institucional de diálogo e cooperação, essenciais para garantir a resiliência, sustentabilidade e competitividade da agricultura no Alentejo.

Agricultura no Alentejo, produzir futuro com raízes no território

Num país cada vez mais urbano e digital, é importante reconhecer que a agricultura continua a ser uma âncora estratégica. Uma âncora de segurança alimentar, de identidade cultural e de sustentabilidade territorial.

No Alentejo, essa âncora tem peso real e simbólico. Aqui, onde se estendem mais de dois milhões de hectares de superfície agrícola útil, encontramos práticas e protagonistas que mantêm a produção viva, diversificada e cada vez mais orientada para a inovação.

O Alentejo não é apenas o maior produtor de azeite do país. É também a região que lidera a produção de cereais, de cortiça, de pequenos frutos e onde a modernização das explorações agrícolas e a transformação agroindustrial estão em franca evolução. Veem-se sinais de uma nova agricultura: mais técnica, mais conectada ao conhecimento, mais consciente do impacto ambiental.

Mas este caminho não se faz sozinho. Faz-se com a força das organizações de produtores, com o investimento das cooperativas e das empresas, com o conhecimento das universidades e dos institutos públicos e com políticas públicas eficazes.

Em visitas recentes a diferentes pontos do Alentejo – do Litoral ao Baixo Alentejo, passando pelo Alentejo Central e o Alto Alentejo –, reencontrei um setor que não espera o futuro: antecipa-o. Produtores que inovam em sistemas de rega inteligentes, jovens agricultores que introduzem sensores e drones nos campos e associações que testam novas culturas com base em dados de mercado.

É por isso que, em nome da CCDR Alentejo I.P., defendemos que a política agrícola deve ser territorializada. As necessidades de quem produz em sequeiro no Alto Alentejo não são iguais às de quem aposta nos pequenos frutos no Sudoeste. E os apoios devem refletir essa diversidade. A justiça na política pública faz-se com critérios, não com médias.

A boa notícia é que há espaço para essa mudança. O novo ciclo de financiamento europeu, através do PEPAC e do Portugal 2030, já permite que a agricultura – e, em especial, a agroindústria – tenha acesso a fundos da política de coesão. A assinatura do protocolo de demarcação entre os fundos agrícolas e os fundos de coesão abriu portas a investimentos em inovação, armazenamento, energia e transformação.

Na CCDR Alentejo I.P., temos insistido numa abordagem pragmática: os fundos devem servir para resolver problemas reais. Se há uma escassez estrutural de armazenamento de água, então os investi-

mentos em charcas, barragens e redes secundárias devem ser prioridade. Se os jovens enfrentam dificuldades de instalação, então as medidas devem refletir essa urgência.

Importa, também, olhar para o futuro com mais ambição. A digitalização – como a recolha e gestão de dados por sensores, drones ou plataformas *online* – já está a modernizar a agricultura, permitindo uma monitorização mais precisa e decisões baseadas em informação em tempo real. Já a inteligência artificial vai mais além, aplicando algoritmos avançados capazes de prever doenças nas culturas, otimizar o uso de água e nutrientes e adaptar automaticamente as práticas agrícolas a cada situação. No Alentejo, acompanhar esta dupla transformação será essencial para aumentar a eficiência e garantir a sustentabilidade da produção.

Há, no entanto, uma condição para que essa inovação chegue: o território precisa de conectividade, de formação e de políticas que estimulem a transição digital de forma justa. A agricultura de precisão só será uma realidade no Alentejo se for acompanhada de infraestruturas, incentivos e capacitação.

Hoje, o Alentejo vive uma encruzilhada fértil: há saber acumulado, há ambição jovem, há vontade coletiva. O que está em causa não é repetir um modelo antigo, mas afirmar uma nova ruralidade – uma ruralidade produtiva, inteligente e ancorada no valor da terra.

O papel da CCDR Alentejo I.P. é claro: escutar, articular, remover obstáculos e garantir que a política agrícola é instrumento de valorização do território e não apenas de execução orçamental. E isso faz-se com visão, com critério e com presença.

Porque só um território que cultiva o presente com inteligência pode colher o futuro com dignidade. E o Alentejo, como sempre, está à altura desse desafio.

“
A política agrícola deve ser territorializada.

Texto
Roberto Grilo,
Vice-Presidente
da CCDRA IP

Iniciativas de Comunicação e Conhecimento

Podcast “O Momento Agro”

A CCDDR Alentejo I.P., enquanto Ponto Focal Regional da Rede Nacional da PAC, lançou 24 episódios do *podcast* “O Momento Agro”.

Especialistas, produtores e dirigentes debatem temas como a agricultura familiar, o papel das mulheres e dos jovens, sustentabilidade, agroturismo, fitossanidade, produtos regionais e novas tecnologias.

Objetivo: aproximar o setor e promover conhecimento útil.

Disponível no *site* da CCDDR Alentejo I.P. e nas principais plataformas de *streaming*.



Boas Práticas no Alentejo

O Ponto Focal da RNPAC divulga projetos inovadores que combinam sustentabilidade e competitividade – da viticultura ao enoturismo, apicultura, pecuária, horticultura e agroindústria –, espelhando um território alentejano multifacetado, resiliente e cada vez mais alinhado com as exigências do mundo contemporâneo.

Exemplos de destaque: gestão eficiente da água, valorização de produção artesanal e liderança feminina no meio rural.



Informação agrícola estratégica

Recolha e análise de dados para o Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA) e o Estado das Culturas e Previsão de Colheitas (ECPC), permitindo acompanhar preços, oferta, qualidade e previsões de produção.

Centros de Experimentação e Inovação

Centros de Experimentação e Formação

A Vice-Presidência da Agricultura e Mar gere polos estratégicos que combinam investigação, formação e inovação:

Évora: Centro de Formação Técnico-Profissional Agrária, com salas, alojamento e apoio a eventos e cursos.

Serpa: Centro de Experimentação do Baixo Alentejo (pecuária, olival, cereais, queijaria tradicional) e Centro de Reprodução Animal da Herdade da Abóbada.

Moura: Centro de Experimentação dos Lameirões (pecuária extensiva, olival, cereais, práticas sustentáveis).

Experimentação e inovação agrícola

Apoio ao setor através de atividades de investigação aplicada e demonstração desenvolvida nos Centros de Experimentação/Polos de Inovação, em parceria com diferentes instituições de conhecimento e associações.

Centro de Reprodução Animal da Herdade da Abóbada

Através de programas de conservação e melhoramento genético de raças autóctones, garante apoio técnico especializado às associações de criadores, preservando o património genético nacional. O CRAHA integra o Pólo de Duplicados do Banco Português de Germoplasma Animal.



Projeto GenoSuber – Sequenciação do genoma do sobreiro

A única população de sobreiros F1 do mundo, na qual os progenitores de cada árvore são conhecidos, permitindo avanços significativos na investigação de sobreiros mais adaptados ao clima de Portugal e do Mediterrâneo. Projeto em parceria com o CEBAL.

Unidade de Recirculação de Subprodutos de Alqueva (URSA)

Unidade de valorização de subprodutos orgânicos por compostagem, onde os agricultores entregam os seus subprodutos agrícolas e, em troca, levam fertilizante orgânico, numa ótica de economia circular. Projeto em parceria com a EDIA.

Apoio ao Setor e Sustentabilidade

Viticultura com apoio especializado

Apoio técnico e operacional à gestão do património vitícola, em articulação com o Instituto da Vinha e do Vinho I.P., garantindo o cumprimento legal e a valorização do setor.

Licenciamento agroindustrial e práticas sustentáveis

Apoio técnico no âmbito do Sistema da Indústria Responsável (SIR) e acompanhamento da aplicação de sistemas de valorização de subprodutos, promovendo a economia circular, a qualidade do solo e a produtividade agrícola.

Sustentabilidade com dados

Apoio à tomada de decisão política e promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis através da recolha de informação económica, ambiental e social das explorações. A Rede de Informação de Sustentabilidade Agrícola (RISAgri) é de participação voluntária e gratuita em www.risagri.pt.

Organização e Financiamento

Alentejo lidera fundos da PAC

A região executa 34% dos fundos nacionais da Política Agrícola Comum, confirmando o seu peso estratégico no setor.

Produtores organizados e orientados para o mercado

O Alentejo é a 2.ª região com mais Organizações de Produtores reconhecidas (35) e a 1.ª em diversidade setorial: cereais, arroz, azeite, vinho, fruta e produtos hortícolas, carne e frutos de casca rija.

Agricultura portuguesa na UE

Alentejo

- Em 2023, registaram-se 29 662 explorações agrícolas, com uma SAU de 2,1 milhões de hectares e uma dimensão média de 71,2 hectares por exploração.
- Em 2023, o Alentejo produziu 22% do total nacional de cereais, representava 40% da superfície nacional de amendoal, 15% de vinha e 50% de olival.
- No setor primário, 2 163 empresas com mais de 10 pessoas ao serviço geraram um volume de negócios de 15,7 mil milhões de euros e um VAB de 4,3 mil milhões de euros.
- Mais de 60% da amêndoa nacional tem origem no Alentejo, mais de 80% do azeite e cerca de 18% do vinho.
- As indústrias agroalimentares registaram um volume de negócios de 1,2 mil milhões de euros e um VAB de 226 milhões de euros.
- No Alentejo, em 2023, a produção de amêndoa foi de 63 mil toneladas, posicionando Portugal como o segundo maior produtor da União Europeia, atrás de Espanha.

Fonte: INE

Números-chave



Fonte: Comissão Europeia

Cuidar do futuro

A fiscalização distingue-se das demais unidades pela necessidade de programar a sua atuação, não apenas de forma orientada para resultados, de acordo com os objetivos anuais e plurianuais a atingir e demais princípios de gestão legalmente estabelecidos, mas de acordo com um planeamento que obedeça aos critérios mínimos constantes na Recomendação Europeia aplicável a inspeções ambientais, com a devida adaptação à fiscalização.

Anualmente, são elaborados Planos de Fiscalização para as grandes áreas de atuação, em que atendendo também aos recursos humanos e materiais disponíveis, são estabelecidas prioridades de acordo com critérios objetivos pré-estabelecidos, que resultam numa listagem de entidades, operadores e localizações a fiscalizar que não é tornada pública. Cada plano de fiscalização contém, ainda, além do enquadramento legal, as justificações de relativas a cada critério e a metodologia que levou à seleção dos alvos a fiscalizar.

Estes critérios objetivos constam de ferramentas de análise de risco definidas a nível europeu, apuradas e partilhadas pela IMPEL, as quais permitem criar uma aproximação entre as atuações de fiscalização (e inspeção) a nível europeu, para o cumprimento da legislação.

As competências de fiscalização, desempenhadas pela Divisão de Fiscalização, são exercidas com poderes de autoridade e, quando no exercício dessas funções, os trabalhadores gozam de prerrogativas legalmente estabelecidas.

Razão pela qual, aos trabalhadores afetos à fiscalização, deve exigir-se um perfil específico e o rigoroso cumprimento do código de ética e conduta na sua atuação.

A possibilidade de toda a atuação estar integrada no SIG da CCDRA IP e ser interoperável com a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) permite a monitorização sistemática do seu desenvolvimento e tomada de melhores decisões. Adicionalmente, contribui para a evolução, inovação e dignificação das funções de quem exerce fiscalização.

Nos últimos anos, a Unidade de Fiscalização (UF) tem feito também um esforço para permitir formação específica nesta área para o reforço da eficiência no exercício das competências dos serviços no quadro das suas atribuições, o que se traduz em melhor capacitação e maior e melhor capacidade de execução.

Colocar o cidadão no centro da nossa atuação tem sido o lema. Por este motivo, todos os planos de fiscalização e projetos em que a unidade participa ou

lidera encontram-se associados às metas dos ODS, os quais constituem uma oportunidade única e necessária para apoiar um crescimento sustentável, regenerativo e inclusivo, sem o qual será impossível fazer face à emergência climática, à perda galopante de biodiversidade e às desigualdades e assimetrias sociais.

Tal aconteceu nos diversos projetos que nos últimos anos desenvolvemos. Seja na área da inovação tecnológica e digital como o H2tAlent e o Auroral, seja na área de coesão social como os Bairros Saudáveis em que se promoveu a saúde e qualidade de vida das comunidades. Também se refletiu nos projetos de Fiscalização e Inspeção promovidos pela IGAMAOT em áreas como a Rede Natura 2000, Resíduos, Pecuárias, Energia e Biodiversidade.

Na Unidade de Fiscalização, promovemos a economia e a criação de riqueza, garantindo o objetivo primordial de bem-estar das pessoas e do Alentejo.



“

Aos trabalhadores afetos à fiscalização, deve exigir-se um perfil específico e o rigoroso cumprimento do código de ética e conduta na sua atuação.

—
Texto
Patrícia Gomes da Silva,
Diretora da
Unidade de
Fiscalização,
CCDRA IP

AURORAL na reta final



O AURORAL, projeto do Horizonte 2020, desenvolvido na Unidade de Fiscalização, foi iniciado a 1 de janeiro de 2021 e encontra-se na sua reta final. Com o principal objetivo de impulsionar as regiões rurais europeias, tendo em conta as suas necessidades e características específicas, o projeto apostou na criação de um ambiente digital integrado para fomentar o desenvolvimento e coesão regionais.

Ao longo da sua execução, o AURORAL permitiu a criação de novos serviços de apoio, alinhados com as necessidades identificadas nos diferentes *use-cases*, distribuídos por vários países (Portugal, Noruega, Finlândia, Espanha, Itália, Áustria

e Suécia) e aplicados a cinco domínios inteligentes: turismo, saúde, energia, mobilidade e agricultura.

Entre os principais marcos do projeto, destacam-se a realização de três cimeiras internacionais, as quais realçaram o Alentejo e promoveram a troca de conhecimento e experiências entre os parceiros; e a execução de *Open Calls* em duas vertentes: a integração de novas regiões-piloto e a criação de novos serviços, com um elevado sucesso, resultando na aprovação e implementação de 20 novos projetos. Estes projetos passaram também a conhecer e a interagir com a plataforma *SmarTomorrow*, com potencial para uma continuidade futura.

Projeto H2tAlent

Tendo como objetivo principal capacitar os recursos humanos para a economia do hidrogénio verde, de forma a posicionar o Alentejo como uma região pioneira na transição energética, a CCDRA IP, através da Unidade de Fiscalização, tornou-se parceira no H2tALENT. Esta aposta estratégica na qualificação de talentos e no desenvolvimento tecnológico pretende impulsionar a sustentabilidade e competitividade regional, reforçando o papel do Alentejo como referência nacional e europeia em desenvolvimento sustentável.

A CCDR Alentejo I.P. tem um papel central no projeto, não só através da sua participação ativa e estratégica no consórcio, mas sobretudo na coordenação dos *stakeholders* envolvidos e na elaboração da base analítica para o desenvolvimento do ecossistema regional do hidrogénio, que inclui: caracterização territorial; a avaliação de infraestruturas energéticas; o planeamento regional, o envolvimento de *stakeholders* e a colaboração internacional.



CCDR Alentejo apresenta o Plano Estratégico das Aldeias Bauhaus EUROACE e a 8.ª Convocatória do Programa Interreg Espanha-Portugal (POCTEP)

No passado dia 3 de julho de 2025, o Convento de Nossa Senhora da Luz, em Arronches, acolheu a apresentação pública do Plano Estratégico das Aldeias Bauhaus EUROACE e da 8.ª Convocatória do Programa Interreg VI-A Espanha-Portugal (POCTEP), numa iniciativa promovida pela CCDR Alentejo, I.P., em estreita articulação com os parceiros da EUROACE — a aliança de cooperação territorial entre o Alentejo, a Região Centro de Portugal e a Extremadura espanhola. O evento contou com o apoio e hospitalidade do Município de Arronches, representado pelo seu Presidente, João Carlos Crespo.

A sessão de abertura foi marcada pela presença de vários representantes institucionais de ambos os lados da fronteira, demonstrando o forte compromisso político com o aprofundamento da cooperação transfronteiriça. Intervieram:

- João Carlos Crespo, Presidente da Câmara Municipal de Arronches;
- María Ángeles Muriel, Diretora Geral de Desenvolvimento Rural da Junta de Extremadura;
- Maria Rosa Ramos Cotrina, Diretora Geral de Financiamento Autónómico e Fundos Europeus da Junta de Extremadura;
- Belén Muñoz Briongos, Autoridade de Gestão do Programa Interreg POCTEP 2021-2027;
- Alexandra Rodrigues, Vice-Presidente da CCDR Centro, I.P.;
- António Ceia da Silva, Presidente da CCDR Alentejo, I.P.

Na sua intervenção, António Ceia da Silva sublinhou a importância do Programa POCTEP como instrumento de coesão e valorização dos territórios de fronteira, destacando a Nova Bauhaus Europeia como uma abordagem integradora que articula sustentabilidade ambiental, inclusão social e inovação territorial.

O Plano Estratégico das Aldeias Bauhaus EUROACE, apresentado pelos professores Daniel Raposo e João Neves, do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), resulta de um trabalho participado de diagnóstico e planeamento estratégico. Este plano visa aplicar os princípios da Nova Bauhaus Europeia —



estética, sustentabilidade e inclusão — no contexto das aldeias da EUROACE, promovendo a regeneração territorial através da criatividade, do património cultural e natural, da experimentação social e do envolvimento ativo das comunidades locais.

A nova convocatória do POCTEP, apresentada por Isabel Gonçalves (Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.), destacou as prioridades estratégicas do programa para o período 2021-2027, nomeadamente:

- Transição Verde e Resiliência Climática;
- Inovação e Competitividade Territorial;
- Inclusão Social e Qualidade de Vida;
- Cooperação Institucional e Governação Multilateral;
- Promoção da Cultura e do Património Partilhado.

Foram, ainda, clarificadas as condições de acesso e os critérios de elegibilidade para as entidades interessadas em submeter candidaturas.

A sessão incluiu também a apresentação de boas práticas e projetos em curso, ilustrando o potencial da inovação social e da cooperação transfronteiriça para enfrentar desafios complexos e revitalizar territórios de baixa densidade. Foram partilhadas as seguintes experiências:

- TERPAT — Território e Património, por Dalila Dias (Associação das Aldeias Históricas de Portugal);
- AgriCultura Lusitana — Interreg SUDOE, por Rui Simão (ADXTUR — Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto);
- MUDA_TT+, por João Cascalheira (Incubadora de Inovação Social do Baixo Alentejo);
- EFES IMPACTO e GIT EUROACE CON VIDA, por Rosa Méndez (Ecosistema de Innovación Social, Extremadura).

Estes projetos evidenciaram como a articulação entre inovação, cultura, património e participação comunitária pode gerar impactos reais e duradouros no território.

Com esta iniciativa, a CCDR Alentejo, I.P. reafirma o seu compromisso com a valorização estratégica da EUROACE, promovendo parcerias sólidas e projetos estruturantes que impulsionam a coesão territorial, a sustentabilidade e o bem-estar das comunidades locais. A aposta na Nova Bauhaus Europeia e no POCTEP representa um caminho consistente para o desenvolvimento harmonioso e inclusivo das regiões de fronteira.

Alentejo entrega presidência da EUROAAA: Uma missão de cooperação que não conhece fronteiras



No coração do sul da Península Ibérica, uma aliança transfronteiriça tem vindo a afirmar-se como um exemplo de cooperação territorial, desenvolvimento sustentável e solidariedade institucional. A comunidade de trabalho EUROAAA — Euroregião Alentejo-Algarve-Andaluzia representa um modelo inovador de colaboração entre três regiões que, partilhando fronteiras, decidiram também partilhar soluções.

No dia 8 de maio, a Estação Biológica de Mértola acolheu o Conselho Plenário da EUROAAA, marcando a transição da presidência da CCDR Alentejo, I.P. para a CCDR Algarve I.P. O momento contou com a presença dos presidentes das três regiões: António Ceia da Silva (Alentejo), José Apolinário (Algarve) e Juan Manuel Moreno Bonilla (Andaluzia), num gesto que reforça a continuidade de um trabalho conjunto por um território mais coeso e resiliente e dando continuidade a um percurso coletivo onde o Alentejo desempenhou, ao longo do último biênio, um papel ativo e visionário.



Uma ponte entre regiões, culturas e oportunidades

A EUROAAA nasceu formalmente em 2010, mas as suas raízes remontam a mais de três décadas de diálogo e cooperação. Hoje, com o apoio do Programa de Cooperação INTERREG Espanha-Portugal (POCTEP), a euroregião materializa-se em projetos concretos que promovem a coesão territorial e melhoram a qualidade de vida dos cidadãos em áreas como a cultura, o turismo, a economia azul, a gestão da água ou o desenvolvimento sustentável.

Durante a presidência do Alentejo, destacaram-se iniciativas de planeamento conjunto, reforço das redes institucionais e lançamento de novos instrumentos territoriais, como o projeto dedicado à gestão da água e ecossistemas, apresentado nesta última reunião. O trabalho realizado reforçou a visão de uma euroregião que se posiciona como ponte estratégica entre o Atlântico e o Mediterrâneo e entre a Europa e outros continentes.

O futuro constrói-se em conjunto

Num momento em que a coesão territorial e a cooperação internacional são cada vez mais cruciais para enfrentar desafios globais — das alterações climáticas à digitalização —, a EUROAAA demonstra que a resposta está também no trabalho local, próximo das populações e fundado em relações de confiança entre parceiros públicos e privados.

Com o Alentejo a deixar um legado de trabalho sério e articulado e o Algarve a assumir agora o leme, a EUROAAA continua a er exemplo de como a cooperação é o caminho para um futurocomum mais forte e coeso.

—
Texto
Sandra Jorge,
Chefe de
Divisão de
Cooperação e
Dinâmicas
Regionais

Unidade de Ordenamento do Território a olhar para o futuro

Texto
José Manuel
Palaio,
Diretor de
Unidade de
Ordenamento
do Território,
CCDR IP

O processo de conversão da CCDR Alentejo em instituto público implicou uma redefinição estratégica no que diz respeito à sua missão e atribuições, às competências dos seus órgãos e às formas de funcionamento e de articulação com as demais entidades. Neste contexto, a unidade de ordenamento do território passou a assumir uma maior relevância, enquanto unidade orgânica responsável pela coordenação de respostas de âmbito regional, designadamente no que concerne aos instrumentos de gestão territorial, urbanismo, avaliação ambiental, valorização da paisagem, cadastro, uso, ocupação e transformação do território.

Pretende-se, em termos de visão para o futuro, que esta unidade harmonize, de forma plena, as várias políticas públicas envolvidas, por forma a garantir a localização, a organização e a gestão corretas da atividade humana com repercussões no ordenamento do território, tendo em vista a valorização dos recursos endógenos, a sustentabilidade do território e a coesão territorial, contribuindo, assim, para a construção de um Alentejo mais resiliente e mais bem ordenado.

Tal desiderato implica uma maior planificação das atividades da unidade, uma boa gestão dos seus processos e um permanente trabalho em rede com os municípios e as demais entidades e organismos com intervenção local e regional, tendo como seu primeiro grande objetivo o processo de alteração e recondução a programa do atual Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), enquanto instrumento que define a estratégia regional de desenvolvimento territorial, em alinhamento com o Portugal 2030 e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

A Unidade de Ordenamento do Território pretende, ainda, no âmbito da desmaterialização, automatização e digitalização de processos a levar a cabo pela CCDR Alentejo, I.P., contribuir significativamente para a obtenção de ganhos de eficácia e de eficiência na tramitação dos procedimentos administrativos a que se encontra adstrita no âmbito das suas atribuições e competências, permitindo, assim, uma redução da burocracia e a melhoria da relação entre a sociedade e a sua administração.



“
Olhar para o futuro implica uma maior planificação das atividades da unidade, uma boa gestão dos seus processos e um permanente trabalho em rede com os municípios e as demais entidades e organismos com intervenção local e regional (...).”



EMRIE arranca no Alentejo com ambição europeia: transformar regiões mineiras rumo à transição verde e digital

Nos dias 5 e 6 de maio, a região do Alentejo acolheu o arranque oficial do projeto EMRIE — *European Mining Regions Innovation Ecosystems*, uma iniciativa financiada pelo programa *Interreg Europe* que visa modernizar políticas regionais ligadas à mineração, uso do solo e inovação, com base nos princípios da economia circular e sustentabilidade.

O encontro decorreu com a presença de representantes de 11 parceiros oriundos de nove países europeus, assinalando o início de um percurso colaborativo de quatro anos para repensar a governação dos recursos minerais em território europeu.

Com base em Castro Verde, a sessão de lançamento combinou reuniões estratégicas com uma visita à histórica Mina de São Domingos, no concelho de Mértola, um símbolo do passado mineiro da região. Este cenário emblemático serviu de pano de fundo à ambição de alinhar as políticas regionais com o Regulamento Europeu das Matérias-Primas Críticas (CRMA), promovendo cadeias de valor mais resilientes e impulsionando a transição verde e digital da Europa.

Num contexto de crescentes tensões geopolíticas, ruturas nas cadeias de abastecimento globais e aumento da procura por tecnologias como veículos elétricos, turbinas eólicas e semicondutores, a União Europeia aprovou em 2024 o CRMA. Este instrumento legislativo visa reduzir a dependência de países terceiros e garantir o fornecimento sustentável de matérias-primas críticas essenciais para os objetivos climáticos e digitais da UE.

O CRMA estabelece metas ambiciosas até 2030:

- 10% do consumo anual da UE deve ser proveniente de extração interna;
- 40% de processamento interno;
- 25% de reciclagem;
- E um máximo de 65% de dependência de um único país terceiro.

Contudo, a execução destas metas cabe, em grande parte, às autoridades regionais, especialmente em territórios com relevância geológica — como é o caso do Alentejo e da Faixa Piritosa Ibérica.

EMRIE: inovação e sustentabilidade para as regiões mineiras

O projeto EMRIE surge, precisamente, para apoiar as regiões europeias ricas em recursos minerais a atualizarem os seus instrumentos de política regional de forma alinhada com o CRMA. Com um orçamento total de 1,89 milhões de euros, o projeto assenta numa lógica de “jornada de aprendizagem”, que inclui revisões entre pares, visitas de estudo e envolvimento de partes interessadas locais.

O objetivo é transferir conhecimento prático entre territórios e melhorar seis instrumentos políticos regionais, promovendo uma abordagem mais integrada à economia circular, à utilização sustentável do solo e à valorização de resíduos mineiros.

Entre os instrumentos a ser revistos, destaca-se, em Portugal, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo, que será atualizado para incorporar princípios de economia circular e eficiência no uso de recursos, com especial enfoque nas zonas mineiras da Faixa Piritosa Ibérica.

Com este esforço conjunto, o projeto EMRIE pretende modernizar a governação dos recursos minerais a nível regional, desbloquear inovação e assegurar que as regiões mineiras desempenhem um papel central na transição ecológica e digital da Europa.

A liderança portuguesa neste projeto reforça o papel do Alentejo enquanto território estratégico no contexto europeu e evidencia a importância da colaboração inter-regional para políticas públicas mais sustentáveis, inovadoras e alinhadas com os desafios do futuro.



Dez anos de Incentivos do Estado à Comunicação Social nas Comissões de Coordenação

Em 2025, cumprem-se dez anos em que as CCDR passaram a exercer as competências respeitantes à aplicação dos Regimes de Incentivos do Estado à Comunicação Social (RIECS).

Ao longo deste período, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, agora Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P., (CCDR Alentejo, I.P.) primeiro, através do Grupo de Incentivos do Estado à Comunicação Social e, recentemente, através da Unidade de Cultura, prosseguiu uma política de proximidade em relação aos Órgãos de Comunicação Social (OCS) do Alentejo. Esta política procurou saber as suas verdadeiras dificuldades e de que forma os meios financeiros colocados à sua disposição poderiam melhorar o seu desempenho, nomeadamente reformulando infraestruturas, modernizando equipamentos e apoiando a sua ligação com as comunidades que servem sempre no estrito respeito da legislação em vigor aplicável e das dotações financeiras disponíveis.

Dentro deste quadro, registamos um balanço positivo, concretamente no que respeita ao número de candidaturas aprovadas e executadas no âmbito do RIECS ao longo destes dez anos.

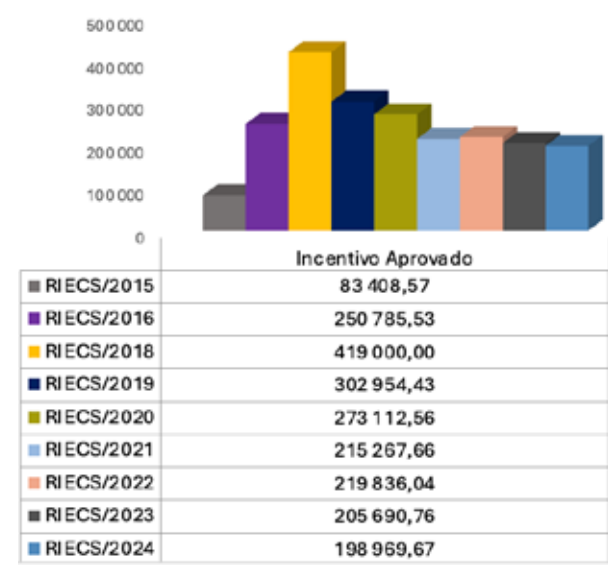
Ao longo deste período, 64% dos OCS (potenciais beneficiários do RIECS) já apresentaram projetos às diferentes tipologias de incentivos, permitindo a sua modernização e digitalização, e entrando numa nova era da comunicação/informação. Isto ocorreu nomeadamente na execução dos proje-

tos ligados às tipologias Acessibilidade à Comunicação Social, Literacia e Educação para a Comunicação Social.

Saliente-se, ainda, o Desenvolvimento de Parcerias Estratégicas, que permitiu, no decurso destes anos, a colaboração com OCS sediados nos PALOP constituindo-se como um meio de valorização da língua portuguesa e da cooperação entre países lusófonos.

Logo no primeiro ano (2015) em que a CCDRA IP assumiu a aplicação dos regimes de incentivos do Estado à Comunicação Social (RIECS), verificou-se um aumento de candidaturas aprovadas: 11 candidaturas com um montante de incentivo aprovado de 83 408,57€, comparando positivamente com as cinco candidaturas que transitaram do Gabinete de Meios Para a Comunicação Social, entretanto extinto.

O aumento quer das candidaturas quer dos montantes continuou a subir nos anos subsequentes – veja-se o gráfico a seguir apresentado –, até à ligeira quebra nos anos da pandemia Covid 19, que muito afetou os diversos órgãos de comunicação social do Alentejo. Mesmo nestas circunstâncias difíceis, continuaram a apresentar projetos que, quer em número quer em montante, colocaram o Alentejo nos lugares cimeiros de projetos aprovados entre as cinco regiões do país. Este facto mostra bem a resiliência destes jornais e rádios, que continuam a ser um exemplo para o país ao não baixarem os braços e aproveitarem todos os apoios para continuarem a realizar o seu trabalho.



A CCDR Alentejo, I.P., consciente das mudanças que existem no mundo da comunicação social e das dificuldades crescentes dos OCS regionais, tem contribuído para que a legislação que abriga os incentivos do Estado à Comunicação Social, em vigor desde 2015, seja revista de forma a adaptar-se às rápidas e complexas transformações pelas quais a área da comunicação social tem passado nos últimos anos – acentua-

BOAS PRÁTICAS

Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sines (Rádio Sines)

A Rádio Sines, pertencente à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sines, é um bom exemplo de como o RIECS é fundamental para a modernização dos OCS alentejanos.

A Rádio Sines viu o seu projeto aprovado em março de 2022, no âmbito do RIECS/2021, na tipologia de incentivo à Modernização Tecnológica. Foram executados no Estúdio 1 (Emissão) os trabalhos de reestruturação das infraestruturas do estúdio, ao nível da insonorização e iluminação. Foi adquirido mobiliário técnico personalizado, adequado aos equipamentos da rádio, e desenhado especificamente para rádio, a pensar no fácil manuseamento dos equipamentos de emissão, bem como no espaço para os convidados. Foram, também, adquiridos acessórios de emissão de topo, como microfones AKG e suportes de microfone que, para além da sua

das, influenciadas e aceleradas por vários tipos de fenómenos sociais, económicos, tecnológicos, político-ideológicos e conjunturais.

Os contributos da CCDR Alentejo, I.P., em colaboração com as restantes Comissões de Coordenação, já deram frutos no que ao incentivo à leitura de publicações periódicas (o ex. porte pago) diz respeito, com a publicação em Diário da República, em março de 2025, do Decreto-Lei n.º 41/2025. Este diploma aumentou a comparticipação pelo Estado dos custos de expedição de publicações periódicas suportados pelos assinantes, passando a taxa de comparticipação de 40% para 80%, para assinantes residentes em território nacional e no estrangeiro.

No caso do Alentejo, como as empresas proprietárias ou editoras das publicações periódicas desenvolvem os seus projetos em territórios de baixa densidade, a percentagem de comparticipação é de 85% para assinantes residentes em território nacional em vez de 80%.

Consideramos que há um trabalho constante a desenvolver para melhorar e temos a consciência da situação real e das dificuldades sentidas, bem como da complexidade dos tempos que vivemos e da relevância deste setor. A sua força e independência em prol da informação e da cidadania serão sempre diretamente proporcionais à saúde da nossa democracia. Organizaremos, ainda, este ano, uma reunião magna do setor para balanço e articulação, a fim de enfrentarmos os desafios do futuro.

Obrigada a todos pelo esforço constante e pelo trabalho em prol da informação no Alentejo.

funcionalidade com *ON AIR* integrado, têm um *design* moderno e extremamente elegante.

Ao nível da digitalização da emissão, foram adquiridas câmaras PTZ para instalação no estúdio, que permitirão o acompanhamento e transmissão da emissão para as diversas plataformas da rádio, dando imagem ao som da rádio, bem como um computador específico para o correto funcionamento do *streaming* para a emissão de vídeo.

Por fim, foram efetuados trabalhos de manutenção da torre de emissão, a qual está instalada em Monte Chãos (Sines), e necessitava urgentemente da substituição das ancoregens de fixação das espias aos maciços de torre, que está espiada com 120m de altura. Esta manutenção deve-se ao espiamento degradado e com corrosão, devido a estar junto ao mar.

Educação Ambiental no Monte do Paio: descobrir, explorar e proteger a natureza



Quem pretender visitar a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha passa, obrigatoriamente, pelo Centro Nacional de Educação Ambiental e Conservação da Natureza (CNEACN), localizado no Monte do Paio, na Aldeia de Brescos. Este, para além de funcionar como espaço de receção da Reserva, é o local ideal para obter informações sobre esta área protegida e os melhores locais de observação de aves na Lagoa de Santo André. Alberga, também, uma exposição permanente dedicada à biodiversidade local, que complementa e enriquece essa experiência.

O espaço, que integra o património do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, disponibiliza à comunidade educativa e ao público em geral um programa diversificado de atividades, concebido para diferentes públicos-alvo, incluindo crianças, jovens, professores, comunidade sénior, residentes, visitantes e turistas.

Em 2024, com a transferência das competências do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) para a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P., nas áreas da educação e sensibilização para a conservação da natureza e biodiversidade em áreas protegidas, bem como na gestão e dinamização dos equipamentos de educação a nível regional, e com a subsequente realocação de recursos humanos, foi possível, em

parceria com o ICNF e no âmbito do atual modelo de cogestão desta área, assegurar a continuidade das atividades junto das escolas e garantir a utilização adequada das infraestruturas existentes.

No ano letivo de 2023/2024, diversas iniciativas envolveram centenas de crianças e jovens, promovendo o conhecimento e a valorização do património natural desta área protegida:

“Quinta da Educação e Ambiente” – Em colaboração com o Instituto das Comunidades Educativas, o projeto proporcionou experiências educativas a 1752 alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo das escolas de Santiago do Cacém e Santo André. As atividades incluíram jogos, experiências científicas, visitas guiadas à exposição do Centro de Interpretação, o visionamento do documentário sobre a Reserva e passeios interpretativos pelos percursos da área protegida. Através destas dinâmicas, os mais novos foram incentivados a descobrir a riqueza natural da Reserva e a desenvolver uma consciência ambiental ativa.

“Ciência Viva na Escola” – Em parceria com o Agrupamento de Escolas de Santo André, o CNEACN integrou-se neste projeto, envolvendo 789 alunos do pré-escolar e do 1.º ciclo. A iniciativa promoveu o acesso da comunidade escolar a práticas científicas inovadoras, através da valorização da fauna, da flora

e dos ecossistemas da Reserva. As atividades, desenvolvidas em estreita articulação com os conteúdos letivos, permitiram sensibilizar os alunos para a conservação da natureza e a importância da biodiversidade local.

“Protocolo para a Implementação do Programa de Educação e Sensibilização Ambiental” estabelecido com o Município de Sines – Foram dinamizadas diversas atividades dirigidas a 630 crianças dos Agrupamentos de Escolas de Sines e Porto Côvo. Estas iniciativas proporcionaram uma abordagem lúdica e interativa, permitindo aos participantes explorar a natureza de forma sensorial e participativa, destacando-se:

- “Dunas com Vida” – Realizada nos Passadiços da Costa do Norte, envolveu alunos do 2.º ciclo na exploração da fauna e da flora dunares, promovendo a compreensão da importância das espécies nativas e o impacto das espécies invasoras.
- “Caça ao Tesouro no Salgueiral da Galiza” – Destinada a alunos do 5.º ano, incluiu um percurso de descoberta na floresta ripícola e uma visita à Estação Ornitológica Nacional, fomentando a observação da biodiversidade e o espírito de equipa.
- “Observação de Aves e Gincana no Monte do Paio” – No observatório das Águas Públicas de Santo André, os participantes tiveram a oportunidade de observar espécies emblemáticas como a íbis-preta e o colhereiro. No Monte do Paio, desafios lúdicos como percursos sensoriais, jogos de imitação e pintura natural, tornaram a aprendizagem sobre a fauna e flora ainda mais envolvente.

O CNEACN reafirma, assim, o seu papel como centro de excelência na educação ambiental, proporcionando às novas gerações experiências enriquecedoras e despertando o interesse pela preservação do património natural. Ao envolver crianças e jovens em atividades imersivas, promove-se um futuro mais consciente e sustentável, onde a proteção da natureza se torna um compromisso de todos.



O Alentejo esteve na Expo Osaka 2025



—
Texto
Mário Simões,
Divisão de
Comunicação
e Relações
Públicas,
CCDRA IP

O Alentejo marcou presença na EXPO OSAKA 2025 com um conjunto de ações culturais e institucionais que destacam a riqueza patrimonial e os laços históricos entre Portugal e o Japão, numa iniciativa promovida pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P. e que contou com a presença, para além das Vice-Presidentes da CCDRA IP, Carmen Carvalheira e Ana Paula Amendoeira, também com Herminia Vilar, Reitora da Universidade de Évora, Maria do Céu Ramos, Presidente da Associação Évora 2027 Capital Europeia da Cultura, António Zambujo e o Rancho de Cantadores da Aldeia Nova de São Bento.

A mostra alentejana, em Osaka, assentou em três eixos fundamentais. O passado histórico e cultural que liga a região e o país do sol nascente, que esteve patente na exposição dos papéis dos Biombos Namban, no livro sobre a Missão Tensho e na conferência sobre a Missão Tensho e que resultou no mecenato japonês para o restauro dos papéis dos biombos e do órgão renascentista do séc. XVI.

Um segundo eixo teve que ver com o presente cultural e patrimonial levando ao Alentejo apontamentos sobre as práticas culturais imateriais alentejanas inscritas na Lista da UNESCO (o Cante, as

flores, os bonecos, os chocalhos). E, ainda, um terceiro eixo que aponta para o futuro próximo através do mais importante projeto cultural em 2027, Évora Capital Europeia da Cultura.

A presença do Alentejo em Osaka pretendeu dar continuidade e reforçar as relações com o Japão, nomeadamente através da Universidade de Évora, e, também, através dos seus projetos de internacionalização no futuro.

A programação cultural que o Alentejo levou a Osaka foi vasta e diversificada, tendo merecido destaque a Exposição das réplicas dos papéis dos Biombos Namban do século XVI (restaurados em 2015 com o apoio do Japão, Professor Gengiro ITO), com o acompanhamento técnico da Diretora da Biblioteca Pública de Évora, bem como a mostra do Livro “Do Japão para o Alentejo” sobre a Missão Tensho, da autoria de Tiago Passão Salgueiro. Realça-se, ainda, a Exposição das Práticas Culturais do Património Cultural Imaterial do Alentejo, inscrita na Lista Representativa da UNESCO do Património Cultural Imaterial, como o Cante Alentejano, a Arte Chocalheira de Alcáçovas, os Bonecos de Estremoz (Figurado) e as Festas do Povo de Campo Maior.

Para além destas mostras, foram muito apreciadas as atuações, quer na Praça exterior ao Pavilhão de Portugal, quer na Varanda do Pavilhão de Portugal, do Rancho de Cantadores de Vila Nova de São Bento, que culminou com um concerto com António Zambujo e o Rancho de Cantadores da Aldeia Nova de São Bento.

De destacar, ainda, as conferências que decorreram no Pavilhão de Portugal sobre diversos temas. O Professor Gengiro Ito falou sobre “os documentos no Biombo de Namban de Évora, órgão da Sé de Évora e a Missão Tensho”. Maria do Céu Ramos, Presidente da Associação Évora 2027 Capital Europeia da Cultura, levou o “Vagar, uma outra arte de existir” ao conhecimento dos visitantes e Herminia Vilar, Reitora da Universidade de Évora, falou sobre a história, inovação e internacionalização do Alentejo.

Ao dispor dos visitantes esteve, igualmente, uma brochura em banda desenhada/manga, “Missão Tensho e a Lenda do Bushido Sem Pavor”, da autoria de Ana Cláudia Rosado, que ficciona a lenda da conquista de Évora por Geraldo Geraldês, “O Sem Pavor”, relacionando-a com a Missão Tensho e as práticas culturais do Património Cultural Imaterial do Alentejo da UNESCO.

A participação do Alentejo foi organizada pela CCDR Alentejo I.P. em parceria com os municípios de Évora, Estremoz, Campo Maior, Vila Viçosa e Viana do Alentejo, e com o apoio da CIMBAL; ERTA; ARPTA; ADRAL; Associação Évora 2027; Universidade de Évora e Biblioteca Nacional de Portugal/Biblioteca Pública de Évora.



Ana Paula Amendoeira
Vice-Presidente da CCDRA IP

Em Évora 2027 contamos com a continuidade e reforço das relações com o Japão

A CCDRA IP coordenou a representação do Alentejo na Expo Universal em OSAKA, a única região do país a fazer-se representar enquanto tal. Preparámos o logótipo da região e um programa curto, mas representativo no domínio da cultura, que contou com muitos apoios, dos quais destacamos os mais relevantes: a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo; a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo e os municípios envolvidos (Beja, Campo Maior, Estremoz, Serpa Viana do Alentejo, Vila Viçosa); a Biblioteca Pública de Évora; a Universidade de Évora e Évora Capital Europeia da Cultura.

Deixamos o nosso texto de apresentação de um programa que contou com o Cante do Rancho de Cantadores da Aldeia Nova de S. Bento e António Zambujo, com a representação das Festas do Povo de Campo Maior, dos Bonecos de Estremoz, dos Chocalhos de Alcáçovas e um conjunto de conferências sobre os papéis dos biombos, Missão Tensho, restauro do órgão da Sé de Évora, a Universidade de Évora e Évora Capital Europeia da Cultura, conforme o programa detalhado que ficou exposto durante os três dias da nossa presença em OSAKA.

EXPO OSAKA | Representação Cultural do Alentejo| Portugal Dias 9, 10 e 11 de Maio |
EXPO OSAKA | アレンテージョの代表|ポルトガルの日 5月9日、10日、11日 |
EXPO OSAKA | Representation of Alentejo | Portugal May 9th, 10th and 11th

O Alentejo, a maior região de Portugal, tem fortes relações culturais históricas com o Japão! Nasce daí a nossa vontade coletiva para participarmos como Região na EXPO OSAKA 2025.

Escolhemos, assim, três eixos para esta nossa curta, mas sentida e muito amigável representação.

- O passado histórico e cultural que nos liga, com a exposição dos papéis dos Biombos Namban, o livro sobre a Missão Tensho e a conferência sobre a Missão Tensho e o mecenato japonês para o restauro dos papéis dos biombos e do órgão renascentista do séc. XVI;
- O presente cultural e patrimonial, trazendo apontamentos sobre as nossas práticas culturais imateriais inscritas na Lista da UNESCO (o Cante Alentejano, as Festas do Povo e das Flores, os Bonecos de Estremoz, os Chocalhos de Alcáçovas);
- E, ainda, o futuro próximo com o nosso mais importante projeto cultural em 2027: Évora Capital Europeia da Cultura, para o qual contamos com a continuidade e o reforço das relações com o Japão; com a Universidade de Évora, a universidade da região, fundada no século XVI e com os seus projetos de internacionalização no futuro.

O Alentejo em Osaka

Um exemplo de Alinhamento Estratégico e Posicionamento Internacional

Imagine-se na Expo Osaka 2025, Japão. O mundo inteiro num lugar. Está no interior de um extraordinário edifício circular, o maior do mundo totalmente construído em madeira. Inspirado nas técnicas antigas dos templos japoneses, o *Grand Ring* tem uma área de mais de 61 mil metros quadrados, mas tudo dentro dele reflete, através dos pavilhões dos diferentes países e organizações, o mundo novo da modernidade e da tecnologia. É assim o Japão, como poucos outros países, com modernidade e tradição aliadas em tudo.

Avançamos por entre os milhares de visitantes que se entrecruzam em todas as direções. De repente, começamos a distinguir um som familiar, grave e cadenciado, que nos transporta para casa. Aproximamo-nos. É difícil chegar perto, porque muita gente tenta fazer o mesmo. Quando conseguimos, temos na nossa frente os trajes negros alinhados e os altos chapéus da mesma cor do Rancho dos Cantadores da Casa do Povo da Aldeia Nova de São Bento, que em passo firme, enquanto cantam, avançam em direção ao Pavilhão de Portugal.

Esta é uma das imagens mais simbólicas do que foi a missão do Alentejo a Tóquio e Osaka. Muitos outros momentos se poderiam evocar em que a cultura, a gastronomia, o turismo e as potencialidades económicas da nossa região estiveram em destaque.

O Alentejo foi a única região do país que desenvolveu um programa próprio, articulado com o Pavilhão de Portugal, para se mostrar ao mundo no Japão. As ligações históricas do Alentejo ao Japão, a nossa cultura classificada e Évora 2027 Capital Europeia da Cultura foram o mote para a representação, mas a componente de promoção das nossas potencialidades económicas não foi esquecida.

O sucesso da missão está intimamente ligado ao notável alinhamento estratégico entre as principais entidades da região, o que é digno de nota: A CCDR Alentejo I.P. como entidade coordenadora e desencadeadora do processo ao definir este objetivo; a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo que, ao abdicar da sua participação na promoção de nível nacional através do Turismo de Portugal, deu um contributo decisivo para o reforço da missão; a ADRAL que trouxe para o processo toda a sua experiência de promoção externa do território e aicep Global Parques; a Universidade de Évora; a Associação Évora 2027; a Biblioteca Pública de Évora e várias câmaras municipais (Alcácer do Sal, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém, Sines e Vila Viçosa) que, no conjunto, contribuíram para um todo maior que as partes.

Mas o Alentejo não esteve só em Osaka. No desenvolvimento da missão concluiu-se que não se poderia deixar de



João Grilo
Presidente da ADRAL

aproveitar esta oportunidade de presença do Alentejo no Japão para a promoção económica do território, aproveitando a experiência e as dinâmicas *Invest in Alentejo* da ADRAL e face às legítimas expectativas dos nossos parceiros da aicep Global Parques e do Litoral Alentejano em relação à promoção das potencialidades da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS).

Assim, com o apoio da aicep Portugal, foi desenhada uma etapa prévia em Tóquio, destinada a contactos diplomáticos e empresariais, como fase de prospeção e diplomacia económica de alto nível, antecedendo a promoção alargada em Osaka, que contou com a participação de autarcas dos municípios do Alentejo Litoral e representantes da CIMAL. O dia 8 de maio foi inteiramente dedicado a esta agenda, com a realização de diversas reuniões institucionais e empresariais lideradas pela ADRAL e pela aicep Global Parques.

A passagem por Tóquio foi considerada bastante positiva e promissora, correspondendo na íntegra às expectativas criadas e foi fundamental para o sucesso global da missão, ao criar um momento focado na captação de investimento e na apresentação direcionada de projetos estratégicos, estabelecendo um clima de confiança e interesse com potenciais investidores e grandes corporações japonesas.

Estes resultados, todo o realinhamento geoestratégico mundial em curso e as grandes afinidades culturais e sólidas relações comerciais entre Portugal e o Japão recomendam seriamente que o Alentejo continue a canalizar recursos e a apostar de forma regular e consequente na aproximação a este país, bem como outros em que podemos aumentar muito a nossa presença.

A iniciativa *Invest in Alentejo* da ADRAL tem demonstrado ao longo dos anos que os recursos financeiros canalizados para este fim são multiplicados por muito em investimento na região, merecendo continuidade e reforço.

Quase quinhentos anos depois do primeiro contacto entre portugueses e japoneses, os chapéus do Alentejo fizeram boa sombra no império do sol nascente.



Maria do Céu Ramos
Presidente da Associação
Évora_27

Alentejo em Osaka um reencontro de dois amigos

Levar Évora_27 à Exposição Mundial de 2025, em Osaka, no Japão, re-presentou, para mim, a extraordinária possibilidade de testemunhar um reencontro, há muito aguardado, entre dois amigos de longa data.

Muitos desconhecem, mas, no século XVI, Évora recebeu a visita da primeira embaixada que o Japão enviava à Europa, a Missão Tensho, cujo objetivo era estreitar o vínculo com a Igreja Católica e apresentar a cultura nipónica à corte. Os laços então estabelecidos ficaram suspensos no tempo – mas, agora, os caminhos voltaram a cruzar-se.

Apesar de distantes no mapa, Évora e o Japão têm uma afinidade profunda, assente no respeito pelo tempo e pela contemplação. O VAGAR, tão alentejano quanto universal, partilha a quietude japonesa, que valoriza a harmonia, a tradição e a beleza que mora no silêncio e nos gestos simples. E é por isso que fazer parte da única comitiva regional portuguesa a deslocar-se a tão importante palco internacional, numa ação promovida pela Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo e a ARPTA, foi tão simbólico e relevante para a nossa missão de internacionalização do Alentejo.

No dia 10 de maio, no magnífico Pavilhão de Portugal, desenhado por Kengo Kuma, tive a oportunidade e a honra de apresentar Évora_27, uma Capital Europeia da Cultura que pretende representar um Alentejo aberto ao mundo e que se oferece como fonte de inspiração para uma outra arte de existência, mais próxima, humana e em relação com tudo o que nos rodeia, especialmente através do respeito pela natureza. A Osaka, pudemos levar além-fronteiras a dimensão intangível do Alentejo, provando que a cultura é um poderoso instrumento de diálogo, entendimento e paz entre os homens e as nações.

Este reencontro entre Évora e o Japão, cinco séculos depois, confirma que a cultura continua a ser a ponte mais sólida entre os povos e o caminho para esbater diferenças políticas, sociais e culturais. No outro lado do mundo, tão longe da nossa terra, o Alentejo emocionou e deixou uma marca forte, especialmente através do canto alentejano que ecoou pelo espaço e, acredito, jamais será esquecido.

Participar na Expo Mundial de Osaka foi uma experiência extremamente enriquecedora e inspiradora para Évora_27, cujo legado material e imaterial temos a certeza de que irá muito além do ano-título. É nosso objetivo continuarmos presentes nestes grandes eventos globais, uma vez que Évora_27 só se concretizará, plenamente, na sua expansão internacional.

“
Este reencontro entre Évora e o Japão, cinco séculos depois, confirma que a cultura continua a ser a ponte mais sólida entre os povos e o caminho para esbater diferenças políticas, sociais e culturais.”

A afirmação da nossa identidade

Estar presente na Expo 2025, em Osaka, com António Zambujo e o Rancho de Cantadores da Aldeia Nova de São Bento, foi um momento profundamente emocionante e simbólico. Ver o Cante Alentejano — esse património tão nosso, tão enraizado nas vozes e nas paisagens do Alentejo — ecoar num palco internacional, perante um público tão distinto e atento, foi mais do que uma apresentação artística: foi uma afirmação da nossa identidade. O António Zambujo, com a sua sensibilidade e ligação às raízes, e o Rancho, com a força coral da tradição, levaram consigo não apenas canções, mas também séculos de memória coletiva.

Acredito profundamente que a cultura é o coração do turismo. E levar o Cante até Osaka foi mostrar ao mundo que o Alentejo não é apenas um destino de paisagens e gastronomia, mas também de alma, de autenticidade e de pertença. O nosso objetivo é que quem nos visita sinta essa verdade — e não tenho dúvidas de que, naquele dia, em palco, conseguimos transmitir isso a todos os que ali estavam.

Senti orgulho, responsabilidade e uma enorme gratidão por poder representar uma região tão rica e, ao mesmo tempo, tão genuína. Esta foi, sem dúvida, uma das mais bonitas formas de promover o Alentejo no mundo.



José Santos
Presidente da Entidade Regional de
Turismo do Alentejo e Ribatejo,
Presidente da Direção da Agência
Regional de Promoção Turística

“

Acredito profundamente que a cultura é o coração do turismo. E levar o Cante até Osaka foi mostrar ao mundo que o Alentejo não é apenas um destino de paisagens e gastronomia, mas também de alma, de autenticidade e de pertença.

Japoneses, e não só, aos 'magotes', encantaram-se com o cante do Rancho da Aldeia Nova de S. Bento



Quando, um dia, alguns homens da Aldeia Nova de São Bento se juntaram numa taberna a beber uns copos, cantaram “como era tradição, gostaram de ouvir-se, vibraram de entusiasmo e, sob a euforia, um deles terá sugerido que deviam formar um Rancho”.

Esta é a quase magia que é o Cante Alentejano, que tão bem descreveu no seu conto “Aldeia Nova”, o alentejano de Santiago do Cacém, Manuel da Fonseca. A primeira voz que modula a quadra logo encontra o apoio de todas no coro que lhe responde. Tudo é grande na vida — e maior que tudo aquela mágoa rude dos cansaços de sol a sol, que vem tão inteira do peito dos ganhões que montados, esteveiras e barrancos parecem tomados de medo. E, no silêncio que se faz àquele ar-

ranque esvaído num queixume, de novo, sozinha, a voz insiste pedindo amparo para tanta desgraça. Foi isto que levou os homens da Aldeia Nova de São Bento, em abril de 1986, depois de cantarem e bem, formassem o Rancho de Cantadores de Aldeia Nova de São Bento.

O que os alentejanos não sabiam e ficaram a saber, em Osaka, no Japão, aquando da sua participação na semana do Alentejo, na Expo Osaka 25, é que, a juntar à “emoção imensa perante o modo carinhoso e apaixonado como fomos recebidos pelo povo japonês”, se juntou “alguma apreensão sobre como seriam recebidas as nossas modas, sobre como nos iriam escutar”.

Mas, “que começámos a cantar, essa apreensão dissipou-se por completo. À nossa frente, estavam aos “magotes”, muitos com os telemóveis na mão a gravar cada momento”.

A razão da rendição dos nipónicos, não só dos que assistiam à atuação dos alentejanos e que ultrapassou a barreira da língua, está precisamente na emoção que o Cante Alentejano transmite a quem ouve, independentemente de perceber ou não a letra do cante.

Os rostos trigueiros dos, de agora, Vila Nova de S. Bento, aliados ao brilho dos seus olhos e do olhar distante, dizem tudo o que lhe vai na alma, no “enorme orgulho de representar o Cante, o Alentejo — e, com isso, também Portugal”.

Foi “uma experiência marcada tanto pela satisfação como pela responsabilidade”, confidenciaram-nos.

O traje domingueiro ou de casamento, com que o grupo atua e que era usado nas primeiras décadas do século XX, em Aldeia Nova de S. Bento, caracteriza-se pelo uso de calça, colete, jaqueta, cinta preta, camisa branca rendada, lenço de seda com nó direito, bota caneleira e chapéu de copa alta e afunilada. Como adereço, um relógio com corrente de ouro ou de prata, pendente do bolso do colete, que se impõe à primeira vista.

Mas o que marca e marcou a presença dos alentejanos no Japão foram as vozes, a cadência do cante e também as palavras que “de Braço dado contigo ao meu lado cantamos amor” que ficaram na memória e no coração.

As iniciativas da Casa do Pessoal



A Casa do Pessoal desenvolve anualmente um vasto conjunto de iniciativas e atividades em prol dos seus cerca de 190 sócios e seus familiares. Destaca-se a Festa de Natal, que se realiza todos os anos desde a criação da Casa do Pessoal que inclui a realização de um espetáculo infantil, a entrega de presentes de Natal aos filhos de todos os seus associados e que culmina com a oferta de um lanche.

O Magusto é, também, uma iniciativa tradicional que se realiza por altura do São Martinho, para além de Passeios/Convívio, da Feira de Sabores, Arte e Laves do Concurso/Exposição de Fotografia.

Para além destas iniciativas de carácter recreativo, a Casa do Pessoal desenvolve outras iniciativas em prol dos seus associados, destacando-se o Seguro de Saúde e de diversos Protocolos com diversas entidades/empresas da região que possibilitam a obtenção de descontos nos serviços prestados para os sócios da Casa do Pessoal.

De referir ainda que a Casa do Pessoal tem sido solicitada para a divulgação e promoção de iniciativas de outras entidades, como seja a Doação de Sangue, promovida pelo Hospital Distrital de Évora e o Dia Mundial da Saúde, promovida pela Escola de Enfermagem.

Está, também, atribuída à Casa do Pessoal a exploração do Bar/Refeitório da CCDRA IP, protocolado com os Serviços Sociais da Administração Pública, sendo este o maior refeitório existente em Évora, onde todos os seus associados e funcionários públicos podem aceder e obter refeições a preços mais reduzidos.

A importância da Casa do Pessoal da CCDRA

As relações laborais do mundo atual passam por mudanças significativas, por transformações motivadas pelos avanços tecnológicos, pelas mudanças demográficas e mesmo pelas expectativas dos trabalhadores, que tendem a quebrar a harmonia e a colaboração existentes entre todos, por forma a transformar o nosso local de trabalho num espaço aprazível, onde possamos todos sentir-nos realizados profissionalmente e mesmo socialmente.

Desde a tão longínqua Comissão de Planeamento da Região Sul até à novíssima CCDRA IP, por várias vezes os trabalhadores “desta casa” têm estado fisicamente separados, distribuídos por edifícios e localidades do Alentejo, o que tem dificultado a interação entre os próprios trabalhadores e, inclusive, com os responsáveis da organização.

Foi num momento de junção num só edifício da quase totalidade dos trabalhadores da CCDR, em 1994, que alguns trabalhadores começaram a pensar em criar uma estrutura representativa dos trabalhadores: a Casa do Pessoal.

Um ano após a inauguração do edifício sede da CCDRA IP, em 1995, um grupo de 12 trabalhadores, liderados por Luís Chinelo, decidiu criar a associação Casa do Pessoal da Comissão de Coordenação da Região do Alentejo. Esta associação tinha, e tem, como objetivo promover o bem-estar dos seus associados, com especial incidência na ocupação de tempos livres e no desenvolvimento de formas de convívio e cooperação.

Luís Chinelo e a sua equipa desenvolveram, então, atividades de índole recreativa, social e cultural em benefício exclusivo dos seus associados e familiares, proporcionando ainda serviços complementares de saúde.

A Luís Chinelo sucedeu outro carismático trabalhador da CCDR, José António Rilhas, que não só continuou o trabalho anterior como o expandiu, modernizou e preparou para o futuro. Desta forma, mais de vinte anos volvidos desde a sua criação, a Associação mantém o entusiasmo, a dedicação e o empenho na prossecução dos objetivos que estiveram na sua génese.

Com a integração de novos serviços e trabalhadores, os desafios que se colocam à Casa de Pessoal são enormes. Estes desafios começam pela integração no espírito da instituição e pelo reforço, num mundo cada vez mais complexo e individualizado, do associativismo e da cooperação entre todos, com um objetivo comum e que não está nos estatutos: sermos mais felizes.

A equipa da Casa de Pessoal da CCDRA IP, liderada por José António Rilhas, é composta por Maria Paula Gonçalves Saial Correia, Rui Manuel Videira Martinho, Lucina de Conceição M. Carrasqueira e Vitor Manuel Silveira Traguedo. O Conselho Fiscal é composto por Marta Alexandra Ferreira Rosado, Helena Isabel Grafino Marques Rito e Cristina Maria Ribeiro Santos de Ochôa Pires. António de Jesus Carrilho Velez preside à Assembleia Geral e é acompanhado por Madalena Paula Andrade de Oliveira e Ana Rute Varela Ribeiro.

Os desafios que se colocam à Casa de Pessoal são enormes. Estes desafios começam pela integração no espírito da instituição e pelo reforço, num mundo cada vez mais complexo e individualizado, do associativismo e da cooperação entre todos, com um objetivo comum e que não está nos estatutos: sermos mais felizes.

Texto
Mário Simões,
Divisão de
Comunicação
e Relações
Públicas,
CCDRA IP



Sem decifrar o futuro, mas navegar nele

—
Texto
Mário Simões,
Divisão de
Comunicação
e Relações
Públicas,
CCDRA IP

Se há pessoa sobre quem recai atualmente enormes expectativas dos alentejanos, essa pessoa é uma mulher de Évora, com um nome que para aqueles que acreditam na simbologia, é um presságio. Maria do Céu, na sua génese, significa “Senhora Soberana do Céu”, um nome com um forte cariz religioso e poético.

É sobre Maria do Céu Ramos, a senhora “Évora 27”, que recaem enormes expetativas, que são, basicamente, antecipações que fazemos sobre eventos futuros, sejam eles positivos ou negativos.

Ao aceitar a liderança do projeto Évora Capital Europeia da Cultura 2027 e, principalmente, depois

da candidatura liderada por Paula Mota Garcia ter tido êxito, Maria do Céu Ramos assumiu uma enorme responsabilidade, pois caem sobre si expectativas que só com coragem, saber e ambição podem ter sucesso.

Contudo, nada disto é novo para Maria do Céu Ramos, que, como ela própria refere, ainda era "gaiata" quando aceitou o cargo de Secretária-Geral da Fundação Eugénio de Almeida. Foi um período desafiante para a fundação, que se encontrava em processo de transformação, procurando reaver grande parte do património anteriormente detido e estabelecer bases financeiras sólidas para o futuro.

Para a jovem que inicialmente rumou a Coimbra para estudar Direito – curso que, no entanto, concluiu em Lisboa –, foi na Fundação Eugénio de Almeida que Maria do Céu Ramos abraçou o verdadeiro espírito filantrópico inerente a estas instituições. Para concretizar esta visão, teve de demonstrar coragem e sabedoria na recapitalização da Fundação, utilizando para tal os seus conhecimentos de direito mercantil.

É claro que, como acontece com todos os jovens de valor e com a natural ambição, Maria do Céu Ramos tinha outros horizontes para conquistar. Queria ser útil ao país e às gerações mais novas e que são sempre o futuro. Aceitou ser, no início dos anos noventa do século passado, Secretária de Estado da Juventude do XII Governo Constitucional (novembro 1992 - outubro 1995).

Durante o seu mandato, deixou a sua marca ao elaborar políticas públicas de apoio aos jovens, estimulando o empreendedorismo juvenil com medidas governamentais e concedendo especial atenção à liberdade, ao diálogo e à participação dos jovens na sociedade.

Para a eborense, exercer cargos públicos nunca foi uma profissão. Após o período de serviço à República, regressou à Fundação Eugénio de Almeida, agora com uma orientação mais alinhada com os propósitos originais de Vasco Maria Eugénio de Almeida: apoiar a educação e a cultura.

Ainda sem o espaço físico que hoje possui, a Fundação, sob a dinamização de Maria do Céu Ramos, organizou a sua primeira exposição de arte, dedicada à fotografia, que teve lugar no Museu de Évora.

Sob a direção de Jorge Calado, a exposição dividia-se em duas partes: uma apresentava o trabalho da Administração de Segurança Agrícola Americana (FSA), um documentário patrocinado pelo governo dos Estados Unidos da América sobre a “área de poeira” do Centro-Oeste americano no início da década de 1930; e a outra exibia fotografias do eborense José Manuel Rodrigues, de Paulo Catrica e do britânico Mark Power, na qual se documentava as atividades da Fundação Eugénio de Almeida.

Maria do Céu Ramos é uma mulher moderna, cujos olhos brilham perante cada novo desafio. Foi assim enquanto deputada nacional, municipal, enquanto Presidente do Centro Português de Fundações e em representação da Fundação Eugénio de Almeida. Sempre interessada na sua região, o Alentejo, e na sua cidade, Évora, onde tem sempre participação ativa em organismos, como o Conselho Consultivo do Hospital do Espírito Santo de Évora, o Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo ou a Comissão Instaladora da Comissão Regional de Turismo de Évora.

Para Maria do Céu Ramos, Évora 27 foi sempre visMaria do Céu Ramos sempre encarou Évora 27 com grande entusiasmo e como um desafio. Apesar

das dificuldades, salienta que Évora, embora já possua uma "aura" cultural, "necessita de maior densidade, precisa de um trabalho mais apurado, estratégico, continuado, para se pensar a si própria, capaz de fazer as transformações do território que envolve".

E vai mais longe, a agora Presidente Associação Évora_27, “é fazer alianças estratégicas entre atores, que normalmente não se encontram, ou não falam, ou parece que não têm razões para se encontrar”. E exemplifica, “tem de se conciliar o setor empresarial com o setor cultural, misturar temas como o ambiente e o património, a transformação digital e a criação artísticas, fazer combinações improváveis, mas, sobretudo, criar parcerias e criar modelos de governança participativos”.

Maria do Céu Ramos encara Évora 27 uma oportunidade extraordinária para desenvolver a região e uma excelente oportunidade de falar “de quem somos, enquanto construímos um legado cultural para o futuro”.

Estas ideias de Maria do Céu Ramos não são recentes e, por isso, aquando da tomada de posse como Presidente da Associação Évora_27, disse aos jornalistas: “Tenho muita alegria em não ser uma recém-chegada”. Não o disse por acaso. É que as palavras escritas atrás sobre o pensamento da Presidente sobre Évora 27 foram proferidas há cinco anos, nas “Conversas de Valbom” da Pastoral Universitária de Évora.

Maria do Céu Ramos defende valores humanistas, quer fazer coexistir tempos diferentes ao mesmo tempo. Enfim, “sem querer decifrar o futuro”, quer navegar nele, também na Évora 27.

“

É fazer alianças estratégicas entre atores, que normalmente não se encontram, ou não falam, ou parece que não têm razões para se encontrar.

A ambição de falarmos a uma só voz

As recentes transformações das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional em institutos públicos, através da publicação do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, representaram um importante passo na lógica de organização territorial do País.

Neste momento, com a assunção de competências mais transversais sobre as políticas públicas setoriais, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional passam, em definitivo, a dispor de instrumentos para a articulação horizontal de políticas de base regional e de políticas nacionais com incidência territorial, mas também adquirem uma reforçada legitimidade de articulação vertical. Ainda que mantendo a sua génese na Administração Central descentralizada, esta nova forma jurídica, reforçada pela escolha do Presidente através de um colégio eleitoral de base regional, reforça o compromisso destes institutos públicos com o seu território de incidência e com os atores territoriais de maior relevo, desde logo com os Municípios.

Importa, também, ter presente que esta nova configuração teve a representatividade do pluralismo territorial. Os Conselhos Regionais reúnem personalidades, instituições e organizações comprometidas com o território, criando um plenário representativo, de acompanhamento e de consulta, essencial para a consolidação de uma dinâmica que envolva aquilo a que, habitualmente, se designam como "as forças vivas da região".

Estes aspetos são importantes para qualquer região, mas são-no mais ainda numa região com as características do Alentejo. Desde logo, porque o Alentejo é a maior NUTII do País em área e compreende quatro grandes sub-regiões: Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alto Alentejo e Alentejo Litoral. Depois, porque sendo um território caracterizado pela baixa densidade, apresenta exigências do ponto de vista do desenvolvimento regional muito específicas e que necessitam de uma liderança regional forte e com um impulso transformador. E, sobretudo, com a capacidade de diálogo suficiente para conciliar vontades, interesses e dinâmicas que podendo não ser conflitantes, nem sempre são coincidentes.

Por isso mesmo, o Programa Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Alentejo e aquilo que dispõe, nomeadamente em termos de sistema urbano polinucleado, é muito relevante para o futuro. E deve ser, de facto, assumido por todos aqueles que têm uma ambição de dimensão verdadeiramente regional.



—
Texto
Nuno Mascarenhas,
Presidente do Conselho Regional
do Alentejo/Presidente da Câmara
Municipal de Sines

Ainda que o Alentejo compreenda quatro NUTS III, o Alentejo é um só. As dinâmicas de desenvolvimento regional não se coadunam com fronteiras, com sub-regiões, com divisões que são artificiais. Tanto assim é que importa assumirmos as externalidades positivas que temos e podemos ainda reforçar com os nossos vizinhos espanhóis, com a Área Metropolitana de Lisboa ou com o Algarve. O sistema urbano polinucleado, conforme previsto ainda em termos de Plano Regional de Ordenamento, precedente à sua transformação em Programa Regional, espelha aquilo que são as relações funcionais intrarregionais.

É a partir dessa hierarquia, dos Centros Urbanos Regionais, aos Centros Urbanos Estruturantes e aos Centros Urbanos Complementares, e das funções que cada um pode ter na dinâmica de desenvolvimento territorial, que devemos gizar e criar a nossa nova visão para o futuro do Alentejo. Do Alentejo como um todo!

Este será o desafio maior que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo tem no futuro imediato. A conciliação daquilo que são as suas reforçadas competências de articulação horizontal de políticas de desenvolvimento regional, bem como as reforçadas competências de articulação entre as políticas setoriais do Governo e as políticas de base territorial, desde logo as municipais, acompanhando o novo paradigma de ordenamento do território de natureza regional, corporizado num programa e não num plano. Ou seja, assumir na prática quotidiana um sistema urbano formado por diversos centros âncora, que se articulam entre si e com os demais, e assim dar corpo à ambição de todos os alentejanos.

Em suma, o Alentejo precisa que a sua CCDR seja a instituição líder na construção de uma região com qualidade de vida, prosperidade e crescimento económico, capaz de reter a sua população e atrair turistas e visitantes. Um Alentejo que não se conforma com o declínio populacional e se assume, a uma só voz, no exigente contexto nacional.



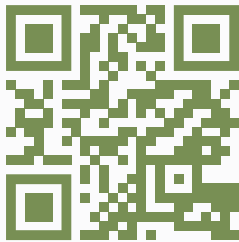
Desenvolvimento e Cooperação Transfronteiriça

Interreg



Cofinanciado por
la Unión Europea
Cofinanciado pela
União Europeia

España – Portugal



www.poctep.eu





CCADR
ALENTEJO

Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Alentejo, I.P.

Interreg



Cofinanciado por
la Unión Europea
Cofinanciado pela
União Europeia

España – Portugal



Os Fundos Europeus mais próximos de si.



Cofinanciado pela
União Europeia